



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE-PB: ENTRE
SONHOS, FRUSTRAÇÕES E LUTAS (DÉCADA DE 60)**

CAMPINA GRANDE-PB

2014

ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE-PB: ENTRE
SONHOS, FRUSTRAÇÕES E LUTAS (DÉCADA DE 60)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História da Linha I de Pesquisa Cultura e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima

Campina Grande-PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586m Silva, Rosicleide Henrique da.
O movimento estudantil em Campina Grande – PB : entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60) / Rosicleide Henrique da Silva. – Campina Grande, 2014.
156 f. : color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima".
Referências.

1. Movimento Estudantil - História. 2. Classe Social. 3. Ditadura Militar. 4. Campina Grande – PB. I. Lima, Luciano Mendonça de.
II. Título.

CDU 930:329.8(043)

ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE-PB:
ENTRE SONHOS, FRUSTRAÇÕES E LUTAS (DÉCADA DE 60)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História da Linha I de Pesquisa Cultura e Cidade.

Dissertação Avaliada em: 29/08/2014
Com conceito: APROVADA

Banca Examinadora

Luciano Mendonça de Lima

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Programa de Pós-Graduação em História- UFCG
Orientador

Paulo

Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História - UFPB
Examinador Externo

José Benjamim Montenegro

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro
Programa de Pós-Graduação em História - UFCG
Examinador Interno

Prof. Dr. Celso Gestemeier do Nascimento

Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UEPB
Suplente Externo

Prof. Dr. Celso Gestemeier do Nascimento
Programa de Pós-Graduação em História - UFCG
Suplente Interno

*Este trabalho é dedicado a **LOURIVAL HENRIQUE DA SILVA** (in memoriam) porque seus exemplos de AMOR à vida e SUPERAÇÃO diante das dificuldades me fizeram chegar até aqui. MEU PAI... A Saudade que tenho do senhor é uma constante na minha vida... Essa foi à maneira que encontrei de dizer, mais uma vez, que **EU TE AMO!!!***

AGRADECIMENTOS

Agradecer o bem que recebemos é retribuir um pouco do bem que nos foi feito. (Augusto Branco)

Eis um trabalho realizado em muitas madrugadas frias na minha pequenina cidade de Serra Redonda-PB... Se fosse para definir em uma só palavra a minha trajetória até esse momento, eu diria que a FORÇA foi o que me moveu até esse instante. Foi preciso muita FORÇA, vinda a princípio dos Céus, de Deus, para que este momento se tornasse possível. Deus a quem agradeço pelo dom da Vida, por ser luz nas minhas horas de angústia. Também, foi na minha família que encontrei FORÇAS para ultrapassar cada obstáculo. Minha fonte inesgotável de amor... Agradeço a minha mãe, dona Maria das Dores, por suas orações na minha vida, por seu amor tão sublime, por me acolher nos seus braços e sorrindo me dizer “vai dá certo minha filha”. Ao meu irmão Sandoval e as minhas irmãs Rosângela (Rosa), Rosemary (Mary) e Rosineide (Neide), por me lembrarem de que todo esforço seria válido, que eu deveria descansar, mas nunca desistir no meio da caminhada.

De Mary recebi um dos presentes mais lindos que a VIDA me proporcionou até o momento: minha sobrinha Isabella Nunes. Em 24 de julho de 2014 “o amor de titia amar” completou 1 aninho de vida. A notícia chegada de Isa foi um presente maravilhoso na minha vida e de nossa família, pois havíamos perdido meu querido pai acerca de dois meses. Com a sua chegada reaprendemos a sorrir e quando a coloquei no colo, pela primeira vez, a vida ganhou um novo sentido. Tia te ama muito... Obrigada por ser Amor!!!

Davi Ferreira, antes mesmo de ser um marido dedicado, sempre foi um amigo e confidente das minhas angústias pessoais e acadêmicas. Agradeço pelo apoio, pelo carinho dos teus abraços na tentativa de me tranquilizar, das vezes em que renunciava comigo os nossos momentos de lazer em prol da construção de um sonho. Obrigada por entender meus momentos de ausência mesmo eu estando ali presente, mergulhada nas leituras, análises de documentações, escritas e reescritas da dissertação. Essa conquista é minha, mas, sobretudo, essa conquista é nossa. Obrigada por tudo!!!

Ao meu orientador Luciano Mendonça de Lima quem muito admiro enquanto pessoa e profissional. Esteve ao meu lado em todos os momentos da elaboração desse trabalho, seja no que diz respeito às fontes, empréstimos de livros, indo a campo pesquisar comigo ou me ajudando com palavras de incentivo ao me fazer lembrar da importância de não desistir no meio da caminhada. Certa vez, numa das disciplinas do mestrado, um determinado professor falou a nossa turma da importância do orientador no processo da elaboração de um trabalho, e uma das frases que ouvimos foi: “Vocês devem escolher um orientador que mergulhem com vocês”. Luciano Mendonça de Lima mergulhou neste trabalho me dando todo o suporte necessário para que ele pudesse ser produzido e apresentado. Por isso, todas as falhas que vir a ter essa produção é de minha responsabilidade. Só sei que há muito esforço físico e psíquico na realização desse trabalho e se errei foi com muita vontade de acertar. Luciano “o baixinho”, “o Mendonçinha”, é um pequeno grande homem, um ser humano e um profissional que tive a felicidade de ser sua orientanda. A vida me presenteou não só com um orientador, mas um amigo. Ao senhor, todo respeito e admiração. Obrigada por tudo!!!

Agradeço ao professor Benjamim Montenegro por ter aceitado o convite em participar da Banca de Qualificação e da Banca de Defesa Final deste trabalho. Também, por ter sido o primeiro a me incentivar na pesquisa sobre a temática Movimento Estudantil, ideia surgida durante suas aulas, ainda no período da graduação em História, que resultaram a princípio num trabalho monográfico. Hoje temos mais um fruto Benjamim, essa dissertação que é mais um resultado do estudo e pesquisa acerca da temática.

Ao professor Paulo Geovanni, agradeço por ter aceitado tão logo a participação na Banca de Qualificação e na Banca de Defesa. Agradeço também pela paciência na leitura do texto, pelas indicações de livros, bem como pela disponibilidade de materiais que foram necessários na construção desse trabalho. Muito obrigada professor!!!

A Celso Gestermeier agradeço pela oportunidade dos conhecimentos adquiridos enquanto aluna REUNI. Mesmo a disciplina História da América III sendo uma área distinta do meu tema de pesquisa, posso afirmar que as suas aulas foram importantes e me ajudaram a repensar minha prática enquanto professora. Quero dizer que foi uma experiência muito importante para meu crescimento pessoal e profissional. És um excelente ser humano e profissional. Meu muito obrigada!!!

Agradeço a professora Patrícia Aragão não só por ter aceitado o convite de compor a Banca de Defesa deste trabalho, mas pela pessoa maravilhosa e acolhedora que sempre foi comigo. Agradeço as palavras de incentivo e peço aos Céus que a senhora continue sendo sempre luz na minha vida e nas das outras pessoas. Um forte abraço!!!

A todos os professores e professoras da Unidade Acadêmica de História, agradeço pelo conhecimento que me foi passado desde o período da graduação. Meu carinho especialmente por Marinalva Villar, Nilda Câmara, Juciene Ricarte Apolinário e os professores Alarcon Agra do Ó, Gervásio Batista Aranha, Iranilson Buriti, Celso Gestemeir, Luciano Mendonça de Lima, Benjamim Montenegro, João Marcos e Severino Cabral.

Agradeço a Ariosvalber Oliveira e Sandreylza Medeiros, as duas primeiras pessoas que me incentivaram a fazer a seleção de Mestrado na UFCG, em 2011. Obrigada pelas conversas, por acreditarem comigo que tudo daria certo. Um abraço carinhoso pra vocês e como diz Valber “muito axé” pra todos (as) nós!!!

A turma do mestrado 2012 do PPGH-UFCG também foi importante nesta caminhada, seja através das discussões em sala de aula que muito me enriqueceram através de novos saberes, seja através dos laços de amizade construídos e que me fizeram crescer enquanto pessoa. Não posso deixar de citar pessoas importantes que estiveram ao meu lado nessa caminhada, me dando apoio seja pessoalmente ou através de telefonemas e mensagens. Recebi apoio de Andressa Barbosa, Aparecida Barbosa, Andrea Marques, Josiana Bezerra, Thomas Bruno, Tatiana Jerônimo, Fabricio, João Paulo, Zé Pequeno, Mainara Duarte, Débora (Debinha) e tantos outros nomes que se fizeram presente na minha caminhada. Muito obrigada gente!!!

Mas não somente na Academia pude contar com o carinho de pessoas especiais, fora da Instituição também recebi muito amor... Amor especialmente das amigas Raylla Reges, Luciana Rodrigues, Rejanira Alves, e dos amigos Robson Victor e Pedro Nicácio. Obrigada por não só atenderem meus telefonemas, mas por me ligarem também (risos). Agradeço pelas conversas jogadas fora e pelas risadas na tentativa de me descontraír. Obrigada por serem tão prestativos comigo, mesmo estando longe, sempre faziam o possível para estarem perto. Obrigada pelo carinho de sempre. Beijo no coração de vocês!!!

A todos os locais de pesquisa pelos quais passei, agradeço pela forma carinhosa que fui recebida, principalmente no Arquivo do Jornal Diário da Borborema, Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande, Arquivo Geral da UFCG, Biblioteca Átila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba, Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande, Biblioteca do Curso de Comunicação Social da UEPB, entre outros [....]. Quero destacar um agradecimento especial à professora Lúcia Guerra da UFPB que, com seu jeito acolhedor, se colocou a minha disposição e a de Luciano Mendonça, nos ajudando com fontes importantes que hoje compõem esse trabalho. Obrigada por atender meus telefonemas, obrigada por responder meus e-mails, obrigada por ter sido luz na minha caminhada. Também, agradeço ao professor Hermano Nepomuceno que se colocou a minha disposição, me ajudando e estabelecendo contato, para que eu pudesse desenvolver diálogos com alguns militantes estudantis da década de sessenta.

Agradeço aos meus depoentes, eternos militantes estudantis que aceitaram e confiaram em compartilhar conosco as suas memórias sobre os tempos de ditadura. Não somente isso, mas se colocaram a minha disposição me atendendo para a realização de entrevistas, seja em suas residências ou em seus locais de trabalho. Obrigada por tudo Eliete de Queiroz Gurjão, Jorge de Aguiar Leite, Leonília Maria de Amorim (Léa Amorim), Leimar de Oliveira, Marta Lúcia Ribeiro, Maura Pires Ramos, Pedro Coutinho de Almeida, Rômulo Maranhão do Valle e Simão de Almeida Neto.

Aos meus alunos e minhas alunas da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Dom Adauto - Serra Redonda-PB pelas histórias ouvidas e contadas. Escola da qual fui aluna e que, em 2008, se tornou cenário das minhas primeiras experiências enquanto professora de História no Ensino Médio. Através de muito estudo conquistei, de fato, meu espaço em 2012 através de Concurso Público e confesso que contribuir com a Educação dos (as) jovens que estudam nesta Instituição tem sido gratificante, principalmente, quando vemos que muitos destes jovens trilharam, ao longo desses anos, e buscam sempre trilhar o caminho do saber. Conciliar a vida de professora na Escola Dom Adauto (com minhas oito turmas) e ser aluna do Mestrado foi um desafio. Porém cada obstáculo foi enfrentado com muita persistência.

Por fim, não menos importante, eu quero agradecer a uma pessoa que hoje é um ser de LUZ na minha vida... O MEU PAI. Quando te perdi, cerca de quatro meses após ter

iniciado o mestrado, não sabia o quanto a caminhada seria difícil seu teu amor, sem teu carinho, sem teus conselhos na minha vida. PAI... foi tão difícil vê-lo partir e o senhor nem me ensinou a te esquecer, pois sinto tua falta todos os dias. Mas, foi pensando no teu exemplo de amor à vida e de superação diante das dificuldades, principalmente depois daquele acidente que te deixou paraplégico por cerca de seis anos e quatro meses, foi pensando nisso que busquei FORÇAS para continuar... Pai, onde estiver queria ao menos que sentisse, novamente, orgulho desta sua filha, “a caçula do velho”, queria que soubesse que fiz o possível para chegar até aqui... EU TE AMO tanto e ainda bem que o senhor sempre soube disso... Obrigada por tudo e continua sendo FORÇA na minha vida, pois só assim te sinto mais perto de mim. Descansa em paz paiinho, descansa em paz LOURIVAL HENRIQUE DA SILVA.

*Naquela mesa ele sentava sempre
E me dizia sempre o que é viver melhor
Naquela mesa ele contava histórias
Que hoje na memória eu guardo e sei de cor
Naquela mesa ele juntava gente
E contava contente o que fez de manhã
E nos seus olhos era tanto brilho
Que mais que seu filho
Eu fiquei seu fã
Eu não sabia que doía tanto
Uma mesa num canto, uma casa e um jardim
Se eu soubesse o quanto dói à vida
Essa dor tão doída, não doía assim
Agora resta uma mesa na sala
E hoje ninguém mais fala do seu bandolim
Naquela mesa ta faltando ele
E a saudade dele ta doendo em mim
Naquela mesa ta faltando ele
E a saudade dele tá doendo em mim*

(Naquela Mesa/

Nelson Gonçalves)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender sobre a atuação do Movimento Estudantil de Campina Grande-PB na década de sessenta. O tema está inserido na Linha de Pesquisa I Cultura e Cidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. O nosso estudo está dividido em três capítulos: no capítulo I mostramos como as lutas estudantis que estavam em curso no período pré-64 tiveram continuidade, em certa medida, com o golpe militar na Paraíba em 1964. No capítulo II relacionamos a atuação do movimento estudantil com as questões políticas e culturais no contexto de ditadura militar na cidade de Campina Grande. Já no capítulo III evidenciamos como a repressão, o controle e a resistência foram fatores presentes nas lutas dos estudantes campinenses após o ano de 1968 na Paraíba. Pautamo-nos na História Social Inglesa, utilizando como fundamentação teórica, principalmente, os conceitos de Classe Social e Experiência, baseados nas leituras acerca do historiador Eduard Palmer Thompson. As fontes utilizadas nesse trabalho foram pesquisas realizadas no Jornal Diário da Borborema e Jornal A União, História Oral, Documentos Oficiais e referências bibliográficas da historiografia brasileira, a nível nacional e local.

Palavras-Chave: Movimento estudantil. Classe Social. Ditadura Militar. Campina Grande-PB.

ABSTRACT

The present research aims to understand the role of the Student Movement of Campina Grande-PB in the sixties. The subject is inserted in the Research Line I and Culture Cities Program Graduate in History at the Federal University of Campina Grande. Our study is divided into three chapters: the chapter I show how the student protests that were going on in the pre-64 were continued, to some extent, with the military coup in 1964. The Paraíba in chapter II we relate the performance of motion student with the political and cultural issues in the context of military dictatorship in the city of Campina Grande. Already in Chapter III as evidenced repression, control and resistance factors were present in the struggles of campinenses students after the year 1968 in Paraíba. Pautamo us in English Social History, using as theoretical foundation, especially the concepts of Social Class and Experience, based on the readings of the historian Eduard Palmer Thompson. The sources used in this work were carried out surveys in the Daily Journal and The Borborema Union Journal, Oral History, Official Documents and references to the Brazilian national and local historiography.

Keywords: Student Movement. Social Class. Military Dictatorship. Campina Grade-PB.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 - Estudante Maura Pires Ramos fichada pelo DOPS quando participara do Congresso de Ibiúna em 1968	86
FIGURA 2 - Relação de alunos e ex-alunos punidos com o Decreto-Lei 477/69.....	95
FIGURA 3 - Granja do Terror no Sitio Cuité em Campina Grande-PB	101

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC - Ação Católica
AI - Ato Institucional
AP - Ação Popular
CEC - Centro Estudantal Campinense
CEU - Clube dos Estudantes Universitários
CPC - Centro Popular de Cultura
DA - Diretório Acadêmico
DB - Diário da Borborema
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DNE - Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS - Departamento de Ordem Policial e Social
FACE - Faculdade de Ciências Econômicas
FAFI - Faculdade de Filosofia
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
ME - Movimento Estudantil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PM - Polícia Militar
POLI - Politécnica
POLOP - Política Operária
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEEP - União dos Estudantes da Paraíba
UNE - União Nacional dos Estudantes
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UP - Universidade da Paraíba
URNE - Universidade Regional do Nordeste

USAID - United States Agency for International Developmente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - DEFININDO SONHOS, ORGANIZANDO LUTAS E COMPONDO HISTÓRIAS: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE CAMPINA GRANDE-PB	16
DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA E METODOLÓGICA	16
O USO DAS FONTES	24
ESTRUTURANDO A DISSERTAÇÃO	28
1 ESTUDANTES EM MOVIMENTO: CONTEXTO DE SONHOS, FRUSTRAÇÕES E LUTAS EM CAMPINA GRANDE-PB	29
1.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A UNIVERSIDADE: CONTEXTO DE LUTAS NO PRÉ-64	29
1.2 NÃO SÓ DENTRO DA UNIVERSIDADE LUTA O ESTUDANTE: O MOVIMENTO CEPLAR	36
1.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E CEC NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NA PARAÍBA	42
1.4 A LUTA CONTINUA E OS ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS: O ACORDO MEC-USAID	51
2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: DISCUTINDO POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	58
2.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A QUESTÃO POLÍTICA NO CENÁRIO CAMPINENSE	58
2.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A QUESTÃO CULTURAL EM TEMPOS DE DITADURA	66
3 MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESSÃO, CONTROLE E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA	81
3.1 MANIFESTAÇÕES E REPRESSÃO	81
3.2 PRISÃO E TORTURAS	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

DEFININDO SONHOS, ORGANIZANDO LUTAS E COMPONDO HISTÓRIAS: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE CAMPINA GRANDE-PB

“O movimento estudantil foi um período muito bom de minha vida”.

Leimar de Oliveira.

O interesse em estudar o Movimento Estudantil de Campina Grande surgiu em 2010, durante as aulas de graduação na disciplina História do Brasil IV, ministrada naquela ocasião pelo professor Benjamim Montenegro. Lembro que discutíamos o livro *1968 o ano que não terminou*, do jornalista Zuenir Ventura e até então, não tinha conhecimento sobre o tema Movimento Estudantil. A discussão acerca desse livro ficou na minha memória e, a partir daí, surgiram algumas inquietações sobre a temática. Deparei-me com o seguinte questionamento? Por que não pesquisar sobre o Movimento Estudantil a nível local, ou seja, relacionar esse objeto de pesquisa a cidade de Campina Grande? Quais eram as reivindicações dos estudantes campinenses no contexto de 1970-1980? As leituras e pesquisas iniciais a respeito desse objeto de estudo resultaram num trabalho monográfico intitulado *Memórias Estudantis: Um estudo sobre a participação dos jovens no Movimento Estudantil de Campina Grande (1970-1980)*, orientado pelo professor Benjamim e apresentado por mim no dia 28 de maio de 2011, para obtenção do título de licenciada em História pela UFCG.

Com a conclusão da graduação em História senti a necessidade de dar continuidade ao estudo sobre o Movimento Estudantil de Campina Grande, analisando-o através de uma nova perspectiva, ou seja, estudar sobre o ME no contexto da Ditadura Militar. Com o projeto *Entre sonhos e frustrações surge o Movimento Estudantil de Campina Grande-PB (década de 60)* aprovado na seleção de mestrado do PPGH-UFCG em 2012, surgiu à oportunidade de dar continuidade a tais estudos. Nesse sentido, nosso trabalho é o primeiro na Linha I de Pesquisa “Cultura e Cidades” a discutir sobre Movimento Estudantil de Campina Grande, pois até o momento nenhum outro trabalho, em nível de mestrado, fora produzido com essa temática. Contudo, realizar uma pesquisa sobre ME a nível local, requer diálogo com outros estudos sobre a cidade no qual nosso objeto está inserido. Porém, mesmo sabendo que muitos

trabalhos vêm sendo produzidos sobre cidades¹ e que estes possuem uma importância significativa para a historiografia paraibana, nossa temática não se aproxima das ideias apresentadas por esses autores.

Delimitamos a princípio, como recorte temporal os anos que vão de 1964-1968². Porém, para que tivéssemos uma melhor compreensão sobre a década de sessenta, decidimos analisá-la por inteira. Nesse sentido, nossas discussões se iniciam no período pré-64 com intuito de entendermos como estavam organizadas as lutas reivindicatórias dos estudantes campinenses nesse contexto e, como elas, tiveram continuidade após a instauração da Ditadura Militar na Paraíba, a partir de 1964³. Vale lembrar que sobre o golpe de 1964⁴ muitos trabalhos vêm sendo produzidos sobre a temática, seja a nível local ou nacional.

¹ Entre esses trabalhos estão: ARANHA, Gervácio B. **Trem e modernidade na Paraíba e região**: tramas político-econômicas e práticas culturais. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, dezembro, 2001. CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Doutorado (Sociologia – UFPB), João Pessoa, 2007. LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: Uma História Social da Escravidão em Campina Grande – Século XIX. Tese (Doutorado em História – UFPE), Editora Universitária UFPE, 2009. SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. **Cartografias e Imagens da Cidade**: Campina Grande – 1920-1945. Tese (Doutorado em História – UNICAMP). Campinas, 2001; entre tantas outras pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nas últimas quatro décadas.

² Em 31 de março de 1964 a sociedade passa a vivenciar uma ditadura militar. Considerado um momento crucial da nossa história contemporânea que resultou em acontecimentos como perseguição, tortura e morte de estudantes, por exemplo, o nosso país ficou mergulhado numa crise política caracterizada pela falta de democracia. Já o ano de 1968 é caracterizado como um período em que todas as formas de manifestações artísticas e culturais sofreram tentativas de sufocamento, principalmente após o AI-5 em dezembro de 1968. Diferentemente do que se esperava, o ano de 1968 tornou-se sinônimo de luta, de resistência, culminando em movimentos de contestação que se espalharam por quase todo o mundo, caracterizando como um ano de lutas e seus desdobramentos posteriores. Vale ressaltar que o estudo sobre o Golpe e a instauração da ditadura militar no Brasil não fora estudado, num primeiro momento, por historiadores devido à dificuldade de acesso às fontes. No entanto, aos poucos a temática foi se tornando recorrente na historiografia, principalmente, quando historiadores e estudiosos de áreas afins se voltaram à pesquisa, construindo um novo olhar sobre esse período. Daí surge trabalhos importantes como o de RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2ª ed. Ver e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010; FICO, Carlos. **Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24 n° 47, p. 29-60. 2004. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005; VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência-movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2ª ed.- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. Também trabalhos importantes para a historiografia local como de RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos**: a aventura estudantil, 1950-1999. João Pessoa. Ideia, 2000; CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar**: O Governo João Agripino-Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Os Movimentos sociais, o governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-militar na Paraíba**. ANPUH-XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- Fortaleza, 2009.

³ Quando soube do golpe militar em 31 de março de 1963 o governador da Paraíba, Pedro Gondim realizou uma reunião no Palácio da Redenção saindo de lá para dar uma entrevista a Rádio Tabajara na qual se posicionava favorável ao Golpe Militar. De acordo com o historiador Paulo Geovanni “se a decisão de Gondim tivesse sido outra, ele provavelmente teria sido deposto e preso”. Para maiores esclarecimentos ver: NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe Civil-Militar na Paraíba e a repressão no imediato Pós- Golpe**. Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH. São Paulo, julho; 2011. p. 08.

⁴ Em nossas pesquisas constatamos que muito se vem discutindo sobre o golpe de 1964, em que estudiosos o interpretam a partir de diversos olhares. Como sugestão de leitura, temos os seguintes artigos: TOLEDO, Caio N. de. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista; BENEVIDES, Maria Victoria. **64, um golpe de Classe?** (Sobre um livro de René Dreifuss); NAPOLITANO, Marco. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro**- Apontamentos para uma revisão historiográfica. História y problemas del siglo

Embora tenhamos como recorte espacial a cidade de Campina Grande – PB em que as histórias de alguns atores sociais serão construídas e reconstruídas, pretendemos sempre que possível, recorrer às experiências de militantes de outras cidades para compreendermos um pouco mais do contexto nacional e local que influenciaram nas histórias das lutas reivindicatórias do movimento estudantil, pois embora este possua suas particularidades não podemos desvinculá-los de outros contextos sociais da época.

Ao longo do nosso trabalho recorreremos ao uso do termo Ditadura Militar ao evidenciarmos o período em que o Brasil vivenciou uma falta de democracia, ocasionando a perda das formas de liberdade, na perseguição política e na repressão. Nesse sentido, levando-se em consideração o uso desse termo estamos relacionando a ideia de que a posição dos militares se sobrepôs as demais classes sociais da época.

No entanto, há uma discussão acerca do uso do termo, onde historiadores, a exemplo de Carlo Fico (2014)⁵ denominam esse período como civil-militar. Para ele, o golpe militar teve apoio da sociedade e dos civis. Assim, “Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras - e até o governo dos Estados Unidos da América- foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas”.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA E METODOLÓGICA

A partir do referencial teórico da história social, muitos historiadores irão priorizar as contradições e os conflitos em que os sujeitos ganharam destaque, a partir dos embates na sociedade. Nesse sentido, a historiografia passa a se voltar para os diversos movimentos sociais, alguns tendo relação com a estrutura de classe e a dinâmica da luta de classes, como foram estudados por Edward Thompson⁶ e Eric Hobsbawm⁷.

XX/ Volumes 2, Ano 2, 2011; MATTOS, Marcelo Badaró. **O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, 2008; RAMOS, Carla Michelle- Resenha- **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs). Bauru, SP: Edusc, 2004, 334 p. CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis historiográficas;** ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil.** Universidade Federal do Espírito Santo- Departamento de História. Dimensões Vol 16. 2004; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas.** Revista Grafia Vol. 9 dezembro 2012 pp. 175-191; FICO Carlos. **Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24 nº 47, p. 29-60. 2004.

⁵ CARLOS, Fico. **O Golpe de 64: momentos decisivos.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014.

⁶ Para Thompson a ideia de classe social implica uma ação humana, o chamado “agenciar humano” em que a classe não é um mero produto do desenvolvimento das forças produtivas, mas seus indivíduos são sujeitos de sua

Para a História Social, o estudante enquanto indivíduo ou categoria não é considerado uma Classe⁸, existindo a ideia de classe com relação ao movimento operário, o movimento camponês, entre outros movimentos sociais que surgem através de suas Instituições, práticas e ideários no contexto da sociedade capitalista burguesa. No entanto, mesmo não pertencendo a uma Classe, ao longo do texto mostraremos que os estudantes que participavam do ME de Campina Grande⁹ são afetados pela dinâmica da luta de classes, surgindo o Movimento a partir da expansão de determinadas Instituições como Escolas e Universidades. Nesse sentido, observamos através de nossas pesquisas que esses sujeitos, no início da década de sessenta, lutavam pela Reforma Educacional, tornando as chamadas Reformas de Base uma de suas reivindicações, mesmo antes da instauração da Ditadura Militar na Paraíba.

As chamadas Reformas de Base foram uma das reivindicações do Movimento Estudantil de Campina Grande e, seja no âmbito da escola pública ou da Universidade, constatamos que os estudantes campinenses estavam engajados, sofrendo as influências do contexto social no qual estavam inseridos. Nosso trabalho busca evidenciar a atuação do ME Universitário incluído no contexto da luta de classes, bem como suas experiências, mostrando que havia uma relação entre o ME universitário e o ME secundarista da época. Mesmo prevalecendo uma análise maior acerca do ME universitário, decidimos sempre que possível, ao longo da construção do texto, evidenciar como se dava a relação do ME universitário e do ME secundarista.

Diante da multiplicidade de experiência humana que a história social permite, compreendemos que ela propõe a busca de novos atores sociais, a fim de se tornarem

própria história. Ele busca redefinir uma análise da luta de classe que fosse mais apropriada à história da classe trabalhadora britânica e, nesse sentido, “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada, ela estava presente em seu próprio fazer-se [...]”. Nesse sentido compreendemos a classe como algo que se constrói historicamente, algo que concentra uma série de acontecimentos, não sendo algo pronto, mas construído a partir das relações sociais. Ver mais em: THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária**. Edward P. Thompson. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 09.

⁷ Ao discutirmos a ideia de classe a partir de Hobsbawm entendemos que no próprio termo há certa dualidade em defini-lo, pois “em certo sentido, é um fenômeno geral de toda história pós-tribal, em outro, é um produto da moderna sociedade burguesa”. Dessa forma, a ideia de classe surge para dar sentido a fenômenos, de alguma forma inexplicável na sociedade, pois o termo não define um grupo de pessoas que lutam de forma isolada, mas uma relação de indivíduos que lutam podendo ter ou não características e interesses diferentes. Para maiores esclarecimentos ver: HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. IN: Sobre História. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. p. 98-99.

⁸ Vale salientar que não é que os estudantes não pertençam a uma Classe, pois enquanto indivíduos eles vêm de determinadas classes da sociedade. Enquanto Movimento Estudantil, os estudantes não são considerados uma Classe para a História Social, ou seja, temos ideias distintas de estudantes com relação ao pertencimento ou não a uma determinada Classe.

⁹ Vale salientar que aqueles estudantes que não participavam do ME de Campina Grande também eram afetados pela luta de Classes, uma vez que constatamos através da história oral exemplos de estudantes que tinham parentes envolvidos no Movimento e sofriam com a repressão, afetando diretamente os demais familiares.

construtores de sua própria história. Dessa forma, na história social os fenômenos que tradicionalmente são interesses dos historiadores sociais dizem respeito à consciência coletiva, aos movimentos sociais e a dimensão das mudanças culturais, existindo laços entre a história social e história do protesto social.

Com relação à discussão historiográfica evidenciaremos o caminho que estamos percorrendo nesse trabalho, a partir de alguns autores, a nível nacional e local, que nos ajudaram a construir uma análise acerca do nosso objeto de estudo. Iniciamos pelo estudo realizado por Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010), historiador que discute a legislação da educação brasileira durante a ditadura militar (1964- 1985). Lira considera que a legislação é o resultado das lutas políticas no país, o que ocasionou vários embates, principalmente com os movimentos de educadores e estudantes. Sendo assim, nessa época, os professores e estudantes resistiam através de movimentos que denunciam a política social do período, e que esses posicionamentos foram decisivos na luta contra a ditadura militar no Brasil.

Para Lira (2010), a insatisfação devido às questões de ensino era evidente, sendo que o movimento estudantil participava de forma ativa na construção das instituições democráticas. A União Nacional dos Estudantes (UNE), de acordo com este autor, desempenhará um papel importante nas lutas em favor da Reforma de Base. O autor chama atenção para o fato de que os estudantes, assim como artistas e intelectuais, procuravam resistir ao golpe de 1964, mantendo uma atividade política intensa nesse período, criando as

[...] “entidades livres”, diretórios e centros acadêmicos paralelos ou oficiais, já que estes, pela Lei Suplicy¹⁰, estavam sob o controle direto do governo e proibidos de promover o debate político. Apesar de extinta, a UNE¹¹ ainda

¹⁰ Esta Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964 visava a extinção do movimento estudantil. Poerner (1968) nos mostra que para acabar com a participação política dos estudantes, “a lei procurou destruir a autonomia e representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação”. Partindo desse entendimento, percebemos que a intenção da Lei era justamente substituir a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEEs), impossibilitando dessa forma, o diálogo entre os Diretórios Acadêmicos e os alunos. Ver POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros** - Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira p. 242. A obra de Poerner é considerada um clássico para aqueles que estudam sobre movimento estudantil, sendo lançado em 1968, momento em que as lutas estudantis ganharam uma maior repercussão a nível nacional. Nesse sentido, ao analisar as histórias contidas nessa obra é preciso ter cuidado, pois foi um livro produzido no calor dos acontecimentos. Alguns autores também o consideram uma espécie de história oficial do Movimento Estudantil, em especial João Martins Filho em sua obra.

¹¹ É interessante ressaltar que o movimento estudantil no Brasil surge e ganha destaque no cenário social, especialmente, a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, apresentando um caráter organizado e de emancipação nacional, no qual jovens estudantes buscaram reivindicações para sua categoria, ao mesmo tempo em que se constituíram em importantes personagens na construção de suas próprias histórias. Dessa forma, muitos jovens demonstravam sua oposição ao regime militar tendo como principal representante a UNE, que fora reprimida e perseguida com a instauração da ditadura militar em 1964. Poerner (1968) nos

era um símbolo político importante. Os estudantes ligados a AP (Ação Popular) começaram a reorganizar a entidade logo depois do golpe. Na realidade, a UNE continuou atuando mesmo na ilegalidade até a sua extinção em 1973. (LIRA, 2010, p. 126).

O trabalho de Alexandre Lira se diferencia do nosso trabalho porque está inserido dentro das discussões da História da Educação, evidenciando, principalmente, discussões acerca da legislação educacional brasileira e suas lutas políticas, a partir do Acordo MEC-USAID, chamando atenção à política educacional adotada pelos presidentes do nosso país, culminando com a luta pela redemocratização do Brasil em 1985. Já o nosso trabalho, apesar de evidenciar também a luta dos estudantes por melhorias no campo educacional, está inserido no contexto da história social e mostra como as lutas reivindicatórias dos estudantes campinenses que iniciaram no período anterior ao golpe, e como estas deram continuidade após a instauração do Regime militar na Paraíba.

Também, destacamos na área de história o trabalho de Flávia de Angelis Santana (2007) que estuda o papel do movimento estudantil no cenário brasileiro entre 1964 e 1984. De acordo com a autora, o ME lutou contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura militar no âmbito político, social, econômico e educacional. Relaciona em seu trabalho o uso das fontes bibliográficas e os depoimentos, bem como da História Oral para mostrar como se deu a história do Movimento Estudantil das Universidades públicas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O trabalho de Santana tem como objetivo evidenciar a atuação do ME como um movimento que vivenciou quatro diferentes fases entre os anos de 1964 a 1984. Essas fases foram denominadas pela autora como Liberdade, Resistência, Silenciamento e Retomada. Ela chama atenção para o fato de que a atuação dos estudantes, nesses diferentes momentos, foi de suma importância, já que eles acompanharam as transformações políticas no país.

Sua pesquisa analisa o ME num espaço temporal extenso em relação ao nosso trabalho, ou seja, Flávia de Angelis Santana tem como recorte temporal cerca de vinte anos (1964-1984), enquanto nós analisamos a história do ME de Campina Grande, apenas na década de sessenta. Nossos trabalhos não se diferenciam apenas nas questões de espaço e tempo, mas na forma como relacionamos o nosso objeto de pesquisa, uma vez que evidenciamos os conflitos e as tensões dos estudantes campinenses caracterizando como se dava a resistência dos estudantes campinenses no contexto da ditadura militar, enquanto a

informa que a “UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica”. Ver POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**- Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira. p. 242.

citada autora mostra uma visão geral acerca da atuação do Movimento Estudantil de SP, MG e RJ.

Ao tratar da censura que se instaurou no Brasil entre os anos de 1968 e 1974, Santana (2007, p.114-115), no capítulo III de seu trabalho denominado *Silenciamento*, discute que naquela época “era comum encontrar nas páginas de jornais falsas versões preparadas pelos órgãos de repressão, para o assassinato de indivíduos que haviam sido presos e torturados pelo regime militar”. No entanto, no ME de Campina Grande, percebemos que no período da censura na Paraíba, nem todos os estudantes estavam engajados nas lutas reivindicatórias na sociedade, e os que eram engajados tinham interesses distintos. Dessa forma, o ME de Campina Grande se constituía num movimento heterogêneo, ou seja, um movimento que refletia interesses diversos, tais como: como melhorias no campo educacional e luta contra a ditadura militar.

Dando continuidade, a nível nacional, uma das mais importantes obras sobre movimento estudantil é *O Fantasma da Revolução* do sociólogo Marcelo Ridenti, que tem como principal objetivo analisar os estudantes como fonte de recrutamento das esquerdas em armas na década de sessenta e setenta, sendo que essa ideia fazia parte da oposição ao regime ditatorial. Esse autor evidencia o surgimento dos partidos políticos e movimentos de esquerda que atuavam no Brasil no período da ditadura militar, considerando que “o golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressivas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros”. (RIDENTI, 2010, p.29).

Ridenti (2010) ao enfatizar sobre a esquerda armada, tema central de sua obra, ele nos fala que “a ligação entre o movimento estudantil e as organizações de esquerda estreitava-se entre 1967 e 1968”. Segundo ele, vai ser nesse período que o ME procura avançar, haja vista a presente ideia de uma redemocratização do país e, ao mesmo tempo, um retroceder devido o momento de endurecimento do regime militar e a repressão política que fora instituída com o surgimento, em 1968, do Ato Institucional nº 05 (AI-5).

Nessa mesma direção seguiram outros trabalhos¹² como *Combate nas Trevas- A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada* do historiador Jacob Gorender. Em

¹² Dentre os trabalhos produzidos sobre a temática Movimento Estudantil, Ditadura Militar e questões correlatas temos importantes obras, tais como: GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas- A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3º ed. São Paulo: Ática, 1985 ; RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2ª ed. Ver. E ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010; FERRER, Eliete. **68 a geração que queria mudar o mundo: relatos- Organização: Eliete Ferrer**. - Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011; VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência- movimento estudantil e ditadura militar no Brasil- Maria Ribeiro do Valle- 2ª ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008; ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005. Coleção História; FICO, Carlos.

sua obra ele evidencia as histórias do movimento de esquerda brasileira desde o período anterior ao golpe militar no Brasil. Segundo o autor, “os anos de 64 a 68 apareceram como um processo de tentativa e erro por parte dos generais donos do poder. Processo de agitações dentro do meio militar e de seu confronto com as reações das classes sociais e das organizações de esquerda”. (GORENDER, 1985, p.153).

Nesse trabalho, Gorender (1985, p.56) analisa como se dava a luta pelas reformas de base, evidenciando que ela “enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista mais avançado, onde o Brasil poderia se tornar tanto um país capitalista como se transformar em socialista”. Ele chama atenção à atuação dos partidos políticos, a nível nacional, dando ênfase principalmente ao PCB que “no período de 64-68 assinalou vertical decréscimo da capacidade de atuação nos meios estudantis, onde as dissidências estudantis passaram a atuar de maneira coordenada”. (GORENDER, 1985, p.159).

Nesse processo de produção acerca do Movimento Estudantil e a Ditadura Militar, surge na Paraíba uma importante obra *Poder Local e Ditadura Militar- O Governo João Agripino-Paraíba (1965-1971)* da historiadora Monique Cittadino (2006). A autora mostra como estava organizada a Paraíba no período que foi governada por João Agripino, discutindo a partir de biografias colhidas com seus familiares e relacionando a atuação de seu governo aos aspectos sociais, políticos e econômicos que a Paraíba enfrentou, a partir do golpe militar em 1964.

Monique Cittadino relaciona em sua obra uma diversidade de transformações ocorridas na Paraíba com o golpe militar de 1964, como a campanha eleitoral de 1965, os investimentos de infraestrutura ocorridos no governo de João Agripino, a construção de rodovias, bem como as mobilizações do movimento estudantil na época. Nesse sentido, sua pesquisa se concentra em distintos aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem a Paraíba no contexto da ditadura militar. Porém, nosso trabalho se diferencia uma vez que evidenciamos as lutas dos estudantes campinenses no contexto pré-golpe militar, perpassando o período pós-golpe militar na Paraíba, com o intuito de entendermos de que forma essas lutas tiveram continuidades na sociedade, mesmo com a instauração da ditadura militar.

Um trabalho recentemente apresentado na UFPB sobre o movimento estudantil universitário foi *Da convivência ao despertar militante: O movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1986)* da historiadora Érica Lins Ramos(2014). Dentre os

trabalhos sobre Movimento Estudantil de Campina Grande, o da citada autora possui certa aproximação com o nosso, pois se trata de uma mesma temática desenvolvida no mesmo contexto da década de sessenta. Certa aproximação, no entanto, não significa trabalhos idênticos, pois o nosso se diferencia na forma e no olhar como evidenciamos nosso objeto de pesquisa, uma vez que desenvolvemos a temática ME na perspectiva da história social, dando-se ênfase a história das lutas de classes e suas experiências, tendo respaldo em teóricos como E. P. Thompson. Mesmo não constituindo uma Classe para a história social, como já foi mencionado anteriormente, identificamos que os estudantes sofriam influências desse ideário, o que influenciava na sua forma de luta reivindicatória na sociedade campinense.

O trabalho de Érica Lins está envolto da história cultural, onde ela se apropria dos conceitos de cultura política, nova história política e nova história cultural para explicar que o Movimento Estudantil Universitário de Campina Grande não estava à margem da sociedade, ou seja, estava articulado com a União Nacional dos Estudantes (UNE), na luta por melhorias no campo educacional. Essas lutas foram denominadas pela historiadora como bandeiras, reivindicações dos estudantes que se davam, na época, a nível nacional e local.

O trabalho de Érica Lins se propõe a analisar o ME universitário na cidade de Campina Grande, entre os anos de 1964 -1968. Porém, apesar de o nosso trabalho evidenciar o ME universitário, não deixamos de relacionar o nosso objeto de pesquisa com o ME secundarista, haja vista que havia uma relação importante na sociedade campinense de estudantes que começavam suas militâncias no período secundarista, dando continuidade as suas lutas e quando estes estudantes entravam na universidade, passavam a militar no ME universitário. Assim, sempre que possível buscaremos fazer essa relação, evidenciando como isso estava presente na fala de nossos depoentes, bem como em matérias de Jornais que pesquisamos no Diário da Borborema.

O USO DAS FONTES

Ao discutirmos sobre o Movimento Estudantil de Campina utilizaremos diversas fontes como a História Oral¹³, O Jornal Diário da Borborema e o Jornal A União, bem como

¹³ Para CRUIKSHANK “a própria expressão História Oral se refere a um método de pesquisa no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular”. Para saber mais ver: CRUIKSHANK, Julie. **Tradição Oral e história oral:** revendo algumas questões. In: Usos e abusos da história oral- Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Coordenadores 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 pág. 151. De acordo com Meihy “até o começo dos anos 90 a história oral

documentos referentes ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Inspirados nestes referenciais de estudo buscaremos, metodologicamente, explorar as fontes em consonância com o nosso objeto, observando qual o lugar institucional de quem o escreveu e quais foram às intencionalidades que o fizeram produzir tais documentos.

De acordo com Portelli (2007, p.66), “a história oral pesquisa a memória dos indivíduos como desafio, encarando a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como um processo em andamento”. Nesse sentido, nos relatos de nossos depoentes acerca do ME iremos perceber como se dava suas histórias de resistência no contexto da ditadura militar, bem como compreender que a memória tem uma função social. Para Bosi (1994) a “memória mostra que o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária no que lembra e na forma como lembra”.

De acordo com Bosi o tempo da memória é social, pois repercute no sentido e no modo de lembrar, sendo que a própria lembrança é uma imagem construída por um conjunto de representações que estão presentes em nossa consciência. Assim, por mais nítida que seja uma lembrança, ela não expressará sempre a mesma imagem, pois não seremos sempre os mesmos de então e, possivelmente, nossas percepções se alteram e com elas nossas ideias acerca de nossa realidade.

Assim, percebemos que as histórias dos nossos depoentes estão em constantes mudanças, pois em seus depoimentos acerca do Movimento Estudantil de Campina Grande não há uma linearidade dos acontecimentos e as histórias narradas mudam de acordo com suas lembranças. Dessa forma, ao longo de nossa pesquisa, constatamos através da história oral, que nossos entrevistados nem sempre estão preocupados em organizar suas narrativas de forma cronológica, ou seja, há momentos em que os nossos depoentes estão relatando fatos que ocorreram no final da década de sessenta e, posteriormente, falam de outras histórias que ocorreram no início dos anos sessenta.

Outra fonte que utilizaremos serão os Jornais, nesse caso, *O Diário da Borborema* e o jornal *A União*. Ter acesso ao DB foi problemático devido ao processo de fechamento, reabertura e, posterior, fechamento de seus arquivos ao público durante os dois anos que estive como aluna do PPGH-UFCG. Porém, nesses intervalos de abertura e fechamento

brasileira não figurava nos currículos dos cursos universitários nem aparecia com frequência mínima como tema de congressos e documentações nas humanidades em geral. Ao mesmo tempo, era confundido com a mera prática de entrevistas derivadas o jornalismo, antropologia, sociologia e psicologia”. Ver mais em: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. IN: **História Oral**: desafios para o século XXI/ Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti.- Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 86.

conseguimos ter acesso a matérias que foram de suma importância à construção de nosso trabalho. Vale lembrar que o Jornal, enquanto fonte é muito utilizado por pesquisadores, apesar dele já ter sido considerada uma fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade, uma vez que muitas pesquisas se recusaram a utilizá-lo enquanto fonte.

No entanto, ao utilizarmos os Jornais como fonte é necessário compreendermos quais as intencionalidades de quem os produziu, pois ao longo da pesquisa nos deparamos com fontes tendenciosas, ou seja, fontes que servem aos interesses dos donos do poder. Para Koselleck (2006, p.305) o desejo do historiador em transformar esses vestígios em fontes que testemunham a história o faz percorrer caminhos opostos, ou seja, “ou ele analisa fatos que foram anteriormente articulados na linguagem ou com ajuda de hipótese e métodos reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir de vestígios”.

Nesse sentido, resolvemos utilizar os Jornais enquanto fonte em nossa pesquisa, porque a partir deles temos um novo olhar acerca do estudo sobre o Movimento Estudantil de Campina Grande no período da ditadura militar, pois transformar um jornal em fonte histórica é uma operação em que o historiador se relaciona com caminhos teóricos e metodológicos diferenciados. Nesse sentido, Cruz e Peixoto (2007, p.02) nos afirma que é necessário “entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade”.

Para Camargo (1971, p.01) “o jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que homens tem de sua época e de seus problemas”. Assim sendo, ao analisarmos as matérias dos Jornais não a encaramos como uma verdade, mas uma versão da história de luta dos estudantes campinenses que serve para reafirmar ou confrontar com outras fontes utilizadas por nós como a história oral, por exemplo.

Outra fonte utilizada em nosso trabalho foi a documentação do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), analisando como os estudantes campinenses estavam organizados no contexto da ditadura militar, em que a repressão ao ME era atuante em Campina Grande. O acesso a esse tipo de fonte nos possibilita entender o olhar dos ditos responsáveis por manter a ordem na sociedade campinense, ou seja, o olhar da Polícia Política sobre os estudantes considerados subversivos.

Ao recorrer à documentação do DOPS, enfatizamos histórias de estudantes que sofreram com a repressão e foram marginalizados pela sociedade no período ditatorial.

Considerada fontes sensíveis, esse tipo de fonte tem uma importância fundamental na problematização das histórias, pois através delas podemos ter acesso às informações guardadas em arquivos militares e policiais, onde nos é apresentada uma visão acerca da atuação subversiva dos estudantes. Para Bauer e Gertz (2009, p. 177):

[...] os arquivos de repressão são registros elaborados a partir da ação policial como “fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações de ordens de busca e prisão, mas também de documentos roubados como livros, publicações, correspondências pessoais, entre outros”.

Ao discutir a importância das fontes no campo da história, Carlo Ginzburg (2007) em seu artigo *O inquisidor como antropólogo*, sugere as ambíguas implicações de trabalho entre antropólogos, historiadores e o trabalho inquisitorial que envolve o caso da feitiçaria. Ginzburg (2007, p. 283-284) chama atenção do historiador para que ele não assuma o papel de inquisidor, pois o “impulso dos inquisidores no sentido de buscar a verdade (a verdade deles, naturalmente) nos legou uma documentação extremamente rica, decerto, mas profundamente distorcida pelas pressões físicas e psicológicas”.

Essas pressões físicas e psicológicas estão presentes na documentação do DOPS, principalmente os IPMs (Inquéritos da Polícia Militar), pois constatamos que muitos dos depoimentos dos estudantes eram produzidos sob tortura no momento que eram levados presos à Delegacia. Daí a importância de analisar, de forma cuidadosa, as falas contidas nessa documentação, pois elas podem conter informações falsas devido à forma como foram obtidas. Nesse sentido, “ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois dela depende a construção convincente de seu discurso” (JANOTTI, 2010, p.10).

Por lidarmos com diferentes documentos, nos propomos a fazer o entrecruzamento de fontes, analisando os depoimentos dos militantes estudantis, através do método da História Oral; a visão apresentada nos textos jornalísticos do *Diário da Borborema* e *A União* acerca da atuação dos estudantes de Campina Grande na década de sessenta; a documentação do DOPS, bem como as referências bibliográficas. Compreendemos que “o historiador deve empregar o método para entender e descobrir o conteúdo, assim como a forma que ele se articula com a realidade, e não impor a sua visão de como deveria ser” (GRESPLAN, 2010, p.293).

ESTRUTURANDO A DISSERTAÇÃO

Este trabalho apresenta-se dividido da seguinte maneira:

- No capítulo I mostraremos como as lutas estudantis que estavam em curso no período pré-64 tiveram continuidade, em certa medida, com o golpe militar na Paraíba em 1964. Para isso, enfatizamos a luta dos estudantes no interior da Universidade antes do golpe militar em 1964, o Movimento CEPLAR ao evidenciar que a luta estudantil não se deu apenas dentro das Instituições, mas para além dos muros da Universidade, relacionamos a atuação do Movimento Estudantil e o Centro Estudantil Campinense (CEC) no contexto da ditadura militar na Paraíba, bem como a luta dos estudantes campinenses contra o Acordo Mec-USAID;

- No capítulo II relacionaremos a atuação do movimento estudantil com as questões política e cultural, no contexto de ditadura militar na cidade de Campina Grande. Chamamos atenção, por exemplo, para a formação da Ação Popular (AP) e o papel da Igreja Católica nesse período, bem como as formas como os estudantes organizavam a parte cultural em tempos de ditadura;

- Já no capítulo III evidenciamos como a repressão, o controle e a resistência foram fatores presentes nas lutas dos estudantes campinenses, após o ano de 1968 na Paraíba.

CAPITULO I

ESTUDANTES EM MOVIMENTO: CONTEXTO DE SONHOS, FRUSTRAÇÕES E LUTAS EM CAMPINA GRANDE-PB

“Como nós éramos estudantes, foi ocorrendo o nosso envolvimento nas mobilizações estudantis”.

Rômulo Maranhão do Valle

1.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A UNIVERSIDADE: CONTEXTO DE LUTAS NO PRÉ-64

Com o objetivo de uma melhor compreensão acerca das lutas reivindicatórias dos estudantes campinenses na década de sessenta, iniciaremos nossas discussões apresentando de que forma esses embates que estavam em curso no período pré-64 tiveram continuidade, mas também descontinuidades com o golpe e a instauração da Ditadura Militar na Paraíba em 1964. Para isso, utilizaremos de algumas matérias jornalísticas que nos apresentam uma visão acerca de como estava organizada a Universidade na época e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na luta, que se dava através das greves, por uma educação de qualidade.

Pesquisando no Jornal Diário da Borborema, encontramos uma série de reportagens de Outubro de 1961 que evidenciavam a situação pela qual passava a Universidade da Paraíba¹⁴. Essa Instituição teve sua situação agravada quando suas principais verbas foram bloqueadas pelo Governo Federal. Dessa forma, na matéria publicada no dia 7 de Outubro de 1961¹⁵ encontramos o seguinte:

[...] Em movimento de protesto, a União Estadual de Estudantes decretou há quatro dias a greve geral nas Faculdades Paraibanas, interrompendo o ensino na quase totalidade das Escolas Superiores. O Reitor Mário Moacyr Porto, apesar de encontrar-se no Rio de Janeiro e Brasília há três semanas, nada de

¹⁴ De acordo com Rodrigues (2000) “a Universidade Federal da Paraíba foi instituída pela Lei estadual 1.366 de 02 de dezembro de 1955 e seria federalizada cinco anos depois pela Lei 3.835 de 13 de dezembro de 1960”. Sobre isso ver: RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos - a aventura estudantil (1950-1999)** João Pessoa: Ideia, 2000, p. 110.

¹⁵ Sábado, 7 de Outubro de 1961. **BLOQUEIO DAS VERBAS DA UNIVERSIDADE CAUSA INQUIETAÇÃO ENTRE PROFESSORES E ESTUDANTES** - Universitários entraram em greve de protesto - Diretores de Faculdades se movimentam. In: Diário da Borborema.

concreto comunicou para este Estado, o que aumenta ainda mais o mal estar reinante.

DIRETORES SE MOVIMENTAM

Diretores das Faculdades Paraibanas tem mantido constante contato entre si procurando adotar uma atitude que venha ajudar na solução do impasse. A Universidade da Paraíba é integrada por dez unidades superiores das quais duas são localizadas em Campina Grande, a Escola Politécnica (de engenharia) e a Faculdade de Ciências Econômicas. Os estudantes de ambas as Escolas solidários com os seus colegas da Capital declararam-se em greve pacífica até que as Autoridades Federais do Ensino resolvam a situação criada pelo bloqueamento das verbas (DIÁRIO DA BORBOREMA, 7 DE OUTUBRO DE 1961).

Nesse contexto de 1961¹⁶, a greve foi uma maneira utilizada pelos estudantes para que a situação da precarização do ensino fosse discutida na Universidade da Paraíba, o que demonstra que muito antes do golpe militar no Brasil, eles já estavam articulados na luta por melhorias de ensino.

A luta dos estudantes campinenses por melhorias na qualidade de ensino, também, estava relacionada à luta por aumento do número de matrículas na Universidade, perspectiva que surgirá a partir de 1960, bem como mudanças na estrutura física da Instituição, já que esta não se encontrava preparada para o aumento no número de alunos a serem matriculados. De acordo com a documentação encontrada constatamos que:

AUMENTO DE MATRÍCULAS

[...] Com a política agressiva de expansão das matrículas no ensino superior que o Governo Federal esta adotando e terá que acentuar, sob pena de estrangular o desenvolvimento do país, as escolas de engenharia terão nos próximos 4 anos que enfrentar um grande aumento de matrículas, paralelamente ao desejo de um número cada vez maior de jovens optarem por carreiras técnicas. Já se fala inclusive em um vestibular em junho em todo o país para as escolas de engenharia. Numa perspectiva dos próximos 4 anos, julgamos que em 1971, esta Escola contará com uma matrícula de 850 alunos, nos seus cursos de graduação.

CONDIÇÕES ATUAIS DE FUNCIONAMENTO

SALA DE AULAS

Este ano, já, esta Escola vem enfrentando sérios problemas de acomodação de alunos e funcionamento de laboratórios, acarretados pela diversificação de currículos e pelo aumento de matrículas. Atualmente dispõe a Escola de 8 salas teóricas e 1 anfiteatro, além de duas salas de desenho. Tanto o

¹⁶ Nesse ano os estudantes da Universidade da Paraíba iniciam seus movimentos de greve, enquanto no Brasil, de maneira geral, ocorre a renúncia do Presidente Jânio Quadros diante do Congresso Brasileiro e a posse do vice João Goulart. Também foi nesse período, de acordo com Santana (2007) que “mesmo com a conquista de alguns avanços positivos no âmbito universitário, como aumento das matrículas no ensino superior e o privilégio deste último em detrimento dos graus inferiores de ensino, os estudantes não se mostravam satisfeitos, mantendo uma atitude inquietante diante do contexto que se delineava no país”. Ver mais em SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007, p. 22.

anfiteatro como as salas de aulas teóricas, com exceção de uma, tem capacidade apenas para 40 alunos¹⁷.

Nesse contexto, vale salientar que parte desses estudantes que vinham estudar em Campina Grande era oriunda de classes populares e, mesmo com todas as limitações impostas, como falta de vagas nas Universidades ou precarização na estrutura física da Instituição, o acesso ao ensino superior, representava uma perspectiva de mudança da realidade social na qual estes jovens estavam inseridos. Assim, parte dessas lutas estudantis ocorreu no interior da própria Universidade que reivindicavam por mais verbas para a Educação, bem como uma maior participação nas decisões universitárias.

Dando continuidade à nossa pesquisa foram encontradas outras matérias a respeito da greve dos estudantes universitários por melhorias na Educação. Na edição de 17 de Outubro de 1961¹⁸ do Jornal *Diário da Borborema*, por exemplo, o Diretório Acadêmico da Escola Politécnica de Campina Grande distribuiu a seguinte nota à imprensa:

Os Universitários da Paraíba estão em greve desde o dia 4 do mês corrente. Greve de protesto contra o tratamento desigual dado ao Norte e Nordeste do Brasil, pelos primos ricos dona da República. Sentimo-nos na obrigação de esclarecer a opinião pública a fim de que interpretações apressadas não venham cognominar de vadios estudantes que se sacrificam privando-se de receber os ensinamentos dos mestres para que não seja fechada aos irmãos mais moços, a Universidade que só de nome foi federalizada em maio do corrente ano. O Ministro da Educação e Cultura acaba de dizer como justificativa à sua impatriótica recusa de liberar as verbas de nossa Universidade, das quais depende sua sobrevivência que “ao Norte bastam as Universidades da Bahia, Pernambuco e Ceará, as outras que se fechem”. Como sabemos somente os estudantes ricos como ele Ministro o foi, tem possibilidades de mudar de meio deslocando-se para os maiores centros para cursar uma UNIVERSIDADE. Aos estudantes pobres, que não poderiam chegar até a Universidade dos grandes Centros, veio ela ao seu encontro, como é o caso da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, estrategicamente localizada em CAMPINA GRANDE. Lançamos daqui nossa modesta advertência aos Ministros de Educação e outros governantes que tornam cada vez mais difíceis por medidas dessa natureza às condições já de inferioridade dos nordestinos. Wellington Maria dos Santos-Presidente¹⁹. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 DE OUTUBRO DE 1961).

Com relação à matéria encontrada no DB, dois pontos interessantes nos chamaram atenção: O primeiro aspecto é com relação ao “tratamento desigual dado ao Norte e Nordeste do Brasil” e o segundo diz respeito à localização da Universidade da Paraíba, tida como

¹⁷ **AUMENTO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS A PARTIR DE 1960**. Pesquisa realizada em 13 de maio de 2012, no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG.

¹⁸ **DIRETÓRIO DA POLITÉCNICA MANIFESTA-SE SOBRE GREVE** - Nota distribuída à Imprensa aborda justificativa do Ministro. Terça-feira, 17 de Outubro de 1961; In: *Diário da Borborema*. Assinada por Wellington Maria dos Santos- Presidente.

favorável ao desenvolvimento daqueles estudantes que “não poderiam chegar à Universidade dos grandes Centros”²⁰.

Segundo essa matéria do *Diário da Borborema*, grande parte dos estudantes pertenciam às classes populares e não poderiam ter acesso a uma “Universidade dos grandes Centros”²¹. Nesse sentido, a criação da Universidade da Paraíba se constituía como uma possibilidade desses mesmos estudantes terem acesso ao Ensino Superior, sem a necessidade de se deslocarem para outras regiões do país.

Outra importante matéria que encontramos foi sobre a atuação dos estudantes campinenses com relação à greve de um terço²². Por considerarmos interessantes as informações nela contida, resolvemos trazê-la na íntegra para que o leitor tivesse, de maneira geral, uma visão acerca dos embates que envolviam os estudantes, professores e o Governo.

²⁰ Com relação à discussão sobre Norte e Nordeste, a historiadora Rosa Maria Godoy em sua obra trata da “percepção da classe dominante das províncias de Pernambuco e Paraíba ao evidenciar o espaço diante do impacto do processo modernizador, uma vez que a chama da ideologia do espaço referente a uma parte da hoje denominada região Nordeste caracteriza o processo de articulação entre os vários espaços (as chamadas “regiões”) da formação social brasileira”. Ver mais em SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional** (fac0Similar)- João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p.15 . Nesse sentido, Rosa Godoy evidencia uma crítica a ideia dos dois brasis: um Brasil desenvolvido e um Brasil subdesenvolvido, a chamada tese dualista em que mostra a ideia do desenvolvimento desigual e combinado para caracterizar o capitalismo que passa a se desenvolver ao incorporar áreas subdesenvolvidas, o capitalismo articulando essas áreas subdesenvolvidas para manter suas relações de poder. Diferentemente das ideias apresentadas por Rosa Godoy, percebemos que há uma caracterização da região Nordeste como um lugar de atraso ao contrário do Sul que nos é apresentado pela historiografia brasileira como uma região progressista, desenvolvida, moderna. Essa ideia é apresentada pelo historiador Durval (2011), ao evidenciar que uma das causas para se perceber e apresentar essa suposta superioridade do Sul com relação ao Norte estaria relacionada às “mudanças na economia da região Norte, bem como o seu processo de industrialização e urbanização, acompanhada com o fim da escravidão e a imigração em massa para essa região. Na sua visão, São Paulo se diferenciaria das demais regiões do país por vivenciar uma nova concepção de sociedade e modernidade, apresentando-a como uma cidade com um crescimento acelerado”. Ainda de acordo com Durval, “o Nordeste atrasado e o Sul desenvolvido surgem na tentativa de legitimar uma relação de poder, ressignifica da historicamente, haja vista que os diversos discursos regionais chocam-se na tentativa de fazer com os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país”. Para maiores esclarecimentos ver ALBUQUERQUE Junior, Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago- 5ª ed.- São Paulo: Cortez, 2011; p.61

²¹ Apesar de que em momentos da pesquisa constatamos que o perfil de alguns desses estudantes pertenciam à classe média da sociedade campinense.

²² É interessante ressaltar que a Greve de um terço mencionado na matéria faz referência à luta dos estudantes para que o Governo pague o terço da verba destinada ao funcionamento da Universidade Federal, diferentemente da Campanha de um Terço, onde estudantes e professores lutavam para que tivessem uma mesma participação de forma significativa nos Conselhos da Universidade. De acordo com Poerner (1968), a greve de um terço foi uma greve nacional chegando a paralisar a maior parte das quarenta Universidades brasileiras, sendo 23 Federais, 14 Particulares e 03 Estaduais, além de ter sido ocupado o Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Vale salientar que mesmo não alcançando seus objetivos iniciais, a greve de um terço, de acordo com Poerner, ocupa um lugar especial na história do movimento estudantil porque demonstrou a grande capacidade de mobilização dos estudantes na tentativa de sensibilização da opinião pública acerca dos problemas das Universidades. Para maiores esclarecimentos ver: POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**- Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira, p.206.

No dia 18 de Outubro de 1961²³ foi publicada pelo Jornal Diário da Borborema a seguinte informação:

Centena de estudantes do Curso Superior na Paraíba encontra-se em greve desde algumas semanas. Decidiram eles cruzar os braços e esperar que o Governo Federal volte atrás em sua estúpida decisão de não pagar senão um terço da verba destinada ao funcionamento da Universidade da Paraíba. Este Governo não está realmente merecendo respeito do povo brasileiro; este Governo não está à altura de suas responsabilidades. O Ministro da Educação, um baiano que renega a própria região geográfica e que devia estar espiritualmente ligado, este Ministro da Educação não pode ser tomado a sério. Alegou ele que, uma vez os professores das Escolas Superiores da Paraíba, antes da federalização ganhavam ordenados de pouco mais de dez mil cruzeiros podem agora e devem contentar-se com uma repartição provisória de 40 milhões entre si. O Sr. Oliveira Brito não sabe sequer medir a extensão da barbaridade que aconselha. Seria o Reitor da Universidade, seriam os diretores das Faculdades a fazer leis por si mesmos, quando os professores das Escolas federalizadas devem receber por lei ordenados fixados dentro de limites certos. O mais espantoso, todavia, é que os deputados e senadores da Paraíba estejam assistido sem protesto a essa inversão absurda nos trâmites legais, determinada por um colega seu, membro da Câmara dos Deputados talvez equivocadamente levado a categoria de Ministro de Estado. O Sr. Oliveira Brito não tem o direito de zombar da Paraíba no governo da República, que é parlamentar, tem o direito de deixar zombar dessa maneira de seu Estado. Infelizmente apesar de tantos paraibanos ilustres nos altos postos desta Nação não parece que a atitude dos estudantes paraibanos vinha a ter nenhum resultado. Eles protestam, mas seu protesto não ultrapassam as fronteiras do Estado. Nossos políticos estão passivos diante do atestado da Paraíba. Apenas um ou outro discurso na Assembleia e agora a ação mais enérgica do Governador Pedro Gondim concitando a Imprensa regional a uma posição de veemente combate a atitude discriminatória contra a Paraíba no que diz respeito à verba de sua Universidade. Não podemos deixar desemparados nossos estudantes universitários. Não podemos nesta hora decepcioná-los. Devemos levar-lhes a solidariedade de outras classes sociais até que possa o nosso clamor impressionar a inércia, a passividade, a leviandade dos homens que conduzem nesse momento os destinos do país. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 DE OUTUBRO DE 1961).

Essa matéria evidencia como se dava o “protesto dos estudantes” com relação à precarização de verbas destinadas à Universidade da Paraíba, pois o não pagamento delas implicaria no não funcionamento dessa Instituição, o que prejudicaria os estudantes e professores. Diferentemente das outras matérias discutidas por nós até o momento, esta se diferencia das demais por chamar atenção para o descaso de Senadores e Deputados com a

²³ Quarta-feira, 18 de Outubro de 1961. **PROTESTO DOS ESTUDANTES.** In: Diário da Borborema.

Universidade, além da necessidade da união de outras classes sociais,²⁴ para que os estudantes campinenses não ficassem desamparados em suas lutas.

A reportagem do Diário da Borborema mostra que na época o Governador da Paraíba, Pedro Gondim²⁵, convidou a Imprensa a combater o que ele julgava ser “uma atitude discriminatória contra a Paraíba no que diz respeito à verba de sua Universidade” (informação verbal). Nesse sentido, ao pesquisarmos em outro Jornal²⁶, a respeito das verbas para a Universidade Federal, o Governador Pedro Gondim convocou ao Palácio a imprensa de João Pessoa, de Campina Grande e mais as estações emissoras de rádio, com o objetivo de falar sobre a Universidade da Paraíba. Inicialmente ele expôs a atitude do Ministro da Educação, Baiano Oliveira Brito, de ter recusado a processar a verba de 130 milhões de cruzeiros destinada ao pagamento dos professores contratados das várias Escolas Superiores que constituíam a Universidade.

De acordo com a reportagem que analisamos o Senhor Pedro Gondim afirmou não ser verdade que o ex-presidente Jânio Quadros havia mandado arquivar o processo que pedia o pagamento da verba, pois se isso tivesse ocorrido não estaria obrigando o atual governo a cumprir um despacho do governo anterior.

Nesse sentido, não haveria desculpa para tal atitude que acarretaria prejuízo aos interesses da Paraíba, seja por parte do Ministro da Educação ou do próprio Conselho de Ministros. Além disso, foi enfatizado que após vários pronunciamentos dos jornalistas, ficou decidido que, funcionaria na sala do Palácio da Redenção um Comitê de Imprensa com a

²⁴ A ideia de classe além de ser definida como uma formação social e cultural, ela só adquire sentido ao longo de um processo histórico que envolve a experiência dos indivíduos. Entendemos que a noção de experiência faz sentido quando relacionamos a classe enquanto uma experiência vivenciada pelos indivíduos numa mesma sociedade. Para Thompson (1987) “a experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que nasceram [...] A consciência de Classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. Ver mais em: THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária**. Edward P. Thompson; Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, (p.09). Para a História Social esses estudantes não se constituem enquanto Classe social e sim como uma categoria social. Mesmo não se constituindo enquanto Classe iremos perceber que eles irão sofrer, de maneira geral, as influências da dinâmica social no qual estavam inseridos.

²⁵ De acordo com a historiadora Monique Cittadino, Pedro Gondim toma posse de seu segundo mandato no dia 31 de janeiro de 1961 “no mesmo clima de entusiasmo popular vigente durante a campanha eleitoral”. Segundo esta autora seu governo “vai coincidir, na sua maior parte, com os anos críticos dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart. A renúncia de Jânio, em agosto de 1961, aprofundou a crise na qual estava mergulhado o país e que envolvia a definição da política econômica vigente e, associadamente, a questão da mobilização e da participação populares no cenário político nacional”. Para maiores esclarecimentos ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba** - Monique Cittadino - João Pessoa: Editora Universitária/Ideia. 1998; (p.113).

²⁶ Encontramos uma matéria no Jornal *A Gazeta Campinense*; edição de 22 de Outubro de 1961, intitulada: **MINISTRO CONTRA UNIVERSIDADE!** Impossível funcionar as Faculdades Federais do Estado da Paraíba somente com um terço da verba participativa para o ano. – Os Estudantes podem até perder o ano, mas manterão a greve até que a verba seja integralmente paga.

missão de dar uma ampla cobertura aos movimentos que tinham o interesse de prejudicar a Universidade da Paraíba.

Assim, os jornalistas presentes à reunião comprometeram-se em fazer a Campanha contra a atitude do Ministro Oliveira Brito, dando cobertura à greve dos Universitários paraibanos, considerados os grandes prejudicados com o corte da verba da Universidade²⁷.

O momento de luta dos estudantes campinenses por melhorias na Universidade da Paraíba, no período pré-64, coincide com o processo de transformação política e social que o Brasil estava vivenciando, despertando-se uma maior participação popular no campo e na cidade.

No campo as Ligas Camponesas²⁸, de acordo com Ridenti (2010, p.28), “eram compostas por lavradores, estudantes e trabalhadores intelectuais, atuantes, sobretudo, na região Nordeste, onde lutavam pela realização da reforma agrária”. Nos centros urbanos a Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos, a CEPLAR²⁹ que “objetivava a erradicação do analfabetismo como tática para ampliar e esclarecer o eleitorado”³⁰.

²⁷De acordo com a matéria apresentada pela Gazeta Campinense “os representantes da Paraíba na Câmara e no Senado” seriam solicitados a lutar em favor da Universidade, sendo motivo de estranhamento o silêncio comprometedor dessas pessoas, o que despertou revolta e repúdio. Nesse contexto, é evidenciado que o Ministro ansiava liberar somente 40 milhões dos 130 milhões destinados à Universidade. Assim, de acordo com a matéria, esses 40 milhões não daria para pagar os profissionais nomeados para as várias Escolas. Esses representantes da Paraíba na Câmara e no Senado que a matéria veiculada no Jornal *A Gazeta Campinense* de 22 de Outubro de 1961, faz referência aos Deputados e Senadores que fora evidenciado na matéria do Jornal *Diário da Borborema*, que data de 18 de Outubro e 1961.

²⁸ A historiadora Socorro Rangel em sua dissertação de mestrado trata da questão da Reforma Agrária como um problema nacional, evidenciando os investimentos que tornaram possível essa emergência e discutindo a redefinição de antigos projetos e suas configurações políticas. Também, em sua obra mostra a trajetória de João Pedro Teixeira e chama atenção para a pretensão de alargar as possibilidades de pesquisa com processos-crime, a partir de 1960 quando os conflitos atingem o ambiente do tribunal de Sapé. Para maiores esclarecimentos ver RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: Uma história das Ligas Camponesas**. Dissertação de Mestrado. Campinas. Agosto-2000. Como indicação de leitura referente às Ligas Camponesas, temos outros textos de autores paraibanos como BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste. O Vietnã que não houve**. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: UEL/UFPA, 1996; MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: Como o herói camponês**. Dissertação (Mestrado em História)- Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

²⁹ A CEPLAR era uma Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos que contava com a participação dos estudantes de Campina Grande, fazendo parte do movimento de educação e cultura popular que tinha como método do educador Paulo Freire a ideia de que “a leitura da palavra implicava na leitura do mundo”. Grande parte desses estudantes que compunha a CEPLAR fazia parte da JUC (Juventude Universidade Católica) e atuava na sociedade como professores de jovens e adultos. De acordo com Poerner (1968) “os estudantes, efetivamente, tomavam consciência da realidade nacional aproximavam do povo, ao participar com destaque da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, conforme o método especializado do professor Paulo Freire”. Ver mais em: POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**- Rio de Janeiro: 1968. *Civilização Brasileira* (p.209). É interessante ressaltar que a matriz formadora do método Paulo Freire é proveniente de uma tradição cristã que veio sofrendo os impactos das mudanças ocorridas dentro da Igreja Católica, com a formação de um Cristianismo engajado.

³⁰ Para maiores esclarecimentos ver RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**- 2. ed. Ver. E ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.28.

Nesse período o movimento de cultura popular também ganha destaque, surgindo paralelamente à Paraíba, o CPC³¹ (Centro Popular de Cultura) da UNE em Recife-PE, que fora inspirado no MCP (Movimento de Cultura Popular), onde atuava o educador Paulo Freire, que se tornava referência para a educação no Brasil. Daremos continuidade evidenciando as lutas estudantis relacionadas ao Movimento CEPLAR na Paraíba.

1.2 NÃO SÓ DENTRO DA UNIVERSIDADE LUTAOS ESTUDANTES: O MOVIMENTO CEPLAR

Os estudantes campinenses lutavam por melhorias educacionais, não apenas dentro da Universidade da Paraíba com as greves, mas para além dos muros desta Instituição. Assim sendo, buscaremos analisar a atuação dessa categoria na Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos na Paraíba- CEPLAR, ainda no período pré-64.

Para isso, convidamos o leitor a entender melhor, a partir de nossa depoente Maria Salete Van der Poel³², como ela se envolveu nessa Campanha e, de que forma esta surgiu em Campina Grande no momento anterior ao Golpe militar na Paraíba. A senhora Salete nos informa:

Eu comecei a militância quando ainda era do Curso Ginásial no Colégio Alfredo Dantas [...]. O padre Antônio Nóbrega era o grande articulador político daqueles movimentos chamados de Vanguarda, de esquerda de Campina Grande [...]. Nessa época eu comecei a militância, em janeiro de 1963 para o começo de fevereiro de 1963 e o assunto no Brasil era o “milagre” do método Paulo Freire que alfabetizava em quarenta horas e isso interessou muitos políticos, isso interessou profundamente ao Prefeito de

³¹ Segundo Poerner (1968) o CPC da UNE foi fundado por volta de 1961, mas só começou a funcionar realmente em 1962, mais precisamente no final da gestão de Aldo Arantes, tendo como direção Elyio Medeiros Pires Filho e com a finalidade de se tornar uma empresa de cultura popular. Para isso, foi organizada a UNE-Volante, em que o CPC levava mensagens culturais a todas as capitais do país. Dessa forma, o Movimento de Cultura Popular vai se tornando um verdadeiro fenômeno na história da cultura brasileira em que jovens intelectuais e artistas se voltam para os círculos culturais, unindo-se aos universitários com o propósito de dialogar com o povo sobre os problemas relacionados à Arte no Nordeste. Para maiores esclarecimentos ver: POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**- Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira.

³² A nossa depoente “lutou como militante antes do Golpe de 1964. Tem formação na área de Educação, sendo Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela UFPB. Com a instauração do Golpe Militar na Paraíba trabalhava como professora e era engajada em Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos. Foi Alfabetizadora, Coordenadora e Fundadora da CEPLAR na Paraíba, considerado o maior Movimento de Alfabetização daquela época”. Ver mais em: 8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/ UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositora: Maria Salete Van der Poel. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). Projeto: Compartilhando Memórias: Repressão e Resistência na Paraíba. Vol. 8- Maria Salete Van der Poel João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12 v.

Campina Grande Severino Cabral que era muito grande, muito alto e o povo chamava “pé de chumbo”. Aí seu Cabral “endoideceu” e falou que “se fosse esse negócio para fazer voto, alfabetizar em quarenta horas, então vamos alfabetizar o pessoal de Campina Grande”.

[...]

Eu fui para fazer um curso com Paulo Freire e da Equipe dele lá no SEC (Serviço de Extensão Cultural) que era ligada a Universidade de Pernambuco, sendo o SEC coordenado por Paulo Freire, mas eu não fui na Equipe do Severino Cabral, eu já fui para esse Encontro como militante da AP (Ação Popular)³³, eu fui como uma tarefa da AP de assistir o Programa, me infiltrar e trazer o Projeto para Campina Grande para que o projeto não caísse somente nas mãos dos políticos. Lá foi um curso de uma semana e tinha universitários do Brasil todo. Foi um curso maravilhoso, uma parte dada pelo próprio Freire, outra parte encantadora dada por Joamar Muniz de Brito e a parte de Metodologia da Linguagem foi dada por Aurenice e por Adosina, que carinhosamente nós a chamávamos de Dosa, que faleceu ano passado³⁴. (informação verbal).

Na fala da depoente Maria Salete, compreendemos que houve interesse por parte do Prefeito de Campina Grande, o senhor Severino Cabral, em trazer para a cidade o projeto de Alfabetização de Jovens, uma vez que isso acarretaria votos no período eleitoral. Dessa forma, há uma tentativa de apropriação do movimento de educação popular pelas oligarquias locais, no sentido de tornar esse Projeto algo lucrativo e que servisse aos próprios interesses da elite campinense.

De acordo com a historiadora Sousa (1988, p.17) a posição de Severino Cabral, na época, enquanto “empresário e fazendeiro foi utilizada como veículo para o assistencialismo, tornando-se uma espécie de “cacife político” que fazia a ponte entre ele e as camadas sociais”. Ainda de acordo com essa autora, Severino Cabral possuía duas posições que se complementavam: “o assistencialista- “amigo do povo”- e o Cabral “rico”, pois enquanto o

³³ De acordo com Santana (2007) “a Ação Popular defendia a inexistência, no país, de um partido realmente revolucionário; atuação e presença constante junto à massa; participação efetiva de classes desfavorecidas no partido”. Nesse período não somente Maria Salete Van der Poel, mas grande parte dos estudantes campinenses constituíam a AP. Para maiores esclarecimentos acerca da atuação da AP, de maneira geral, ver: SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1984**. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo. Departamento de História da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas. P. 23 Para Ridenti (2010), “a proposta de Constituição da AP como movimento político independente brotara no interior da juventude Universitária Católica (JUC), entidade ligada à Igreja nos anos 1950-1960”. Para maiores esclarecimentos RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**- 2. ed. Ver. E ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010 (p.28).

³⁴ 8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/ UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositora: Maria Salete Van der Poel. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). Projeto: Compartilhando Memórias: Repressão e Resistência na Paraíba. Vol. 8- **Maria Salete Van der Poel** João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12 v. Como indicação de leitura sobre a AP temos CIAMBARELLA, Alessandra. **Do cristianismo ao maóismo: A história da Ação Popular**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007; FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007; LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. 2º Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

assistencialismo ocorria em sua própria residência com favores em forma de remédios, por exemplo, o “rico” afirmava-se através de suas atitudes financeiras”.

Dando continuidade ao seu depoimento, a senhora Salete evidencia ainda que, ao voltar à Campina Grande depois do Curso de Formação dado pela Equipe de professor Paulo Freire na Universidade de Pernambuco, ela juntamente com Ofélia Amorim³⁵ e outros estudantes começaram a se engajar, em Campina Grande, na Campanha de Educação Popular da Paraíba, a partir de Março de 1963. Segundo nossa depoente, foi feita uma “experiência piloto” nessa cidade, num bairro chamado “Casa da Pedra” (atual bairro Centenário), havendo um considerável desenvolvimento deste Projeto, pois com o Golpe Militar em 1964, a CEPLAR já contava com cinquenta e cinco núcleos.

Sobre a atuação da CEPLAR em Campina Grande e o engajamento dos estudantes na Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos, com a instauração do Golpe Militar, encontramos uma edição de 01 de abril de 1964³⁶ que nos informa o seguinte:

A CEPLAR continua desenvolvendo grande atividade no setor educacional. Há mais de um mês vem funcionando cerca de trinta núcleos na cidade [...]. Novas salas de aula estão sendo instaladas: cinco destas na sede deste município, uma em Galante e três na vizinha cidade de Queimadas [...]. A Campanha de Educação Popular conta com uma Equipe de professores que vem traçando novos rumos visando à alfabetização de adultos. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 DE ABRIL DE 1964).

Nesse sentido constatamos que, mesmo com o Golpe Militar, os estudantes continuavam atuando na Alfabetização de Jovens e Adultos em Campina Grande, aumentando-se o número de núcleos nesta cidade e nas cidades circunvizinhas. A matéria nos informa, ainda, que a Campanha de Alfabetização tinha por objetivo mobilizar a população campinense para a reivindicação dos problemas relacionados à educação, organizando-se vários núcleos de Alfabetização na cidade, sendo que as primeiras experiências estavam sendo feitas, principalmente, nos bairros Monte Santo, Catolé e José Pinheiro por se tratarem de bairros carentes da cidade em que há falta de infraestrutura, saneamento básico e educação eram notórios.

Ao nos depararmos com essa matéria do Jornal Diário da Borborema, nos questionamos da seguinte forma: Os estudantes relacionados ao CEPLAR conseguiram dar

³⁵Foi advogada que defendeu os camponeses que faziam parte das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba. A dissertação de Mestrado XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)**. 234f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010 aborda, logo no início de sua escrita, sobre a atuação de Ofélia Amorim.

³⁶Campina Grande, Quarta-feira, 1 de abril de 1964. **Objetivo da “CEPLAR” é dinamizar Plano Educacional na cidade**: Cultura Popular. In: Diário da Borborema, p.?.

continuidade as suas lutas mesmo com o Golpe Militar? Será que o Golpe e a instauração de um regime ditatorial não prejudicou, em nada, a luta desses estudantes? Foi com base nesses questionamentos que conversamos com a senhora Léa Amorim³⁷ e ela nos afirmou que, no caso de sua irmã Salete Vander Poel, esta buscou dar continuidade a Campanha de Alfabetização da seguinte maneira:

A sala de nossa casa era cedida para as reuniões e discussões acerca dos projetos de Alfabetização, mas ninguém poderia saber, pois tínhamos medo da repressão. Lá em casa havíamos separado uma sala para aulas e, nesse ambiente, eram realizadas as reuniões escondidas de nossa mãe quando ela ia para a Igreja. Nesses encontros eram feitas leituras no plano teórico sobre Marx, Lênin, os Marxistas de uma maneira geral, onde se discutiam realmente o que os estudantes desejavam que fosse a mudança na sociedade³⁸. (informação verbal).

O depoimento de Léa Amorim nos informa que uma maneira dos estudantes continuarem suas discussões sobre a CEPLAR, com o Golpe Militar na Paraíba era se reunirem na residência da Professora Salete, onde as aulas de alfabetização eram realizadas. Nesse momento inicial do surgimento da Ditadura Militar na Paraíba o medo se fazia presente, havendo a necessidade desses estudantes buscarem novas maneiras de dar continuidade as suas lutas.

É interessante ressaltar que o interesse das classes dominantes que apoiaram o Golpe Militar estava relacionado a um caráter ditatorial que, em Campina Grande, passou a ser combatido, principalmente pelos estudantes que buscavam mudanças na estrutura educacional. De acordo Cittadino (2006, p.116), o Golpe de 64 “significou mudanças muito mais profundas e estruturais na organização sócio-político-econômica do país, na medida em que foi o responsável pelo fim do Estado Populista e pela implantação de uma nova forma de

³⁷ A Senhora Léa Amorim não participou do Movimento Estudantil de Campina Grande, pois segundo ela “estudava pela manhã e noivava à noite”, dedicando o resto de seu tempo livre ao preparo de seu enxoval. Vale salientar que mesmo não tendo participação direta também na CEPLAR, ela nos falou que sua família fora impactada pelas ideias dessa Campanha, haja vista que sua irmã Maria Salete Van der Poel lutava pela causa popular, pela alfabetização de jovens nos bairros mais carentes de Campina Grande. Mesmo não participando das reuniões, Léa Amorim nos contou que era “cumplice” de sua irmã, ao mentir para a mãe afirmando que aqueles estudantes em sua residência eram alunos de Salete que estavam se dedicando ao Vestibular. Segundo Léa, sua mãe tinha receios do envolvimento de Salete em movimentos sociais, pois naquela época quem fosse contrário ao Governo era tachado de comunista. Daí sua afirmação de que os “estudantes sabiam, eles planejavam, mas não era uma coisa aberta, pois se encontravam na Livraria Pedrosa que era o local onde se recebia livros de Engel, Marx, entre outros”. Mesmo não tendo participação direta nesse movimento como sua irmã Salete, consideramos que Léa Amorim foi sim uma militante, haja vista que, nesse contexto, o seu apoio foi fundamental para que as aulas e discussões acerca da Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos pudessem ter continuidade. Não foi possível, ao longo de nossa pesquisa, uma entrevista com a senhora Salete Van der Poel, devido ao momento delicado, relacionado à sua saúde, pelo qual estava passando.

³⁸ Entrevista concedida à autora ela Professora Leonília Maria de Amorim, também conhecida no meio Acadêmico como Léa Amorim. Campina Grande, 26 de março de 2013.

governo”³⁹. Na Paraíba, com o golpe militar que coincidiu com o Governo de Pedro Gondim⁴⁰, a CEPLAR foi invadida e materiais foram apreendidos, conforme esclarece o seguinte Inquérito Policial Militar - IPM⁴¹ (1964, p.28):

Aos três dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa ao Senhor Coronel Comandante da Guarnição de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos à Praça D. Adauto, onde está sediada a Campanha de educação Popular (CEPLAR), segundo fomos informados, e aí, depois de ter sido verificado que não havia ninguém no recinto, presente as testemunhas 2º Sargento JOSÉ VASCONCELOS NETO e 3º Sargento ROMILDO DOMINGUES DE MELO, abaixo assinadas, e, entrando na casa supra declarada, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas quartos e lugares, fazendo abrir portas, gavetas, armários, etc, encontrando o seguinte material: 1 (um) cartaz utilizado para solução do teste; 11(onze)

³⁹ CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar: O Governo João Agripino- Paraíba (1965-1975)**. Bauru, SP: Edusc, 2006. p.116. É interessante ressaltar que Gomes (2010) em seu texto apresenta um debate acerca do termo Populismo, ao evidenciar que “as primeiras formulações sobre o populismo surgiram no contexto da democratização de 1945, como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político em que ele deveria ser combatido no decorrer da própria luta política, surgindo posteriormente como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (GOMES, 2010, p. 8-9). Ainda de acordo com a autora, ao discutir o termo Populista em sua obra, ela nos informa que o populismo “se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional” (GOMES, 2010, p. 20). Ainda de acordo com essa autora ao evidenciar a relação do golpe militar com a questão populista, ela nos afirma que “as causas do golpe deixariam raízes no esgotamento da experiência populista, uma vez que passa a possuir uma clara periodização, pois tem início em 1930 quando eclode o movimento militar liderado por Vargas e se conclui em 1964 quando do movimento militar que depõe João Goulart” (GOMES, 2010, p. 27). Ver mais em: GOMES, Angela de Castro. **O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. In: **O Populismo e sua história: debate e crítica/ Organização: Jorge Ferreira, -2ª ed.** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴⁰ De acordo com Cittadino (1998) Pedro Gondim “durante o período inicial dessa segunda fase de sua administração (1961-1965) permanece fiel aos princípios populistas através dos quais foi eleito”. Ver mais em: CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba- Monique Cittadino- João Pessoa: Editora Universitária/Ideia. 1998; p.115**. Paulo Geovanni (2009) também concorda com Cittadino ao afirmar que “essa postura que o Governo de Gondim, de procurar manter-se como árbitro entre as classes em conflito era um reflexo da composição populista que o elegeu”. Para maiores esclarecimentos ver: NUNES, Paulo Geovanni Antonino. **Os Movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-militar na Paraíba**. ANPUH-XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- Fortaleza, 2009, p.06. Discordando das visões apresentadas por Monique Cittadino e Paulo Geovanni acerca da posição do Governo Pedro Gondim, caracterizado como Populista, é necessário analisarmos a conjuntura social na qual ele estava inserido, pois Gondim era um homem que pertencia à camada dominante da Paraíba, sendo ligadas às políticas tradicionais do Nordeste Paraibano. No entanto, apesar de seu governo ser caracterizado como Populista, há controvérsias quanto a isso, haja vista que mesmo incorporando algumas práticas populistas ao seu Plano de Governo, Gondim poderá ter feito isso pela questão da mobilização social, pelas circunstâncias do momento que a Paraíba estava vivenciando e não por convicções.

⁴¹ Pesquisando a documentação do DOPS (Delegacia de Ordem política e Social) na Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em João Pessoa, encontramos diversos IPMs- Inquérito Policial Militar sobre os mais diversos personagens que constituíram a Paraíba na década de sessenta. Deparam-nos com um cenário de luta e de resistência contra a ditadura militar instaurada naquele período, mas também um cenário propício às diversas formas de reivindicações sociais. Nesse contexto, vale lembrar que a documentação encontrada revela como a política política estava articulada no sentido de vigiar e punir os estudantes que eram contrários à ditadura militar na Paraíba. Nesse caso, estamos nos referindo ao 1º IPM 1426 VOL. 1.118, p.28.

provas de inscrição de professores para as Escolas CEPLAR, contendo também uma entrevista [...].

Vários foram os documentos apreendidos na CEPLAR por ordem do Comandante da Guarnição de João Pessoa. Vale lembrar que os assuntos relacionados a esses documentos versavam sobre a conscientização dos estudantes na sociedade, acerca de suas lutas reivindicatórias, chamando atenção para o contexto social no qual estavam inseridos. Sendo assim, em nossas pesquisas relacionadas à CEPLAR encontramos modelos de lições que eram utilizadas pelos estudantes campinenses nas salas de aulas. Vejamos o que o Inquérito Policial Militar - IPM 1426⁴² (1964, p.52) informa:

[...] 4- Quais são as principais necessidades dos homens? (Habitação, saúde, alimentação, educação, trabalho, etc). 5- Como o seu trabalho de operário ele consegue satisfazer suas necessidades? 6- Quantos homens veem nessa ficha? 7- Se houvesse mais homens a construção iria mais rápida, por que? 8- Será que se pode dizer o mesmo em relação à vida? (Se todos os homens se unissem e trabalhassem de comum acordo conseguiria fazer muito mais coisa em menos tempo - A união faz a força. Por exemplo, lembremo-nos da formiga, tão pequena, mas unida em grande número consegue remover pesos maiores do que ela [...].

Nessa época, grande parte dos alunos alfabetizados pelos estudantes que faziam parte da CEPLAR era oriunda das classes populares de Campina Grande, sendo temas como “habitação, saúde, alimentação, educação, trabalho” alvos de debates porque provocava inquietação aos estudantes naquele contexto. No entanto, com a repressão que a Campanha vinha sofrendo desde a instauração do Golpe Militar, as discussões acerca dos problemas sociais eram evidenciadas de forma indireta, utilizando-se de comparações⁴³.

Mesmo com a instauração da ditadura militar na Paraíba, muitos estudantes buscaram dar continuidade as suas lutas reivindicatórias, não apenas relacionados à CEPLAR, mas também ao Centro Estudantil Campinense (CEC)⁴⁴ que após 1964 desempenhará um

⁴²Ver mais em 1º IPM 1426 VOL1.118 (p. 52).

⁴³ Nessa lição o homem é comparado a uma formiga em sua fragilidade. No entanto, a união dessas formigas “consegue remover pessoas na sociedade”, ou seja, a união e a luta desses homens na sociedade é capaz de fazer transformações na estrutura social.

⁴⁴ Nesse caso escreve-se Estudantal ao invés de Estudantil devido à ortografia brasileira dos anos 1930. O CEC surgiu em Outubro de 1937, era filiado a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e contava com a participação dos estudantes da época que demonstravam certa consciência política quando eram convocados para reivindicar os interesses estudantis. De acordo com Nascimento (1999) as características e objetivos delimitados pelo Centro nesse período eram “Proteger os estudantes pobres que fizeram parte do Centro, resolver as questões de classe e defender seus direitos, combater o analfabetismo, desenvolver a cultura física dos associados, prestar ajuda moral e material às associações congêneres que visem a proteção da juventude a critério da Diretoria”. Ainda segundo este autor, o Centro estava sempre presente nas discussões e reivindicações da população, mobilizando a Categoria estudantil e a população através de comícios, passeatas, debates e paralisações. Ver

importante papel junto aos estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande. É sobre isso que iremos abordar no próximo subtópico.

1.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NA PARAÍBA

Antes de iniciarmos nossas discussões acerca do CEC buscaremos entender como se deu a recepção do Golpe Militar na Paraíba, na gestão do Governador Pedro Gondim. Pesquisando no Jornal *A União*⁴⁵ encontramos um pronunciamento dele em apoio ao movimento:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expedi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei como meu estímulo e apreço ao governo central. Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional. O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos. O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 30, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático. (A UNIÃO, 2 DE ABRIL DE 1964).

Esse pronunciamento do Governador Pedro Gondim foi realizado em João Pessoa e transmitido pela Rádio Tabajara. Em sua fala Gondim demonstra solidariedade com o movimento nacional em defesa das Instituições Democráticas. No entanto, entendemos que ele foi pressionado a aderir ao movimento golpista, uma vez que o não apoio poderia acarretar na sua deposição do poder. Assim, com o intuito de continuar no poder da Paraíba, e

mais em: NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração engajada: Busca de espaços na velha estrutura de Poder** (Um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense) 1955-1960- Dissertação de Mestrado. PPGCS, 1999.

⁴⁵ Quinta-feira, 2 de abril de 1964. **PROCLAMAÇÃO À PARAÍBA E AO BRASIL** In: Diário da Borborema. Sobre o governo de Pedro Gondim temos indicação de leitura CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/ UFPB/Idéias, 1998; ARAÚJO, Railene Martins. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro de poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações**. Dissertação (Mestrado em História)- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

percebendo que a ditadura militar seria um projeto irreversível, no momento, ele resolve assumir uma posição favorável ao regime.

De acordo com Cittadino (1993, p.2) “o período que antecede o golpe militar de 64 no Brasil foi caracterizado por uma mobilização social e contou com a participação de diversos setores da sociedade civil no processo político nacional”. Na Paraíba, esse posicionamento de Gondim ganhou repercussão, pois constatamos em nossas pesquisas que ele recebeu telegramas de “solidariedade e congratulações”, além de “votos de aplausos das mais variadas categorias da sociedade”⁴⁶. De acordo com o Jornal *A União*⁴⁷ Gondim:

[...] teve a mais larga repercussão em todos os setores da vida pública do Estado, tendo o Chefe do Governo Paraibano, recebido dos mais distantes municípios e de pessoas das mais diferentes camadas sociais, entusiásticas manifestações de irrestrita solidariedade. Ainda ontem, o dep. *Clóvis Bezerra*, presidente União Democrática Nacional, interpretando a fidelidade e coesão daquele partido, enviou ao Governador Pedro Gondim, a seguinte mensagem telegráfica: “Em nome da União Democrática Nacional, que tenho a honra de presidir, congratulo-me com a V. Excia. Pela posição inequívoca assumida por seu honrado Governo pronunciando-se favorável decididamente ao movimento encetado em Minas e pelas gloriosas Forças Armadas, com o fim de restauração dos princípios democráticos e preservação dos primados de autoridade de nossa pátria. Com a renovação da nossa insuspeita solidariedade, cordiais abraços de CLOVIS BEZERRA. (A UNIÃO, 07 DE ABRIL DE 1964).

Nesse sentido, a imagem divulgada acerca de Gondim no Jornal *A União* é de que ele estaria apoiando um movimento que colocaria a “nação no caminho da ordem e da tranquilidade”. No entanto, não eram essas ideias que os estudantes e professores de Campina Grande comungavam na época, haja vista que segundo Nunes (2013, p.5)⁴⁸ “também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal”.

É nesse contexto de Ditadura Militar na Paraíba, de atitudes “solidárias” do Governador Pedro Gondim e da instauração de perseguição a estudantes e professores, que a atuação dos estudantes secundaristas de Campina Grande ganha destaque, principalmente a

⁴⁶ Essas nomenclaturas foram retiradas de matérias relacionadas à atuação do Governador Pedro Gondim na Paraíba e que estão presentes em várias edições do Jornal *A União*.

⁴⁷ **GOVERNO PEDRO GONDIM APOIA CASTELLO BRANCO À PRESIDÊNCIA.** Terça-feira, 7 de abril de 1964. In: *a União*.

⁴⁸ Ainda sobre essa questão da perseguição aos estudantes universitários, Geovanni enfatiza que, nessa época, “o Reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Mário Moacyr Porto, foi afastado do cargo, em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guilherme Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, onde exerceu mandatos sucessivos até o ano de 1971”, p. 05.

partir do Centro Estudantil Campinense (CEC). Para nos informar da importância desse Centro na época, trouxemos o depoimento do senhor Antônio Marcos Barbosa⁴⁹:

Tinha o Centro Estudantil Campinense que era um Centro muito forte, de respeitabilidade [...]. O Centro era credenciado para emitir carteiras de estudantes que eram válidas em todo o território nacional, valorizando o estudante na vida prática; então transporte urbano era a metade e, posteriormente, nos transportes interurbanos, também o cinema; isso era respeitado em toda a cidade de Campina Grande. (informação verbal).

O senhor Antônio Marcos Barbosa caracteriza o CEC como um Órgão de respeitabilidade na cidade de Campina Grande, por ser responsável pela emissão das carteiras estudantis, facilitando a vida dos estudantes secundaristas. É importante lembrar que nem sempre foi dessa forma que o senhor Marcos Barbosa evidencia, pois apesar de continuar exercendo sua função de emissão das carteiras, após o Golpe Militar, o CEC passa a ser caracterizada, de acordo com uma matéria do Jornal *A União*⁵⁰, como um órgão subversivo que estaria relacionado às Organizações Comunistas. De acordo com a matéria:

Um contingente do Batalhão dos Serviços de Engenharia, sediado nesta cidade e comandados por oficiais da corporação realizou na tarde de ontem, diligências na sede do Centro Estudantil Campinense, onde foi encontrado e apreendido farto material de propaganda subversiva, mesmo a despeito dos ex-dirigentes daquela entidade, todos eles reconhecidamente seguidores da linha marxista, terem queimado grande parte da documentação. Livros, ofícios recebidos de diversas organizações comunistas do País e do estrangeiro foram encontrados o que comprova ser o CEC uma verdadeira célula comunista nesta cidade. (A UNIÃO, 11 DE ABRIL DE 1964, p. 06).

Essa matéria não deixa claro que tipo de material foi encontrado no Centro Estudantil Campinense nessa época. No entanto, vale salientar que as diversas diretorias do CEC durante o período militar até o seu fechamento em 1969, tinham como princípio não dissociar a luta reivindicatória dos estudantes de seus movimentos políticos. Em Campina Grande, a militância era diversificada existindo “a Dissidência, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e a AP (Ação Popular) que, posteriormente, foram perseguidos pelos órgãos de repressão”⁵¹.

⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 02/03/2011, pelo senhor Marcos Antônio Barbosa de Melo, 59 anos, que participou do movimento estudantil secundarista e universitário, entre os anos de 1960 a 1973.

⁵⁰ João Pessoa- Sábado, 11 de abril de 1964. Devassa no Centro Estudantil de C. Grande. IN: *A União*, p. 06.

⁵¹ Fala proferida pelo Senhor Simão de Almeida Neto; João Pessoa, 22/05/2013. De acordo com Gorender (1985, p. 2) esses “agrupamentos estudantis de esquerda procuraram canalizar a insatisfação dos jovens de classe média para a luta contra a ditadura militar”. Ver mais em GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas- A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

Sobre essa questão política que envolvia os estudantes, o senhor Simão de Almeida⁵² recorda que “a partir de 66 surge a AP (Ação Popular) que passa a polarizar a disputa, vamos dizer assim, a hegemonia do movimento estudantil de Campina Grande com o PCB, os outros partidos como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário” (informação verbal). Nesse período, a AP (Ação Popular) começa a se organizar em Campina Grande a partir dos estudantes e a Igreja Católica, surgindo às várias Juventudes Católicas⁵³, como por exemplo, a JEC (Juventude Estudantil Católica).

Nesse sentido, de acordo com a documentação encontrada, no Centro Estudantil Campinense existiam estudantes que adotavam posições partidárias, sendo o CEC caracterizado como um Órgão subversivo que contava com o apoio de grande parte dos estudantes do Colégio Estadual da Prata⁵⁴, principalmente, quando se tratava de greves e das organizações de passeatas nas ruas de Campina Grande.

Com o objetivo de entendermos melhor como se dava a organização das passeatas e a maneira como esses estudantes atuavam na cidade de Campina Grande depois da instauração da Ditadura Militar, resolvemos evidenciar o depoimento do senhor Leimar de Oliveira⁵⁵. Segundo ele:

Na época a passeata era sempre encarada por nós como algo muito complicado, complexo porque tinha que se fazer toda uma preparação nos colégios [...]. Cada Presidente do Colégio tratava da Organização interna e a liderança do Centro Estudantil ficava no Comando Geral, percorrendo todos os Colégios de Campina Grande, sendo que, nessa época, não era tantos Colégios assim, mas o que eu me recordo era as Damas que participava, o Colégio Estadual da Liberdade, possivelmente o Colégio de Bodocongó, o Colégio Pio XI e o Alfredo Dantas. (informação verbal).

⁵² Idem.

⁵³ Nesse período, além da JEC (Juventude Estudantil Católica), surgiram a JAC (Juventude Agrária Católica), a JIC (Juventude Independente Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica). De acordo com Rodrigues (2000, p.27) a JEC “tinha como bandeiras fundamentais o combate ao imperialismo, se diferenciando pelo fato de ser um movimento renovador, fundado na participação efetiva dos colégios e entidades de base e na escolha dos diretórios através de voto direto de todos os alunos”. Ver mais em: RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos – a aventura estudantil (1950-1999)**/ Cláudio José Lopes rodrigues- João Pessoa: Ideia, 2000.

⁵⁴ É interessante lembrar que a Escola Estadual da Prata foi inaugurada no dia 31 de Janeiro de 1953, pelo Governador José Américo de Almeida (1951-1956), que sucedeu Oswaldo Trigueiro (1947-1950) após renúncia de cargo em 30 de Junho de 1950. Esta Escola era referência de ensino na época, concentrando estudantes das regiões da Borborema, Sertão, Cariri e Curimataú. De acordo com Albuquerque (2011, p.42) “a escola costuma ser sinônimo da educação formal recebida (ou não) ao longo da vida, principalmente durante a infância e a juventude, sendo que a construção de Escolas em uma cidade denota uma disponibilidade de investimentos públicos e privados, uma preocupação com a educação e os aspectos culturais de uma maneira geral”. Para maiores esclarecimentos ver: ALBUQUERQUE, Thaisy Lanny de. **Memórias e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978)**. Campina Grande, 2011, (p.42).

⁵⁵ Entrevista concedida à autora no dia 06 de dezembro de 2013, em Campina Grande, pelo senhor Leimar de Oliveira. O nosso depoente participou do Movimento Estudantil Secundarista e do Movimento Estudantil Universitário.

O nosso depoente evidencia que mesmo com o medo da repressão que se espalhou entre os estudantes após o Golpe militar, eles sempre buscavam se reunir para discutir questões relacionadas à sociedade. Para ele “essa era a melhor coisa que se tinha a fazer, a melhor opção política era pelo menos se encontrar, não permitir que a chama do movimento estudantil fosse apagada, e isso era mais ou menos a nossa filosofia”. (informação verbal).

No entanto, era através dessas reuniões que os estudantes campinenses discutiam as formas de organizações das passeatas nas ruas da cidade, contando também, nessa época. Sobre a forma como esses estudantes se reuniam nas organizações das passeatas, o senhor Leimar afirma:

Cada Grêmio de cada Colégio se organizava, marcava-se um ponto, e esse ponto e o percurso não poderia ser muito grande nem muito fechado porque se tivesse problema de segurança aí tinha área de escape e isso era pensado a partir do pessoal da Segurança [...] durante toda a minha participação nas passeatas nós lidávamos com professores progressistas que apoiavam o Movimento Estudantil, davam dicas ao Movimento, mas nós nunca contávamos com o apoio de nenhum diretor de Colégio, e se houve eu desconheço essa posição. Eles não perseguiram a gente, mas também não nos dava apoio. (informação verbal).

Ao analisarmos esse depoimento do senhor Leimar, gostaríamos de esclarecer dois momentos da fala de nosso entrevistado. O primeiro momento diz respeito às Organizações de Grêmios Estudantis que era composto por diversos partidos políticos, em que cada grupo defendia suas posições, o que deixa claro que o Movimento Estudantil não se constituía num movimento “homogêneo”⁵⁶, onde cada tendência defendia suas visões políticas de acordo com suas convicções.

O segundo momento é com relação às passeatas dos estudantes que contava com o apoio de professores de “atitudes progressistas”, considerados assim porque apoiavam os estudantes que faziam parte do Movimento Estudantil em suas passeatas, enquanto a própria Direção de Escolas em Campina Grande não apoiava.

No entanto, mesmo que os diretores não se comprometessem com os estudantes dando apoio em suas passeatas, levantamos a hipótese de que essa falta de apoio se dava pela posição conservadora da Direção Escolar em manter seus empregos, uma vez que esses cargos eram de Confiança. Segundo o senhor Leimar “onde a Direção era mais progressista não se fechava o Colégio, sempre se dava um jeito, não se proibia a entrada da liderança do

⁵⁶ Sobre a relação do Movimento Estudantil com as questões partidárias, iremos evidenciar num momento posterior.

Centroe nas poucas vezes que havia proibição a gente se reunia fora da Escola”. (informação verbal).

Outro momento de grande mobilização dos estudantes era com relação às eleições para o Centro Estudantal Campinense (CEC). Para entendermos melhor como se dava esse processo, pesquisamos no Jornal *Diário da Borborema* e encontramos uma matéria⁵⁷ sobre o Ato regulamentador Centrista, que estabelecia as diretrizes para a realização das eleições relacionadas a 1964-1966.

De acordo com a notícia, esse Ato que continha dez artigos, foi assinado em nome dos diretores de colégios da cidade, pelo tenente-coronel Octávio Ferreira Queiroz que era comandante da Guarnição Federal de Campina Grande e o professor Raimundo Gadelha Fontes. Vejamos o que evidenciava os cinco primeiros artigos:

Art.1- O Ato Regulamentador Centrista tem a finalidade de estabelecer as diretrizes para a realização das eleições estudantis campinenses referentes ao biênio 1964-1966. Art. 2- Cada Colégio poderá apresentar um candidato, e somente um, à disputa do pleito, para cada cargo (presidente e vice-presidente). Art. 3- Não haverá eleição para representantes. 1º-Representará o presidente do CEC, nos Colégios, o presidente de cada diretório. 2º- Os presidentes dos diretórios constituirão o Conselho Representativo Fiscal. Art.4- Os alunos das terceiras séries do 2º ciclo dos diversos cursos não poderão concorrer ao pleito. Art. 5- Os candidatos deverão satisfazer às seguintes condições: a.- Ser estudante, com assiduidade comprovada, b.- Não ser representante. c- Ter, no mínimo, 21 anos completos, d- Cursar, no mínimo a 3ª série ginásial. e- Não ter ligação político- partidária que inspirem suspeição. f- A candidatura do estudante deverá ter anuência do diretor do colégio em que estuda. g- O candidato deverá apresentar atestado de comportamento, assinado por pessoas credenciadas, perante a Comissão Eleitora. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 DE MAIO DE 1964, p.07).

Compreendemos, a partir do Ato Regulamentador Centrista, que havia uma intervenção do Regime Militar no Movimento Estudantil Secundarista em Campina Grande, principalmente, no que diz respeito às eleições que ocorriam nas Escolas. Essa intervenção se dava como tentativa de controle do Estado que fazia alianças com os diretores de escolas, conforme fica evidenciado na seguinte passagem: “A candidatura do estudante deveria ter anuência do diretor do colégio em que estuda”. Também quando se fala nesse artigo que “o candidato deveria apresentar atestado de comportamento...”, (DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 DE MAIO DE 1964), uma vez que esse comportamento dos estudantes campinenses deveria estar relacionado à moral, aos bons costumes, não possuindo assim, uma postura política de contestação ao regime ditatorial.

⁵⁷. FIRMADO, ATO REGULAMENTADOR DO CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE. Domingo, 10 de Maio de 1964. IN: Diário da Borborema. p. 07.

A partir de do Art. 6, o Ato Regulamentador Centrista faz referência a Comissão Eleitoral e sua composição, bem como a forma como era realizada as eleições. Vejamos:

Art. 6- A Comissão Eleitoral será constituída dos seguintes elementos: 1-Um professor representante da Guarnição Federal de Campina Grande. 2- Um professor que representará os diretórios dos colégios. 3- Um estudante que representara todos os estudantes campinenses. Art.7- A eleição será indireta. Nela votarão só os presidentes dos diretórios de cada estabelecimento. O voto será ostensivo. Art. 8- Os candidatos apresentados e que satisfizerem às condições exaradas no Art. 5. Submerter-se-ão a um último exame seletivo, do qual resultarão, apenas, duas chapas. Único- Este exame seletivo será realizado pela Comissão Eleitoral. Art. 9- As eleições de que trata o presente ato serão realizadas no Colégio Estadual de Campina Grande, em dia e hora determinados pela Comissão Eleitoral. Art.10- O presente ato entrará em vigor a partir da data de publicação e terá validade igual ao mandato dos novos dirigentes, revogando-se as disposições em contrários (DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 DE MAIO DE 1964).

A partir desses artigos, entendemos a dinâmica de como eram organizadas as diretrizes para a realização das Eleições no Centro Estudantal Campinense. Nesse momento, a eleição se fazia de forma indireta, ou seja, participavam apenas os representantes dos professores da Guarnição Federal de Campina Grande, dos professores dos diretórios e dos estudantes campinenses. Posteriormente, com a formação de duas chapas para concorrer à Presidência e vice-presidência do CEC, ocorriam as eleições de forma direta, onde os candidatos contavam com o apoio dos estudantes das diversas escolas da cidade. Assim, durante esse processo, os candidatos ao Centro iam às Escolas Públicas e Privadas da cidade e lá faziam seus discursos, lançavam suas propostas e buscavam mobilizar a maioria dos alunos na escolha das lideranças do CEC.

De acordo com o senhor Leimar de Oliveira⁵⁸, o Presidente e vice-presidente do Centro Estudantal Campinense (CEC) eram responsáveis pela escolha dos membros da Diretoria. Sobre isso ele recorda:

Nós tínhamos um Conselho Diretor que era representante dos diretores de Grêmio, Presidentes de Grêmio associados ao Centro, ou seja, o Colégio Estadual da Prata tinha eleição direta para o seu Presidente [...]. O Centro Estudantal Campinense tinha várias diretorias, por exemplo, a diretoria de esportes era quem organizava os jogos estudantis que juntamente com a Associação do Estado na época, a UELP organizava os jogos da Paraíba. Tinha uma diretoria social que organizava as festas e os eventos que congregasse os estudantes, tinha a diretoria fiscal porque nós éramos quem expedíamos as carteiras de estudantes secundaristas e fiscalizávamos para que os estudantes tivessem abatimento nos Ônibus, campo de futebol, em

⁵⁸ Entrevista concedida à autora em Campina Grande-PB, no dia 30 de abril de 2013, pelo senhor Leimar de Oliveira, 63 anos, professor de Engenharia Elétrica da UFCG.

teatro, em cinema, pois em cada local desse tínhamos um fiscal do Centro Estudantal Campinense verificando a carteira porque naquela época a nossa militância era muito grande e nós tínhamos todas essas atividades (informação verbal).

Com relação às eleições no CEC, levantamos a hipótese de que existia certa verticalização de poder na escolha de seus representantes, pois eram escolhidos, a princípio, o Presidente e o vice-presidente para, posteriormente, serem nomeadas as Diretorias. No entanto, consideramos que essa ordem na escolha dos representantes se explicava por questões políticas, uma vez que o Presidente e o vice-presidente representavam, segundo Leimar, “aqueles que ditavam as normas a serem seguidas dentro da Instituição”. (informação verbal).

Se as lideranças do Centro ditavam as normas, vale lembrar que nem sempre elas eram obedecidas, já que grande parte desses estudantes não comungava com as mesmas propostas apresentadas por suas lideranças. Foi assim que constatamos, ao longo de nossas pesquisas, que ocorreram protestos dos estudantes relacionados à própria direção do CEC, no que diz respeito ao aumento dos preços das carteiras estudantis. Para compreendermos melhor como isso se deu, recorremos ao Jornal *Diário da Borborema*, edição de 25 de março de 1966⁵⁹, e encontramos o seguinte:

Para protestar contra a atual direção do Centro Estudantal Campinense que, sem nenhuma explicação, aumentou os preços das carteiras estudantis de seiscentos para um mil cruzeiros, esteve, ontem, à noite, em nossa redação, um grupo de estudantes filiados ao Colégio Municipal de Campina Grande.

PREÇO DA CARTEIRA

[...] O Centro Estudantal informou aquele grupo de estudantes secundaristas que o ano passado a carteira de estudante custou Cr\$ 210, assim discriminados: Cr\$150 pela plastificação, Cr\$ 8 pelo formulário; Cr\$ 2 para preencher e Cr\$ 50 pela taxa do diretório. Acrescentou que mesmo havendo este ano um aumento de 100% ficaria a Carteira de estudante pelo preço de Cr\$ 420. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 25 DE MARÇO DE 1966, p. 08).

Essa matéria apesar de mostrar a visão dos estudantes campinenses e do Centro Estudantal acerca do aumento das carteiras estudantis, ela deixa uma lacuna, pois não informa se os estudantes conseguiram êxito nessa luta. No entanto, demonstra que os estudantes campinenses, nesse caso, os estudantes do Colégio Municipal de Campina Grande, buscavam o protesto como meio de evidenciar suas insatisfações, quando não estavam de acordo com as

⁵⁹ Sábado, 25 de março de 1966. **CARTEIRA DE ESTUDANTE CUSTANDO MIL CRUZEIROS**. IN: *Diário da Borborem*, p. 08.

decisões tomadas por seus líderes. Assim, o Jornal Diário da Borborema foi utilizado como meio de reivindicação desses estudantes⁶⁰.

Ainda lançando nosso olhar sobre o Centro Estudantil Campinense, nos deparamos com a seguinte inquietação: qual o tipo de repressão que os estudantes passaram a sofrer com a instauração da ditadura militar? De que forma eles buscavam se articular para que o Centro continuasse atuante na sociedade? Tendo acesso ao depoimento do senhor Leimar de Oliveira⁶¹, ele falou acerca da repressão aos estudantes que participavam do Centro. Sobre isso, ele recorda:

No Centro Estudantil Campinense, nessa época, veio um major do Exército chamado Wagner, não me recordo o sobrenome, um cara nitidamente nazista, muito bem vestido, usava um sobretudo do Exército e uma bengala [...] eu me lembro [...] lembro muito disso ai porque nós éramos adolescentes e se reunia conosco durante toda uma semana e todos os dias se despedia da gente dizendo o seguinte: muito obrigado [...] até amanhã [...] passe bem [...] e quando ia saindo rodopiava e dizia “olhe, se um de vocês não voltar amanhã, nem se preocupe em procurá-lo. Boa noite, passem bem”. Esse cara repetia esse ritual durante a segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira e [...] desapareceu [...] não mais voltou [...]. (informação verbal).

O senhor Leimar, em seu depoimento, revelou que esse Major passou uma semana frequentando o Centro Estudantil Campinense, com o intuito de elaborar um relatório sobre a atuação do Centro. Ele evidenciou, ainda, que os estudantes se reuniam todos os dias pela manhã e no final da tarde no CEC para responder uma “Chamada”, onde diziam “estamos... não aconteceu nada”, porque o medo de serem presos era uma constante na vida desses estudantes.

É interessante ressaltar, de acordo com nosso depoente, que após as passeatas organizadas pelos estudantes, alguns deles não voltavam para dormir em casa, pois o Centro tinha uma Organização de Segurança que se articulava através de um “rodízio” que definia onde os estudantes iriam dormir, além de pontos específicos onde os estudantes se reuniam⁶².

⁶⁰ Sobre o papel da imprensa nesse período, o senhor Leimar de Oliveira informou que “a parte social a imprensa divulgava razoável, mas a parte política havia uma censura muito forte e nós não sabíamos direito qual a relação que tinha da imprensa com os órgãos de segurança, isso não era claro [...]”.

⁶¹ Fala proferida pelo senhor Leimar de Oliveira, Campina Grande, 30 de abril de 2013.

⁶² Vale ressaltar que após as passeatas alguns estudantes iam dormir na casa de outros estudantes, geralmente aqueles que não eram ligados ao Centro Estudantil Campinense, como uma forma de “despistar” a polícia da época. Segundo Leimar “no Centro Estudantil Campinense a liderança quando participava de um comício relâmpago, de avisos em sala de aula, o órgão de Segurança dizia onde ele ia dormir para resguardá-lo o máximo possível”. Um dos locais específicos seria as Bibliotecas, utilizadas pelos estudantes, de forma cautelosa, para combinarem suas reivindicações.

Como parte dessa luta dos estudantes campinenses por mudanças na estrutura educacional, temos as passeatas contra a assinatura do Acordo MEC-USAID⁶³. No entanto, antes de partirmos para analisar como se deram essas passeatas em Campina Grande no ano de 1967, iremos entender a importância da USAID na Paraíba e como ela foi divulgada pela imprensa em 1966.

1.4 A LUTA CONTINUA E OS ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS: O ACORDO MEC-USAID

De acordo com Cittadino (1999, p.20) o professor Guillardio Martins Alves vai ser indicado interventor da UFPB nessa época, buscando através de viagens ao Rio de Janeiro “estabelecer convênios com diversos órgãos federais, seja para liberação de verbas extras, seja para implantação de laboratórios, sistemas de telecomunicações, construção de novas instalações físicas, o que favorecia sobremaneira a Universidade”.

No início de 1966, com o aumento do número de alunos, a Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande, vai buscar promover uma melhoria na qualidade de ensino através da manutenção de cursos, como o de Engenharia Civil e Elétrica, bem como o melhoramento no corpo docente da Instituição. É nesse contexto que o Projeto RITA⁶⁴ vai surgir, contando com o apoio da USAID, para que o Projeto fosse instalado na Universidade na gestão do Reitor Guillardio Martins. Sobre o surgimento do Projeto RITA e sua relação com a Instituição, encontramos em nossas pesquisas o seguinte Ofício⁶⁵:

Esta Escola vem procurando dentro de suas possibilidades manter um intercâmbio Empresa Escola, ou seja, uma maior integração da Universidade com a Indústria. Nesse sentido, embora com sacrifício de suas instalações, pleiteou e fez instalar em dependências da Escola o Projeto RITA. Este projeto, sob a direção dinâmica e objetiva do Professor Luís José de Almeida, Vice-Diretor desta Escola, vem apresentando excelente rendimento, já tendo preparado diversos perfis industriais. Sabendo do

⁶³ De acordo com Santana (2007) o MEC-USAID foi um acordo em conjunto entre o Ministério da Educação e o Ministério de Planejamento, estabelecendo com as autoridades norte-americanas a realização dos planos educacionais para o país. Assim, “o movimento contra os Acordos atingiu o seu ápice em 26 de abril de 1967, quando o próprio Ministro da educação, Tarso Dutra, ante a Comissão da Educação da Câmara dos Deputados, comprometeu-se a rever pontos inadequados aos interesses do Brasil. Entretanto, dias depois, o ministro anunciou que não havia nada nos acordos para rever, pois estes não feriam os interesses do país”. Para maiores esclarecimentos ver: SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007, p. 105.

⁶⁴ Projeto Rita (Rural Industrial Technical Assistance). Ao longo de nossa discussão acerca desse Projeto, evidenciaremos a importância dele no contexto da época.

⁶⁵ Ofício 210/66. Do senhor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque ao Presidente da CINGRA Edvaldo de Sousa do Ó. Em 19 de maio de 1966.

interesse e do empenho que tem essa companhia no sentido de atrair nossa comunidade novas indústrias é que nos permitimos sugerir a constituição de uma missão integrada pelo Projeto Rita, Cingra e Fiep, para visitar diversas cidades dos Estados do Sul, de preferência São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, no sentido de carrear capitais daquela região, para constituição das empresas em estudos já elaborados, a exemplo do que foi feito pela cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. (OFÍCIO 210/66).

Em nossas pesquisas constatamos que, para o surgimento do Projeto na Universidade, houve uma preparação acerca do espaço físico da Instituição, bem como uma análise do corpo docente que integrava a Universidade à época. Assim, a documentação⁶⁶ nos informa:

A Escola deverá contar 1966, com 280 alunos matriculados. Dispomos de uma área construída de 5.600 m² e Gabinetes de Física I e II, Química, Solos e Betumes, Máquinas Elétricas, Eletrônicas e Oficina Mecânica, estando em implantação os Gabinetes de Ensaio de Materiais e Hidráulica. Dos nossos 44 professores, temos 9 em Tempo Integral, ou seja, mais de 20%. Integram nosso corpo docente 5 engenheiros eletrônicos, um engenheiro mecânico, todos graduados no ITA e trabalhando com dedicação exclusiva à Escola. Trata-se de professores de alto nível, o que vem apresentando excepcional rendimento. (OFÍCIO DO DR. JOÃO GONÇALVES DE SOUSA).

O apoio da USAID e do Projeto RITA, também, foi importante ao estabelecimento do Curso de Engenharia na UFPB, conforme Ofício expedido pelo senhor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque ao Diretor da escola de Engenharia de São Carlos, o senhor Theodoreto de Arruda Souto:

A aceitação por parte da Escola de Engenharia de São Carlos, da possibilidade de estabelecimento de um convênio com nossa Escola para a implantação de curso de Engenharia Mecânica foi recebida com grande entusiasmo e satisfação. Comunicamos a Vossa Senhoria que já está em funcionamento a 3ª série de Curso de Engenharia Mecânica, com o apoio da USAID e do Projeto RITA, consubstanciada na vinda de professores americanos para lecionar no referido curso durante 18 meses. Para melhor conhecimento de Vossa Senhoria, estamos encaminhando cópia de proposta dirigida à Reitoria no início deste ano, e já aprovada pelo Conselho Universitário⁶⁷. (OFÍCIO Nº 234/66).

Com o objetivo de entendermos melhor o que era o Projeto Rita, fomos pesquisar no *Jornal Diário da Borborema*⁶⁸ e encontramos a seguinte reportagem:

⁶⁶ AGUFCG 2 nº 05967. Ofício do Dr. João Gonçalves de Sousa ao Diretor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque. p. 476-477. DOCUMENTAÇÃO DIGITALIZADA.

⁶⁷ AGUFCG. Ofício nº 234/66. Data: 16.06.1966. Do senhor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque ao Diretor da escola de Engenharia de São Carlos, o senhor Theodoreto de Arruda Souto. Pesquisa realizada em 13 de maio de 2012, no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG.

⁶⁸ 18 de agosto de 1966. **CONTRIBUIÇÃO DA USAID E BID AO PROGRAMA DA ALIANÇA NA PARAÍBA** In: *Diário da Borborema*, p. 06.

PROJETO RITA

A Paraíba, graças a USAID, recebe assistência técnica de professores e estudantes norte-americanos para criação de indústrias. Foram estruturadas várias pequenas e médias indústrias em Campina Grande, segundo o Projeto inicialmente executado na região do Cariri e que é conhecido no Nordeste como Projeto Rita (Rural Industrial Technical Assistance). Numerosos estudantes brasileiros e norte americanos foram especializar-se em desenvolvimento industrial na Universidade da Califórnia em Los Angeles, parceria da Universidade Federal da Paraíba nesse programa. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 DE AGOSTO DE 1966, p.6).

Dando continuidade as nossas pesquisas, constatamos que, desde 1964, havia uma relação entre a USAID e o Projeto RITA, sendo que a Escola Politécnica da Universidade da Paraíba já demonstrava interesse em receber ajuda da USAID, conforme Ofício⁶⁹ enviado do Diretor da Instituição, Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, ao Diretor Regional da USAID, o senhor John Dieffenderfe. O Ofício nos informa:

Gostaríamos que V.S. na qualidade de Diretor dessa Organização, atendesse a esse nosso pedido, tomando as providências necessárias para que esta Casa de Ensino Superior seja incluída na relação das Instituições que recebem publicações e doações outras da USAID. Estamos em plena fase de instalação de laboratórios e gabinetes de Física e Eletrotécnica, e aproveitamos aqui a oportunidade para solicitar ainda a V.S equipamentos que possam ser de utilidade para fins didáticos, pois é nossa preocupação maior, como Diretor dessa Escola de Ensino Superior, manter um alto nível de estudo, proporcionando aos corpos docentes e discentes um ambiente de trabalho bem atualizado e tecnicamente aparelhado. Pensando assim, temos que recorrer a essa organização, na certeza de que somente ela poderá nos auxiliar, com boa vontade e eficiência. (OFÍCIO 236/64).

Ao falarmos da USAID e do Projeto RITA na Paraíba, partimos do pressuposto de que eles eram propagados pela imprensa paraibana como algo que traria melhorias à cidade de Campina Grande, especialmente no campo educacional, sendo considerado um projeto que visava investir nos estudantes, tornando-os uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. No entanto, o Projeto RITA não foi visto com “bons olhos” pelos estudantes campinenses, uma vez que ele foi entendido como forma de submissão dos estudantes ao modelo educacional norte-americano, o que ocasionou protestos e manifestações na cidade.

Nesse contexto, a luta dos estudantes contra a “dominação norte-americana”, os protestos com relação à assinatura do Acordo MEC-USAID, bem como as greves e passeatas eram utilizadas como forma dos estudantes campinenses demonstrarem suas insatisfações com o sistema no qual estavam inseridos. Em Campina Grande, os estudantes universitários

⁶⁹ Ofício 236/64. 16 de junho de 1964, p. 18.

se envolveram nas passeatas de protestos, conforme encontramos em nossa pesquisa no Jornal *Diário da Borborema*⁷⁰:

Em consonância com a atitude tomada pelos seus colegas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará nos últimos dias estudantes da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba deliberaram entrar em greve, ontem, na cidade. Os universitários campinenses realizaram uma passeata por volta das onze horas, percorrendo as principais artérias do centro da cidade, ostentando pequenos cartazes de protesto contra as prisões e espancamentos que sofreram os estudantes daqueles Estados da Federação. A passeata dos acadêmicos de Engenharia de Campina realizou-se em clima pacífico, tendo-se os autores da greve encerrado o movimento mais ou menos ao meio-dia, quando tomaram o ônibus da Escola e rumaram para o Restaurante Universitário, onde permaneceram.

EM JOÃO PESSOA

Noticias procedentes da capital do Estado dão conta de que os estudantes universitários pessoenses hipotecaram solidariedade aos seus colegas do Sul, decidindo entrar em greve, anteontem. As Escolas Superiores da Universidade Federal da Paraíba que inauguram o movimento no Estado são as de Serviço Social, Engenharia e Ciências Econômicas. Outras Faculdades entrarão em greve na capital paraibana, entre as quais de Direito e a de Filosofia. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 27 DE SETEMBRO DE 1966, p. 06).

Essa matéria faz referência à passeata dos estudantes de Campina Grande como forma de apoio a passeata organizada pelos calouros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em março de 1966, bem como os estudantes de João Pessoa que também resolveram entrar em greve, demonstrando solidariedade aos estudantes da região sul.

Esse movimento que contou com a participação de estudantes de Campina Grande e João Pessoa foi considerado, na época, contrário à Ditadura Militar no Brasil, pois esses estudantes estavam protestando como forma de apoio aos estudantes de Belo Horizonte que foram espancados, o que gerou um clima de revolta na cidade de Campina Grande⁷¹.

Ainda sobre o Acordo MEC-USAID, constatamos em nossas pesquisas que os estudantes universitários de Campina Grande resolveram se reunir em Assembleia para debater além desse Acordo outro problema que surgia naquele momento, que era “os

⁷⁰ Quinta-feira, 27 de setembro de 1966- **ESTUDANTES DA POLI ENTRAM EM GREVE E FAZEM PASSEATA** In: *Diário da Borborema*, p. 06.

⁷¹ Vale ressaltar que essa revolta não se deu de forma isolada, pois de acordo com Santana (2007, p.75) “nos dias 19 (com mais de três mil alunos) e 24 (cerca de 5 mil participante no Rio de Janeiro), no dia 18 (dois mil estudantes, em São Paulo, além de manifestações públicas em outros Estados, como Paraná e Espírito Santo”. Ver mais em: SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007, p. 75.

desmandos e a incúria administrativa da direção do Restaurante Universitário, havendo inclusive a possibilidade de decretarem greve”. O Jornal DB⁷² evidencia como isso ocorreu:

INTERVENÇÃO NO RESTAURANTE

Por decisão unânime da assembleia, ficou constituída comissão de alunos da Escola para assumir a direção da RU, na hipótese do atual gerente, quando solicitado a afastar-se do cargo não o fizesse. Após o termino da reunião, os universitários reuniram-se com o gerente e o diretor do restaurante, para discutirem sobre a crise gerada. O gerente, que é presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, mostrou-se irredutível, em não deixar o cargo, tendo a Comissão afastado do cargo e assumido a direção da entidade estudantil através da junta governativa, até que seja dada solução ao caso pela Reitoria da Universidade. Os alunos da POLI reivindicaram para si a direção do RU em face do acordo existente entre os Diretórios Acadêmicos das escolas federais sediadas nesta cidade.

ACORDO

Hoje, às nove horas, no teatro Municipal, realizar-se-á assembleia geral dos universitários campinenses que tratarão de defender os interesses educacionais dos estudantes, pondo em discussão o Acordo MEC-USAID. Também será constituída comissão para debater com o Ministro de Educação, que breve estará em Campina Grande, assuntos de relevante importância no plano educacional do país. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 19 DE MAIO DE 1967, p. 06).

Depois da realização da Assembleia, o protesto dos estudantes continuou acerca do Acordo MEC-USAID, através das greves e passeatas. Vejamos como esse momento de luta dos estudantes campinenses foi noticiado pelo Jornal DB⁷³.

GREVE E PASSEATA

O movimento que eclodiu no seio dos estudantes universitários, transbordou para as ruas e contagiou os estudantes secundaristas que, de imediato, forçaram o fechamento dos colégios. Encheram, as ruas da cidade clamando contra os americanos e cantando hinos patrióticos, ou mesmo, permanecendo em silencio, sentados nos chãos das praças públicas, como em vigília cívica [...]

NOITE AGITADA

O movimento estudantil caracterizou-se, na noite de ontem, por uma série de movimentos, culminando com o fechamento de colégio da cidade. No Colégio estadual de Campina Grande, que conta com o maior número de estudantes da cidade, o movimento teve ampla repercussão, com a saída dos estudantes da sala de aula. Na sucursal do bairro José Pinheiro, inúmeros estudantes irromperam nas salas de aula convocando os indecisos e refratários adquirirem ao movimento grevista. Por outro lado, à noite de ontem, o pátio do Colégio Comercial Municipal foi invadido pelos estudantes do Colégio Estadual, Alfredo Dantas, PIO XI e outras unidades de ensino da cidade que, aos gritos de “abaixo o Acordo MEC-USAID” incitaram os seus colegas à greve. Naquele momento estava sendo realizada

⁷² **ESTUDANTES DA POLITÉCNICA AFASTARAM GERENTE DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.** Sexta-feira, 19 de maio de 1967. IN: Diário da Borborema, p. 06.

⁷³ **ESTUDANTES FORAM ÀS RUAS PROTESTAR CONTRA ACORDO MEC-USAID.** 25 de maio de 1967. In: Diário da Borborema, p. 08.

no Auditório daquele Colégio uma Assembleia Geral Extraordinária, quando ficou decidido por unanimidade, total apoio ao movimento estudantil.

CAÇADA HUMANA

O ponto culminante do movimento, na noite de ontem, foi uma verdadeira caçada humana empreendida contra dois norte-americanos que foram surpreendidos em uma das ruas da cidade. Os referidos cidadãos, conseguiram refugiar-se no “Cisne-Lanchas”, acoçados pela onda dos estudantes que, a todo custo, queriam retirá-los do local. Somente com a intervenção da Polícia, os grevistas, dispersaram-se, sendo os norte-americanos retirados do local em viaturas de rádio patrulha. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 25 DE MAIO DE 1967).

Sobre a Campanha do MEC-USAID, o senhor Simão de Almeida⁷⁴ em seu depoimento informou como se deu a atuação dos estudantes nesse período:

Com a Campanha do MEC-USAID todos nós ocupamos as ruas de João Pessoa e de Campina Grande né, e como era Acordo MEC-USAID que era coisa de americano, aconteceu que numa passeata que nós tomamos conta das ruas lá, os estudantes secundaristas resolveram conferir quem era americano e tinha uns padres holandeses que “passaram apertados” até provarem que não eram americanos né, que eram holandeses (risos). (informação verbal).

Pesquisando no Jornal *Diário da Borborema* encontramos uma matéria que foi divulgada no dia 28 de maio de 1967, sobre um comício envolvendo secundaristas e universitários campinenses, realizados no teatro Municipal em Campina Grande. De acordo com a notícia, naquela ocasião, estavam presentes estudantes da Universidade Regional do Nordeste e da Universidade Federal da Paraíba, bem como ginásianos e secundaristas que compunham o ensino médio na cidade.

A reportagem⁷⁵ mostra que houve uma passeata dos estudantes contra o Acordo MEC-USAID e que, posteriormente, eles teriam queimado a Bandeira dos Estados Unidos:

Logo após o encerramento da Assembleia, que durou cerca de uma hora e meia, período em que foram discutidos importantes problemas do movimento grevista, os universitários campinenses, apoiados pelos estudantes secundaristas, rumaram em passeata para o largo da Prefeitura, localizando-se a multidão em frente ao edifício da Reitoria da Universidade Regional do Nordeste. Naquele local, os estudantes, ostentando cartazes alusivos ao acordo... MEC-USAID, deram início ao anunciado comício, do

⁷⁴ Para maiores esclarecimentos ver: 2º Sessão de depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 25.03.2010. Auditório da reitoria/ UFPB, Coordenação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide; Expositores: Simão Almeida e José Emilson Ribeiro. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e resistência na Paraíba. Vol. 2- **Simão Almeida** e José Emilson Ribeiro. João Pessoa: editora da UFPB, 2012. 12v.

⁷⁵ A reportagem publicada pelo Jornal Diário da Borborema intitula-se **UNIVERSITÁRIOS FAZEM COMÍCIO E QUEIMAM BANDEIRA**, p.11.

qual fizeram parte vários oradores, todos eles concitando o povo a não aceitar o referido convenio, que segundo os universitários, “destina-se a promover a esterilização mental da juventude estudiosa do Brasil” [...] A concentração pública teve o seu encerramento por volta das doze horas e trinta minutos, quando os estudantes ostentaram uma bandeira norte-americana, que recebeu o repúdio da multidão, sendo logo em seguida, rasgada e queimada pelos estudantes. E enquanto o símbolo dos Estados Unidos incendiava-se, suspenso por uma vara, toda a multidão composta de estudantes e elementos de várias classes sociais, entoava o Hino Nacional Brasileiro, até a Bandeira queimar-se por completo. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 28 DE MAIO DE 1967, p. 11).

Apesar do protesto estudantil, várias propostas do Acordo foram implantadas através da Reforma Universitária e do ensino realizada em 1968. Sobre essas propostas do Acordo MEC-USAID e da Reforma Universitária, Araújo (2007, p. 157) nos informa da possibilidade de “Junção do curso primário com o ginásio, formando o primeiro grau, a junção do clássico com o científico, formando o segundo grau; a referência ao ensino universitário como ensino do terceiro grau”⁷⁶.

O senhor Pedro Coutinho⁷⁷, em seu depoimento, informou que houve uma participação importante dos estudantes com relação às lutas reivindicatórias, se fazendo presente à luta contra o imperialismo norte americano. Segundo ele, nessas manifestações havia “estudantes com visões políticas distintas e o centro principal de discussão era o Colégio Estadual da Prata e de lá se disseminava pra todo canto” (informação verbal). Tendo em vista a relação do movimento estudantil com a questão político partidária em Campina Grande, buscaremos no segundo capítulo deste trabalho evidenciar como se deu o redimensionamento do ME no campo político e cultural em Campina Grande-PB, na década de sessenta.

⁷⁶ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis: 1937- 2007:** da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: RelumêDumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 157.

⁷⁷ Entrevista concedida à autora pelo senhor Pedro Coutinho de Almeida. Campina Grande, 09.05.2013.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO ESTUDANTIL: DISCUTINDO POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

“O movimento estudantil em Campina Grande era organizado e tínhamos muito claro a luta política e a questão cultural”.
Leimar de Oliveira.

2.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A QUESTÃO POLÍTICA NO CENÁRIO CAMPINENSE

Iniciaremos esse capítulo apresentando uma discussão sobre Cultura e Política nos anos sessenta, evidenciando mais particularmente, as experiências dos estudantes que estavam relacionados ao Movimento Estudantil de Campina Grande-PB. Por compreendermos não ser possível desvincular os aspectos políticos e culturais presentes na atuação dos estudantes campinenses, objetivamos discutir como se deram essas experiências estudantis com a instauração da Ditadura Militar na Paraíba, mostrando que a vida política e cultural dos estudantes, em certa medida, continuou ativa na sociedade da época.

De acordo com Schwarz (2001, p.7) “para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer”. Nesse sentido, compreendemos que após o golpe de 64 o panorama cultural do Brasil ganhará destaque, principalmente com a presença e a atuação de estudantes no campo cultural e político da sociedade.

A presença estudantil também foi importante nesse contexto, bem como o papel da Igreja, uma vez que após o golpe militar de 64, esta assumirá novas posturas relacionadas à sua própria forma de organização no campo político. De acordo com Mello (2004, p.87) “apesar das contradições inerentes à nova postura da Igreja, era visível a evolução desta com o surgimento das Juventudes Estudantil, Operária e Universitária Católicas (JEC, JOC e JUC)”.

Em Campina Grande-PB, os estudantes que pertenciam ao Movimento Estudantil faziam parte dos partidos políticos e organizações de esquerda que existiam na cidade, se engajando em grupos políticos como a AP (Ação Popular) que tinha atuação dentro da Igreja Católica da época. De acordo com Gorender (1985, p.159), “o surgimento da AP decorreu,

simultaneamente, das mudanças na Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e do aprofundamento da luta de classes no Brasil”. Na década de sessenta, em Campina Grande, os estudantes que participavam da AP tinham ligação com a Igreja Católica, como ressalta o senhor Leimar de Oliveira⁷⁸ em seu depoimento:

A maioria da liderança nossa era engajada em partidos políticos não é, por exemplo, eu não tinha uma liderança engajada na AP, mas quase todos nós éramos da AP no começo, mas nós tínhamos, por exemplo, uma relação muito estreita com a Ação, Justiça e Paz⁷⁹ de Dom Helder Câmara. (informação verbal).

Para Ridenti (2010, p.28) “a proposta de constituição da AP como movimento político independente brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja nos anos 1950 e 1960”. No entanto, a AP não irá surgir do PCB (Partido Comunista Brasileiro) como o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), mas da Igreja Católica, sendo que na década de sessenta alguns setores da Igreja começam a se organizar, surgindo às várias Juventudes Católicas⁸⁰.

Sobre a Ação Popular, vale salientar, de acordo com Gorender (1985, p.42), que “embora os universitários constituíssem o setor mais numeroso e ativo, a AP contou com representantes de variadas categorias intelectuais: professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas”. Em Campina Grande, nesse contexto, além da AP, outro partido político que se fazia presente no Movimento Estudantil de Campina Grande era o PC⁸¹.

De acordo com Foracchi (1977, p.228) as principais agremiações políticas “que organizadamente irão militar na vida política dos estudantes será a Juventude Universitária Católica (JUC), o Partido Comunista (através de seus diretórios estudantis), a Ação Popular

⁷⁸ Entrevista concedida à autora pelo senhor Leimar de Oliveira. Campina Grande. 30.04.2013.

⁷⁹ De acordo com Rui Leitão, “Dom Helder Câmara lançou, no mês de outubro, em Propriá, estado de Sergipe, o movimento “Ação, Justiça e Paz”, haja vista que ele acreditava que o caminho que conduziria à Paz é a justiça entre os povos e as pessoas”. Para maiores esclarecimentos ver: LEITÃO, Rui César. **1968- O grito de uma geração.**/ Rui César Leitão.- Campina Grande: EDUEPB, 2013.

⁸⁰ Surge, nesse período, a JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica).

⁸¹ De acordo com Ridenti (2010) além do PC, “havia outros pequenos grupos de esquerda atuantes em 1964, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Operário Revolucionário Troskista (PORT). O PCdoB foi a cisão do setor minoritário abertamente stalinista do PCB, setor que no princípio de 1962 criaria um novo partido, retomando o nome tradicional do antigo PC, fundado em 1922 como Partido Comunista do Brasil, passando a denominar-se Partido Comunista Brasileiro somente no início dos anos 1960, para tentar sua legalização”. Para maiores esclarecimentos ver: RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** 2º ed. Ver. e ampliada- São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 29.

r(AP), a Política Operária (POLOP)”. Evidenciando o caso de Campina Grande, o senhor Simão de Almeida, em seu depoimento⁸² relembra sua participação na Ação Popular:

Por volta de 66 eu fui convidado para ingressar na Ação Popular, a famosa AP que foi um movimento que surgiu a partir do pessoal desses movimentos da Juventude: Agrária Católica, da Juventude Estudantil, da Juventude Operária, alguns intelectuais [...] e aí ainda militei na clandestinidade a partir de 69 na AP até 72 quando a AP veio a se incorporar ao PC do B, então eu me incorporei ao PC do B e estou até hoje no PC do B, e essa é a minha trajetória (risos). (informação verbal).

É interessante ressaltar que a Igreja já apresentava mudanças em sua forma de organização e isso refletia também no comportamento desses estudantes, uma vez que eles buscavam se diferenciar dos demais estudantes, quando se engajavam em grupos que pertenciam à Igreja ou a partidos políticos da época. Essa diferenciação que observamos através de nossas pesquisas estavam relacionadas à forma despojada como vão se apresentar na sociedade, algo atípico dos costumes da própria Igreja Católica da época.

Tal despojamento pode ser caracterizado nas diversas formas de atuação desses jovens dentro da própria igreja Católica, pois constatamos em nossas pesquisas a atuação de um padre chamado Antônio Nóbrega que utilizava lambreta, conhecido por nossos depoentes como “padre lambretinha”.

A atuação desse padre é interessante porque vai dar ênfase a um comportamento atípico da época, uma vez que o uso da lambreta pelo padre e a atitude de juntar a JUC feminina com JUC masculina dentro da Igreja Católica, foram mudanças observadas por quem pertencia à Igreja da época.

Em seu depoimento, o senhor Simão de Almeida relembra sua participação na JEC (Juventude Estudantil Católica), que contava com o apoio do padre Antônio Nóbrega e enfatiza as mudanças ocorridas no interior da Igreja com a chegada do padre lambretinha⁸³:

Eu fui convidado para ingressar na JUC e a partir daí eu ingressei, e a JEC era um movimento católico que tinha um padre que era um assistente, era o padre Antônio Nóbrega de Campina Grande conhecido como lambretinha, pois tinha uma lambreta [...] então, a JUC de Campina Grande pra começar era misturado entre rapazes e moças e originalmente tinha a JUC F e a JUC

⁸² Entrevista concedida à autora pelo senhor Simão de Almeida Neto, João Pessoa. 22.05.2013. Na época da pesquisa constatamos que o nosso depoente era estudante do curso de graduação em Engenharia Elétrica na escola Politécnica de Campina Grande, no período da ditadura militar na Paraíba.

⁸³ Pesquisando sobre a atuação do padre Antônio Nóbrega encontramos que ele escreveu um artigo intitulado “Campina Grande está morrendo?”, onde discutia os problemas que a cidade vinha enfrentando com relação à crise econômica. Esse jornal era um Órgão Oficial de Centro Estudantil Campinense. Fonte: Jornal Formação, **Campina Grande está morrendo?** Março de 1967, p. 06.

M, era a JUC Feminina e a JUC Masculina, as duas não se misturavam, mas em Campina Grande o padre Nóbrega juntou tudo [...]. (informação verbal).

Nesse sentido, compreendemos que a Igreja apresentava mudanças em sua forma de organização, buscando se adaptar ao discurso moderno, se diferenciando nas formas de atuação dos próprios membros do Clero. Essas mudanças são peculiares no sentido de que estamos analisando uma Igreja Católica que, de apoio ao golpe militar, passa a se opor a um regime que ocasionará perseguição a membros do Clero no contexto nacional da época⁸⁴.

Para o nosso depoente, o senhor Simão de Almeida, com o golpe militar, a Igreja foi “acabando” com os movimentos católicos existentes como a JUC. Para ele, esses movimentos eram “grandes escolas de militância”, ingressando, posteriormente, no PC (Partido Comunista). Sobre a ideia apresentada pelo senhor Simão, da JUC ser uma escola de militância, outro depoente, o senhor Emilson Ribeiro,⁸⁵ nos informou que naquela época:

Para se tornar um militante comunista, o jovem passava primeiro pela Juventude Comunista. Eram jovens de treze, catorze anos, quinze, dezesseis anos que se organizavam, estudavam e se preparavam para conseguir ideologia suficiente para enfrentar a diversidade [...]

Eu participei desde a Juventude do Partido Comunista em João Pessoa. Muitas reuniões aconteciam na Sacristia da Igreja, pois nós sempre víamos de uma cultura religiosa e naquela época predominava muito mais o Catolicismo. (informação verbal).

Nesse contexto é interessante chamar atenção para a relação dos militantes de esquerda⁸⁶ e a Igreja Católica da época, uma vez que a igreja vai criando seus próprios Órgãos como a JUC que, posteriormente, se transformará na AP (Ação Popular) em função da própria conjuntura da Igreja inserida no contexto dos anos 50 e 60.

Embora nem todos os estudantes campinenses participassem desses movimentos relacionados à Igreja, aqueles que tinham vínculos com estudantes da JUC, por exemplo,

⁸⁴ Mainwaring (1989 apud SILVA, 2010, p. 54) evidencia que “a repressão perpetrada pela nova ordem atingia agora os membros do próprio clero ou do laicato em conflito com as forças de segurança. Os grupos católicos que entravam em choque com o aparelho repressivo eram representados pela Ação Popular (AP), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC)”. SILVA, Jomar Ricardo da. **A Igreja na pós-modernidade: CEBs, poder e cidadania/** Jomar Ricardo da Silva.- João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 206 p.

⁸⁵ Entrevista concedida pelo Senhor José Emilson Ribeiro em 25.03.2010 ao Projeto Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. Vol.2 João Pessoa. Editora da UFPB, 2012. 12 v.

⁸⁶De acordo com Soares (2000) as tarefas dos militantes comunistas, nessa época, “se incumbiam de outras tarefas mais restritas, como a organização de reuniões e o acolhimento de militantes vindos de outras cidades para desenvolver atividades”. Segundo ele, o Partido Comunista Brasileiro tinha “um peso histórico e uma tradição muito grande no meio da esquerda”, onde atuava principalmente no movimento estudantil. Ver mais em: SOARES, Gilbers. **A Atuação das Organizações revolucionárias em Campina Grande-PB.** Dissertação de Mestrado. UFPE. p. 103.

eram considerados “aliados da JUC”. Em seu depoimento, a senhora Ana Rita de Castro⁸⁷ relembrou sobre isso:

Eu não fui de JUC, mas as pessoas achavam que eu era de JUC [...], naquele tempo do meu namorado Simão Almeida [...] nós formávamos uma parceria e ele era da JUC e as pessoas achavam que eu era da JUC, mas vejam só, eu era uma aliada exatamente da JUC que tinha a tendência de esquerda. (informação verbal).

Sobre a atuação do Partido Comunista na Paraíba é interessante ressaltar que nas reuniões realizadas pelo Partido em João Pessoa, contava-se com a presença da delegação de Campina Grande, Guarabira, Sapé e João Pessoa. De acordo com a documentação encontrada, em uma reunião ocorrida no dia 14 de setembro de 1963⁸⁸ foram discutidos os seguintes pontos:

Balanco eleitoral; 2. Intervenções do companheiro Augusto sobre o problema da Educação do Partido e sobre a Organização e crescimento do Partido; 3. Resoluções. Após a aprovação da ordem do dia, foi apresentado o regime interno que foi aprovado nos seguintes termos: (regimento interno) - .30 minutos I para cada intervenção do companheiro A. Augusto; Os minutos para cada convidado e para cada membro do c.e; Três turnos para todas as reuniões: das, 14as 19 horas do 1º dia; das 8 as 12h. do 2º dia e das 14 as 18 horas do 2º período do segundo dia. (I- IPM, p. 42).

Tendo em vista as reuniões sobre a atuação do Partido Comunista, fizemos o seguinte questionamento: qual o discurso utilizado nessas reuniões para que estudantes fossem agregados ao Partido Comunista? Qual o plano adotado por cada Organização? Nesse sentido, em nossas pesquisas⁸⁹ constatamos que:

[...] Cada Organização do Partido estabelecerá seu próprio plano de recrutamento e adotará as medidas necessárias para seu cumprimento. o recrutamento poderá ser feito por várias formas: por meio do trabalho individual junto a simpatizantes, através de palestras para grupos especialmente convidados, etc... Particularmente atenção deve ser dada ao recrutamento das pessoas que por sua atividade política atual e por suas qualidades pessoais demonstrem ter condições de liderar massas nos locais de trabalho ou de moradias e de se tornarem ativos militantes comunistas.

⁸⁷ A senhora Ana Rita Castro de Almeida é de Campina Grande, toda a sua militância foi no movimento estudantil dessa cidade. Ver mais em: 8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositores: Maria Salete Van der Poel e Ana Rita Castro de Almeida. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. Vol 8- Maria Salete Van der Poel e Ana Rita Castro de Almeida. João Pessoa: editora da UFPB, 2012. 12v.

⁸⁸ Ver PLANO DE CONSTRUÇÃO DE PARTIDO I IPM 1426, VOL. 1.118, p. 43.

⁸⁹ Idem; Ibidem, p. 47.

Ao lado disto, deve-se fazer o levantamento de nomes de pessoas que simpatizem com o comunismo a fim de serem convidados a ingressar no Partido. (PLANO DE CONSTRUÇÃO DO PARTIDO I- IPM, p. 47).

Nesse sentido, os estudantes que participavam do Partido Comunista eram recrutados através de um plano elaborado previamente, que estabelecia quais atividades poderiam ser desenvolvidas por tais militantes. Quando o Golpe Militar na Paraíba foi instaurado em 1964, não somente os estudantes ditos comunistas foram alvo de repressão, mas também suas Instituições representativas, como a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba.

Nesse sentido, pesquisando nos IPMs (Inquéritos da Polícia Militar) encontramos vários “Autos de Busca e Apreensão” a respeito de materiais de propagandas ditas comunistas.

Aos dois dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do senhor Coronel Comandante da Guarnição de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista nos dirigiu A Praça Aristides Lobo, onde está sediada a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DA PARAÍBA, segundo fomos informados, e aí depois de ter sido verificado que não havia ninguém no recinto presente as testemunhas 1º Sargento REINALDO DE MELO CELANI e 3º sargento ROMILDO DOMINGUES DE MELO, abaixo assinadas, entrando na casa supra declarada, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos e lugares, fazendo abrir portas, gavetas, armários e etc., encontrando o seguinte material: 1(um) boletim informativo da AESP; 1(um) exemplar de “PROPOSICION ACERCA DE LA LINEA GENERAL DEL MOVIMIENTO COMUNISTA INTERNACIONAL” (Ed PEKIN) (...)1 (um) exemplar intitulado “DENÚNCIA À NACIONALIDADE”; 10 (dez) exemplares intitulados “SEM JUSTIÇA NÃO HÁ PAZ” (As grandes definições de JANGO); 4 (quatro) volumes de Boletim de Informacion; 1 (um) exemplar de “PROGRAMA DEL PARTIDO SOCIALISTA UNIFICADO DE ALEMANHA”. (IIPM, p. 25).

É interessante ressaltar que mesmo com a perseguição depois do golpe militar de 1964 os estudantes continuaram se reunindo. Em seu depoimento o senhor Leimar de Oliveira⁹⁰ afirmou que “havia uma integração muito forte dos estudantes que participavam do movimento estudantil e que faziam parte do Partido Comunista do Brasil (PC do B)” (informação verbal). Assim, com a instauração da ditadura militar na Paraíba, houve uma maior necessidade de união desses estudantes que reivindicavam uma sociedade democrática.

⁹⁰ Entrevista concedida à autora pelo senhor Leimar de Oliveira. Campina Grande-PB. 30.04.2013.

Em seu depoimento, o senhor Emilson Ribeiro⁹¹ relembra como se deu a sua entrada no Partido Comunista, a partir de 1965. Segundo ele:

Como militante político, a partir de 65 quando ingressei ainda no Catolé do Rocha, no Partido Comunista Brasileiro [...] a palavra revolução representava o nosso paradigma de vida, mas na década de sessenta, nós amávamos realmente a revolução, nós vivíamos realmente para a revolução. Ela certamente significava uma aposta no futuro, uma transformação de longo alcance e, isto implicava realmente enormes tarefas de toda uma geração que teve realmente a audácia de conquistar os céus. Então, eu diria que nós jovens da década de sessenta sonhávamos muito e imaginávamos que poderia realmente construir um novo mundo baseado na igualdade, na fraternidade, na liberdade, enfim, éramos todos de esquerda, embora variássemos em posturas ideológicas, os jovens que acreditavam realmente no socialismo. Então, o meu contato com esse mundo foi praticamente aos quinze anos quando ingressei na Juventude Comunista, em Catolé do Rocha, e era um militante extremamente dedicado. (informação verbal).

Na fala de nosso depoente, a entrada no Partido Comunista e o enfrentamento com a Ditadura Militar é caracterizado como uma “Revolução”, idealizando a geração de sessenta como uma geração que tinha a “audácia de conquistar os céus”. Essa idealização ainda está presente na fala do senhor Emilson, quando ele afirma que se “poderia criar um novo mundo baseado na igualdade, fraternidade e liberdade”. (informação verbal).

Porém, ser estudante na década de sessenta e lutar contra a ditadura militar não podemos caracterizar necessariamente como uma Revolução, haja vista que essa ideia de revolução implica dimensões bem maiores. De acordo com Reis Filho (1990, p.107), a revolução é apresentada em seus escritos como “algo imanente ao processo histórico, não passa de um desdobramento-orgânico- do regime capitalista e não faltam referências comparando a revolução a um “cataclisma natural” que acontece independente da vontade dos homens”. Segundo Santana (2007, p.110), a partir de 1964 houve a separação de Organizações em âmbito nacional. Assim, ela nos informa:

A primeira cisão, embora não se tenha formado uma nova organização a partir dela ocorreu no PCB a partir de julho de 1964. A Corrente Revolucionária como ficou conhecida, era formada por militantes, que se opunham de maneira crítica à orientação política do partido antes do golpe. Descontentes com as decisões tomadas sempre pela cúpula do PCB, grande parte dos estudantes vinculados ao partido também foi se afastando e ganhando maior autonomia. Alguns se aproximaram da POLOP e do PC do

⁹¹FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs.) Compartilhando Memórias: Repressão e resistência na Paraíba. Vol. 2- Simão Almeida e José Emilson Ribeiro. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12v. 2ª Sessão de depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 25.03.2010, Auditório da reitoria/ UFPB; Coordenação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide.

B, de quem passaram a receber influência. Outros jovens passaram a seguir uma orientação política independente e acabaram, desde 1965, formando uma vertente própria, em vários estados brasileiros, as Dissidências, que recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o PCB (SANTANA, 2007, p.110).

Para Gorender (1985, p.159), o período que vai de 1964-1968 “assinalou vertical decréscimo da capacidade de atuação do PCB nos meios estudantis. Apesar das ascendências doutrinárias diferenciadas, as dissidências estudantis regionais começaram a atuar de maneira coordenada”. Sobre a questão dos partidos políticos, o senhor Simão de Almeida, nos afirmou:

[...] De todas as correntes, ou quase todas, que se expressava em Campina Grande, a grande força era a do PC do B que tinha uma base antiga do PCB, tinha lideranças como Peba, Chico Lima, figuras assim [...] os velhos como a gente dizia naquele tempo [...] alguns companheiros nossos saíram do PC se organizaram na ALN com Mariguela, mas em Campina Grande a coisa era essa polaridade, a AP e o PCB é que disputavam o movimento estudantil (informação verbal).

Ao falar sobre a cisão dos partidos políticos, o senhor Rômulo Maranhão do Valle⁹² nos informou:

[...] O PCBR⁹³ era um partido que tinha como bandeira a derrubada da ditadura pela luta armada né; dentre outras coisas pela luta armada, que era o que o PCB não admitia, era contrário, e isso fez com que uma boa parte do partido dos principais militares saísse para outras tendências NE. (informação verbal).

É interessante ressaltar que entre os anos de 1964 e 1968 os estudantes irão criar as chamadas “entidades livres”, que estão relacionadas aos diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que este pela Lei Suplicy⁹⁴ estava sendo controlados pelo governo e proibidos de exercer qualquer atividade ou discussão política.

⁹² Entrevista concedida à autora pelo senhor Rômulo Maranhão do Valle. Campina Grande-PB. 03.05.2013. O nosso depoente fazia parte do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, que foi uma dissidência do PCB. Ele evidenciou ainda que depois do Golpe Militar, o PCB quebrou em algumas tendências e uma delas foi o PCBR.

⁹³ De acordo com a documentação pesquisada, “nos dias 11 e 12 de abril de 1968, em um sítio, na cidade de Niterói, teve lugar a Primeira Conferência Nacional da chamada CORRENTE REVOLUCIONÁRIA, ocasião em que foi fundado o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO/ PCBR, com apoio das delegações de Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte da delegação da Guanabara”. Para maiores esclarecimentos ver: **Relatório Especial de Informações. Centro de Informações da Aeronáutica.** 1986, p. 17.

⁹⁴ Também conhecida como a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 foi criada no Governo do Marechal Castelo Branco que visava a extinção do movimento estudantil. Para maiores esclarecimentos ver: POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros** - Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira.

Nesse contexto, apesar da UNE (União Nacional dos estudantes) ter sido extinta, ela ainda continuava a ser símbolo político de grande importância, haja vista que mesmo na clandestinidade, após o golpe de 1964, os estudantes continuavam elegendo seus presidentes e realizando clandestinamente seus Congressos.

Mas não eram apenas em Congressos que os estudantes se reuniam, eles também buscavam desenvolver uma vida cultural, mesmo no período da ditadura. Sendo assim, no próximo subitem buscaremos analisar como se dava a atuação dos estudantes relacionados ao viés cultural.

2.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A QUESTÃO CULTURAL EM TEMPOS DE DITADURA

Os anos iniciais após a instauração da Ditadura Militar (1964), também, foram marcados no meio estudantil pelas diversas formas de atividades culturais que relacionavam os estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande. Sendo assim, nesse subtópico buscaremos mostrar que os estudantes campinenses mantiveram, em certa medida, uma vida cultural ativa após a instauração do golpe militar na Paraíba, utilizando-se o viés cultural como espaço de sociabilidade, mas também de resistência.

Nesse sentido, mesmo no período posterior a instauração do golpe militar na Paraíba, os estudantes campinenses buscavam promover na Universidade a realização de atividades culturais que contavam com debates sobre a Música Popular Brasileira, bem como discussões entorno do Cinema e da Literatura Brasileira, uma vez que essas programações possibilitavam a propagação de novas ideias e discussões acerca da sociedade da época.

Pesquisando no Jornal DB, encontramos uma reportagem que evidencia a pretensão da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) de trazer Gilberto Freyre para a Conferência. Assim, de acordo com matéria divulgada pelo DB⁹⁵:

O universitário Arlindo Almeida, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, informou à reportagem que irá ao Recife a fim de manter entendimentos com o prof. Mauro Mota, Diretor Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas Sociais. Nesses contatos solicitará ao dirigente o IJNPS a vinda de técnico e economistas daquela instituição para ministrarem cursos na FACE.

⁹⁵ **FACE quer trazer Gilberto Freyre para Conferências.** In: Diário da Borborema, 17 de janeiro de 1965.

O informante, em companhia de seu colega Expedito Pequeno, visitará o sociólogo Gilberto Freyre para realizar conferência no auditório daquela unidade de ensino superior de C. Grande.

Recorda-se que, há meses atrás, o escritor Lopes de Andrade, viajou ao Recife a frente de uma turma de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas desta cidade, levando-a a presença do prof. Mauro Mota e do autor de “Casa Grande & Senzala”, para estabelecer contatos de natureza cultural. Naquela ocasião, como se recorda, o sr. Gilberto Freyre comprometeu-se com nosso confrade Lopes de Andrade a visitar Campina Grande no início de 1965, pois ao ser convidado, achava-se de malas arrumadas para empreender uma viagem aos Estados Unidos. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 DE JANEIRO DE 1965, p. 5).

Com relação a essa matéria divulgada pelo Jornal DB, levantamos a hipótese de que a iniciativa do presidente do Diretório Acadêmico em trazer Gilberto Freyre para palestra na Universidade partia do interesse de estudantes considerados interventores, ou seja, possivelmente essas lideranças estudantis estavam em consonância com as forças militares e o próprio regime militar. Trazer Gilberto Freyre para a palestra, considerado de direita ao apoiar o golpe militar no Brasil, partia mais de uma decisão de lideranças estudantis que seguiam o regime militar na tentativa de apaziguamento dos ânimos entre os estudantes, do que uma decisão dos próprios estudantes que formavam o movimento estudantil na época.

Dando continuidade a pesquisa, procuramos entender melhor como estava sendo preparada a programação de homenagem ao Sociólogo Gilberto Freyre, que estaria em Campina Grande para a Conferência com os estudantes universitários da FACE. Havia uma preocupação por parte da Diretoria da FACE em organizar tal evento? De que forma isso aconteceu? Assim, nas páginas do Jornal DB⁹⁶ foi noticiada, na época, que:

[...] A Diretoria da FACE oferecerá um jantar ao ilustre escritor e sua esposa, na noite do dia 10 e o Rotary Club⁹⁷ local homenageará o sociólogo na próxima quinta-feira, por ocasião do seu almoço reunião, quando o autor de “Casa Grande & Senzala” será saudado pelo rotariano José Gaudêncio de Brito, também professor da FACE.

Durante sua estada em nosso meio, o professor Gilberto Freyre percorrerá os principais pontos da cidade e visitará a Livraria Pedrosa, montará um “stand” contendo todas as obras do renomado mestre.

O Diretor da FACE, professor José Paulino Filho está coordenando todas as homenagens a serem tributadas em Campina Grande ao escritor Gilberto Freyre que vem a esta cidade atendendo a convite daquela Escola Superior. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 5 DE MARÇO DE 1965, p. 3).

⁹⁶ Programa de homenagem a Gilberto Freyre em elaboração. In: Diário da Borborema, 5 de março de 1965. p. 3.

⁹⁷ Esse foi um local que, com o golpe militar em 1964, apoiou o regime militar que estava sendo instaurado. Como Gilberto Freyre era considerado de direita no Brasil e ao ser convidado para a palestra na Universidade é recepcionado pela Rotary Club, o que deixa claro a consonância entre o perfil de determinados convidados e o apoio ao regime militar.

A realização de Conferências fazia parte da vida estudantil dos universitários de Campina Grande. Nas matérias apresentadas acima, constatamos as atividades culturais que estavam sendo desenvolvidas pela Direção da FACE e pelas lideranças estudantis que lá estavam matriculadas.

Porém, essas atividades culturais desenvolvidas por tal Instituição não ocorriam de forma isolada em Campina Grande, pois em nossas pesquisas constatamos que outras Instituições, também, desenvolviam suas programações culturais com os estudantes da época.

Dentre as programações que envolviam os estudantes, verificamos em nossas pesquisas que a Universidade Regional do Nordeste foi matéria no Jornal DB⁹⁸ quando se anunciava à vinda do arcebispo Dom José Maria Pires para uma aula inaugural nesta Instituição. Vejamos o que se apresenta na seguinte matéria:

O bacharel Raimundo Asfora viajou anteontem à capital do estado, com a finalidade de formular um convite oficial, em nome da Reitoria da Universidade Regional do Nordeste ao arcebispo Dom José Maria Pires, para proferir a aula inaugural da Faculdade de Direito de Campina Grande, fixada para o próximo sábado. No contato mantido entre Raimundo Asfora e Dom José Maria Pires este aceitou imediatamente o convite dizendo que isto para ele “significa uma grande honra” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 28 DE FEVEREIRO DE 1966, p. 6).

De acordo com a matéria divulgada pelo Jornal *Diário da Borborema* levantamos a hipótese de que, nesse momento, estava ocorrendo certos conflitos no interior da Universidade, uma vez que uma das maiores forças, a AP (Ação Popular) foi sufocada e havia uma tentativa de retomada da Ação Popular nesse contexto. Nesse sentido, o convite feito a Dom José Maria Pires, uma liderança da Igreja na época, seria uma tentativa de retomada das lutas estudantis após a instauração da ditadura militar.

Os estudantes campinenses além de buscarem estabelecer vínculos com estudantes de outras cidades, também, buscavam se relacionar com autoridades representantes da Igreja através de Palestras, demonstrando assim, a relação que existia entre Igreja e Juventude.

Nessa mesma matéria que dava ênfase a vinda do Arcebispo Dom José Maria Pires para aula inaugural na URN, evidenciou-se que “após consultar a sua agenda, seria impossível a sua presença em Campina Grande, mas que se sentiria profundamente honrado se pudesse falar à juventude universitária campinense”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p.8)⁹⁹.

⁹⁸ **Dom José Maria Pires para aula inaugural da URN.** In: Diário da Borborema, 28 de fevereiro de 1966. p. 8.

⁹⁹ Fala proferida pelo Jornal DB em matéria intitulada Dom José Maria Pires para aula inaugural da URN. Ver mais em Diário da Borborema, p.08.

Em nossas pesquisas não constatamos se em 1966 ocorreu, de fato, a vinda do Arcebispo para aquela aula inaugural, no entanto, compreendemos que os estudantes de Campina Grande buscavam vivenciar esses momentos culturais que eram promovidos em parceria com a Universidade da época.

Vale salientar que, enquanto os estudantes universitários organizavam Palestra para uma suposta vinda do Arcebispo à Universidade, os estudantes secundaristas naquele ano de 1966, juntamente com a direção do Colégio Estadual da cidade convidaram o senhor João Agripino para “aula de sapiência”¹⁰⁰. Sobre esse acontecimento, podemos constatar na matéria publicada pelo Jornal DB¹⁰¹:

Como acontece todos os anos, o Colégio Estadual desta cidade promoverá uma sessão solene de abertura do ano letivo.

Assim sendo, o diretor Juracy Palhano procurando revestir do maior brilhantismo a aula inaugural de 1966, tendo em vista o início de novos períodos administrativos, tanto na administração estadual (com a posse recente de outro Governador), como na direção do Colégio, com a designação também recente de aludido professor, resolveu convidar o Governador João Agripino Filho para proferir a referida aula.

O portador do convite ao Sr. João Agripino foi o Monsenhor Manoel Vieira, Secretário da Educação e Cultura do Estado, a quem o prof. Juracy Palhano deferiu a honrosa incumbência. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 8 DE MARÇO DE 1966, p.08).

Conforme divulgado pelo Jornal DB da época, o senhor Governador do Estado da Paraíba, João Agripino, foi convidado para dar abertura ao ano letivo com uma “aula de sapiência”.

Essa matéria faz referência ao Colégio Estadual da Prata, no qual o senhor Juracy Palhano era diretor. Levantamos a hipótese de que essas iniciativas, como o convite feito por parte da direção escolar ao Governador do Estado, está envolto de interesses políticos, uma vez que “tendo em vista o início de novos períodos administrativos, tanto na administração estadual (com a posse recente de outro Governador), como na direção do Colégio”. (ALBUQUERQUE, 2011, p.65).

A presença do Governador ao Colégio Estadual da Prata era importante naquele contexto, pois nessa escola se concentrava o maior número de alunos matriculados da cidade. De acordo com Albuquerque (2011, p.65), “durante o início dos anos 60 houve uma ampliação na demanda pelo ensino secundário (ginasial, clássico e científico), ou seja, levou à

¹⁰⁰ Termo encontrado na matéria do Jornal Diário da Borborema. Edição de 8 de março de 1966.

¹⁰¹ Agripino convidado para aula de sapiência no Colégio Estadual. IN: Diário da Borborema, 8 de março de 1966, p. 08.

elevação da procura por matrículas no Colégio Estadual”. Ainda de acordo com essa autora, “foi apenas em 1966 que o diretor, Juracy Palhano, propôs a criação de um sistema de quatro turnos, que foi adotado durante o ano”. (ALBUQUERQUE, 2011, p.65).

Dando continuidade as pesquisas sobre esse momento da visita do Governador ao Colégio Estadual, foi encontrada uma matéria denominada *Estudantes do Estadual receberam o Governador*, publicada no Jornal DB¹⁰², mostrando que ao chegar ao Colégio Estadual, o senhor João Agripino, “foi aplaudido por professores e estudantes que lotaram o auditorium do tradicional estabelecimento oficial de ensino”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 29 DE SETEMBRO DE 1966, p.08).

É interessante ressaltar que a atitude do diretor Juracy Palhano foi de informar ao senhor Governador das atividades realizadas na Escola até aquele momento, evidenciando o aumento do número de matrículas que vinham ocorrendo naquela Instituição de Ensino. Sobre esse posicionamento da direção, podemos constatar que foi noticiada na página do DB:

[...] A saudação inicial ao Chefe do Executivo paraibano foi feita pelo diretor Juracy Palhano que após enumerar diversas realizações administrativas no principio de sua gestão, entre as quais resultou o aumento de matriculas, terminou por solicitar do governador a equiparação dos níveis salariais dos funcionários do Colégio Estadual, aos do Colégio Estadual de João Pessoa, a assinatura de contratos de professores que desde março estão lecionando em regime de “pro labore” e a instalação de laboratórios para aulas práticas de Química, Física e Botânica.

[...] Discursou por último o Governador João Agripino que agradeceu as manifestações de carinho dos estudantes e respondeu suscintamente as reivindicações formuladas pelo diretor Juracy Palhano.

Disse que durante o seu governo qualquer contratação ou nomeação de professores seria feita mediante critérios seletivos onde prevalecera sobretudo a capacidade intelectual do aspirante [...]

Acrescentou que tão logo o Estado esteja em melhores condições financeiras mandará instalar laboratórios de Química, Física e Botânica no Colégio Estadual. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 29 DE SETEMBRO DE 1966, p. 8).

No ano de 1967, os estudantes do Colégio Estadual juntamente com seu diretor Juracy Palhano foram, novamente, motivo de matéria noticiada pelo Jornal *Diário da Borborema*¹⁰³. Tratava-se de uma Campanha organizada pela Direção da Escola que envolvia professores e alunos daquela Instituição, com o intuito de aquisição de livros para posterior doação aos alunos pobres do Estadual.

Tal atitude, de acordo com a matéria veiculada, estava ocorrendo porque no Colégio Estadual havia “grande número de rapazes e moças de condição econômica relativamente

¹⁰² Estudantes do Estadual receberam o Governador. In: Diário da Borborema, 29 de setembro de 1966, p. 08

¹⁰³ Livros para estudantes pobres do Colégio Estadual. In: Diário da Borborema, 2 de abril de 1967, p. 2.

precária, e que encontram dificuldades na aquisição de livros escolares, cada vez mais distantes do estudante” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 29 DE SETEMBRO DE 1966, p.08).

Sobre a doação de livros, matéria do DB nos informa:

DOAÇÃO DE LIVROS

Indo de encontro a estas razões, o Diretor do Colégio Estadual acaba de instituir a campanha de doação de livros novos ou usados, para a qual convocou professores e alunos.

Na manhã de hoje, já havia recebido, a Direção do Colégio Estadual, cerca de 50 volumes, todos fruto de doação de estudantes. A todos aqueles que contribuem com livros para o estudante pobre, o prof. Juracy Palhano, oferece cadernos escolares, a título de prêmio pela colaboração.

Espera a Direção do Colégio, contar dentro de poucos dias, com algumas centenas de livros, ofertados, não somente, pelos estudantes, como pelos professores, nessa meritória iniciativa, de tão humana significação. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 2 DE ABRIL DE 1967, p.2).

Além das realizações de Conferências, palestras, doações de livros, os estudantes campinenses também buscavam se envolver “em setores artísticos com cursos livres de músicas, teatro e artes plásticas que formavam a Divisão de Difusão Cultural da Universidade da Paraíba”. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 21 DE MAIO DE 1966, p.8)¹⁰⁴.

No campo da música, por exemplo, eram oferecidas “aulas permanentes de pianos, violino, viola, contrabaixo, teoria e solfejo, harmonia e morfologia, história da música e Iniciação Musical” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 21 DE MAIO DE 1966, p.8)¹⁰⁵. Sendo assim, a própria Instituição era responsável por promover esses eventos culturais que contavam com considerável número de alunos matriculados, além da participação de professores da própria Instituição. Pesquisando no Jornal DB¹⁰⁶, encontramos a seguinte matéria:

O professor Rubens Teixeira é o coordenador do Curso de Teatro, que se divide em duas partes: formação de atores (53 alunos), Interpretação e Expressão Corporal, a cargo da professora Leslie McAneny, direção e impostação da voz, a cargo do Professor Rubens Teixeira, história do espetáculo com o professor Hermilo Boba Filho e caracterização com maquiagem, a cargo da professora Ana C. Lima. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 21 DE MAIO DE 1966, p.08).

¹⁰⁴ Fala encontrada no Jornal Diário da Borborema, edição de 21 de maio de 1966. Reitoria da Universidade promove difusão cultural. p. 8.

¹⁰⁵ Idem; Ibidem. p. 8

¹⁰⁶ Idem; Ibidem. p.8

Mas não eram apenas os estudantes universitários que tinham uma vida cultural, os estudantes secundaristas também organizavam suas atividades culturais a partir, por exemplo, do Centro Estudantil Campinense (CEC), onde era informado à sociedade um calendário das festividades que contava com Jogos entre as Escolas da época, organização de desfiles de estudantes que estavam participando desse momento cultural, exibição de filmes a partir do Cineclube Glauber Rocha, além de outras atividades culturais.

Sobre essas atividades culturais desenvolvidas pelos estudantes secundaristas, encontramos uma matéria no Jornal DB¹⁰⁷ que dá ênfase a organização da Semana do Estudante em Campina Grande, no ano de 1966. Vejamos o que a matéria nos informa:

Conforme nota convite distribuído pela Secretaria do Centro Estudantil Campinense, é o seguinte calendário das festividades.

Quinta-feira, onze de agosto, às oito horas, hasteamento da Bandeira Nacional, ao som da banda marcial do Colégio 11 de Outubro, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos, com a presença de diversas delegações; às nove horas, abertura (solene) dos Jogos Intercolegiais Comemorativos, seguindo-se desfile das equipes participantes, com a colaboração da Filarmônica “Epitácio Pessoa”, no Ginásio da Associação Atlética do Brasil; às quatorze horas [...] às vinte horas, sessão solene de posse do novo Conselho Fiscal do Centro Estudantil Campinense, no auditório do Colégio da Imaculada Conceição.

Sábado, dia treze às quatorze horas, prosseguimento dos jogos Intercolegiais Comemorativos na quadra da Associação Atlética Banco do Brasil; às dezenove horas e trinta minutos audição especial do programa Porta-voz Estudantil pela Rádio Caturí; às vinte horas, exibição do filme “Duas Amigas”, na sessão de gala, no auditório do Colégio da Imaculada Conceição, promoção do Cineclube “Glauber Rocha”- entrada gratuita.

Domingo, dia quatorze, às oito horas, missa em ação de graças na catedral de Nossa Senhora da Conceição, às quatorze horas na quadra da AABB, prosseguimento dos Jogos, às quinze horas no ginásio da AABB matiné dançante (ritmos modernos), com participação de vários conjuntos “YE, EY, YE” da cidade.

Segunda-feira, dia quinze, às oito horas, disputas finalíssimas dos Jogos Comemorativos, com a entrega solene das medalhas aos vencedores, na quadra da AABB, e logo, encerramento dos jogos; às quinze horas, encerramento solene da Semana do estudante, com a apresentação de números culturais por elementos de diversos colégios campinenses (DIÁRIO DA BORBOREMA, 09 DE AGOSTO DE 1966, p.06).

A Programação cultural promovida pelo Centro Estudantil Campinense (CEC) contava ainda com Missa na Catedral Nossa Senhora da Conceição, realização de jogos, festivais de músicas dançantes, além da entrega de medalhas aos vencedores dos Jogos em comemoração à Semana do Estudante. Dessa forma, os estudantes campinenses buscavam

¹⁰⁷ **Semana do Estudante vai ser comemorada com vasto programa**, 09 de agosto de 1966- In: DIÁRIO DA BORBOREMA, p. 06.

promover, no início dos anos 1960, atividades diversificadas desde o laser até questões mais culturais como música, cinema e teatro.

Em 1967 os estudantes que faziam parte do Centro Estudantal Campinense começavam a se organizar para a realização da II Semana do estudante Campinense. Seguindo essa perspectiva cultural, os estudantes resolveram convidar além de D. José Maria Pires, também o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. Sobre esse momento, o Jornal DB¹⁰⁸ distribuiu nota à imprensa informando que:

O Presidente do Centro Estudantal Campinense, estudante Márcio Villar de Carvalho, viajou ontem a João Pessoa com a finalidade de convidar o Arcebispo D. José Maria Pires para pronunciar palestra para os estudantes por ocasião da II Semana do estudante Campinense.

Naquela ocasião, a nossa cidade estará sendo o centro de encontro de estudantes e palco de debates dos mais importantes problemas que envolvem a classe estudantil de nossa cidade.

PRESENÇA DE D. HELDER

Após haver efetuado o convite a D. José Maria Pires, o Presidente do Centro Estudantal Campinense, rumará para a capital pernambucana, com a finalidade de formular idêntico convite ao Arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara.

O Centro Estudantal Campinense, desta forma, promovendo a II Semana do Estudante Campinense, proporcionará à classe estudiosa de nossa terra, a oportunidade de ouvir a palestra de dois dos mais insignes representantes da Igreja, no Brasil. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 26 DE JULHO DE 1967, p. 5).

É interessante ressaltar que a estrutura formada pelo CEC para comemorar a Semana do Estudante contava com a participação de estudantes secundaristas e universitários, como lembra o senhor Leimar de Oliveira¹⁰⁹ ao evidenciar que além da questão cultural, os estudantes do CEC, também, participavam das Olimpíadas estudantis realizadas na cidade de Campina Grande. Segundo o nosso depoente:

O Centro participava das Olimpíadas estudantis que eram Olimpíadas com jogos realizados em Campina Grande, a princípio pelo Centro, depois os Colégios entraram e também essa forma de Diretoria do Centro ela se repetia em cada Grêmio, pois em cada Grêmio tinha o Presidente e o vice-presidente eleitos e tinha o Conselho de representantes do Grêmio era os representantes de classe de sala de aula. E essa era a estrutura burocrática das Instituições.

A Semana do Estudante ela começou sendo apenas de Esporte como isso se chamava “Pegar” e aumentou muito a participação, se verificou que deveria introduzir também o pessoal de Artes, isso era basicamente Esporte e Arte. Porque o Estadual da Prata era muito forte em Arte [...]. (informação verbal).

¹⁰⁸ Estudantes convidam Helder para Palestra. In: Diário da Borborema, 26 de julho de 1967.

¹⁰⁹ Entrevista concedida à autora pelo senhor Leimar de Oliveira. Campina Grande, 18 de fevereiro de 2014.

O nosso depoente nos informou que os estudantes se envolviam nas atividades relacionadas à Semana do Estudante, existindo uma rivalidade entre as torcidas dos Colégios nessa época. De acordo com o senhor Leimar de Oliveira¹¹⁰:

A torcida dos Colégios era de se brigar e havia uma rivalidade muito grande do Estadual da Prata com as Damas, no futebol de Salão tinha uma rivalidade muito grande do 11 de Outubro e Estadual da Prata, depois tinha Anita Cabral e CAD (Colégio Alfredo Dantas), que também tinha muito bons jogadores, porque nessa época começa-se a passar de uma transição dos Colégios públicos para os Colégios particulares, então essa rixa de futebol de salão, por exemplo, entre o Estadual da Prata e o 11 de Outubro era porque Diretor dono do 11 de Outubro tinha sido diretor do Colégio Estadual e levava os meninos, dava bolsa a quem era bom. (informação verbal).

Enquanto os estudantes secundaristas participavam de Jogos e Olimpíadas organizadas pelo CEC, os estudantes universitários de Campina Grande realizavam os jogos estudantis que contavam com o apoio das Associações da FACE e POLI. Os estudantes universitários mantinham vínculos com os estudantes de João Pessoa, através da organização desses jogos estudantis.

Uma matéria encontrada no Jornal DB¹¹¹ nos informava que “a seleção universitária de Campina Grande dará combate, às 8 horas, no Clube do Trabalhador, à seleção pessoense num sensacional encontro de futebol de salão”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 16 DE AGOSTO DE 1965, p. 6).

No entanto, vale ressaltar que a participação dos estudantes de Campina Grande e João Pessoa nos Jogos era caracterizada como algo que propiciava certa valorização dos discentes, uma vez que eram convocados estudantes dessas duas cidades, conforme verificamos nesse trecho da matéria:

[...] À tarde, no Estádio Presidente Vargas, preliminar da América x Paulistano, os acadêmicos campinenses terão pela frente os de João Pessoa num encontro de futebol “association” decerto dos mais sensacionais face a existência de grandes valores nas suas representações.

CONVOCAÇÃO

Os dirigentes da FACE e POLI, de comum acordo, já promoveram a seleção dos atletas para os jogos de amanhã nesta cidade, com universitários de João Pessoa: Futebol de Salão: Capa I, Lacerda, Amaral, João Mário, Patrício, João Claudio, Cosmito, Hélio e Humberto (FACE), e da POLI, os seguintes:

¹¹⁰Entrevista concedida a autora pelo senhor Leimar de Oliveira em Campina Grande-PB, no dia 30 de abril de 2013.

¹¹¹Universitários campinenses e pessoenses promovem jogos. In: Diário da Borborema, 16 de agosto de 1965, p. 6.

Lúcio, Garrincha, Sardinha, Simão, Ercio, Ruberleno [...]. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 16 DE JUNHO DE 1965, p. 6).

Se nesses jogos que eram promovidos pelas Associações da FACE e POLI havia interação entre os estudantes de Campina Grande e João Pessoa, conforme observamos na matéria, em outras atividades também ocorriam uma participação estudantil significativa, uma vez que as atividades estudantis estavam relacionadas ao campo cultural, mas também, de lazer.

Enquanto havia uma interação entre os estudantes universitários da FACE e POLI, os estudantes secundaristas tinham, a partir do CEC, uma série de promoções culturais relacionados a apresentações teatrais e cursos intensivos. Dentre essas promoções culturais estavam às palestras e o Curso de Arte, momentos que contavam com a participação dos estudantes campinenses.

Pesquisando no DB, encontramos uma matéria que nos informa sobre esse momento:

TEATRO CLASSICO E MODERNO

Objetivando a orientação dos estudantes campinenses no campo cultural, o Centro Estudantal promoverá hoje, uma palestra do professor Fernando Silveira sobre Teatro Clássico e Moderno, no auditório do Colégio Universitário desta cidade. Prosseguindo com as realizações programadas para o presente mês, realizar-se-á entre os dias 13 e 14, um curso de Arte e Cultural teatral, ministrado pelo professor Serafim. As inscrições para o referido curso serão feitas na sede do Centro Estudantal Campinense no horário da manhã com o Secretário do expediente (DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 DE ABRIL DE 1967, p. 03).

Sobre esse momento cultural que os estudantes campinenses estavam vivenciando, pesquisamos no Jornal DB¹¹² e encontramos uma matéria que foi divulgada naquele contexto, informando que o Centro Estudantal Campinense “tem procurado imprimir nova orientação cultural para a juventude estudiosa de nossa cidade, iniciativas estas que estão obtendo o mais amplo apoio e acolhida da classe”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 DE ABRIL DE 1967, p.3).

Nesse sentido, enquanto os estudantes secundaristas se organizavam através da Semana do Estudante com a realização de atividades culturais, os estudantes universitários de Campina Grande realizavam o trote como maneira de recepcionar os alunos considerados novatos na Instituição.

Só que o trote estava sendo proibido dentro da Universidade, pois constatamos que foi sendo criada uma imagem acerca do trote como “uma brincadeira de mau gosto”,

¹¹² Campina Grande, 6 de abril de 1967- **Centro Estudantal promoverá teatro e os cursos intensivos**, p. 3.

caracterizando-o como uma atividade violenta, passando a ser vista com maus olhos pelos estudantes universitários, bem como pela própria Instituição.

Em tempos de ditadura, o trote foi proibido, uma vez que foi construída a ideia de que a realização do trote dentro da Instituição impossibilitava manter a ordem entre os estudantes. Assim, em nossas pesquisas constatamos no Ofício Nº 100/66 ¹¹³ que havia o desejo de substituir o trote por um “churrasco de confraternização”:

Sr. Presidente

Pelo presente, levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria, que atendendo a determinações superiores emanadas da Reitoria, está proibida a realização do trote, seja qual for o argumento invocado.

Em substituição ao trote poderia ser promovido pelo DA com o apoio da Diretoria, um churrasco de confraternização entre os novos e antigos alunos. Na certeza de contar com a cooperação dessa Presidência, na aquiescência das ordens superiores que visam a ordem e a disciplina de nossa Universidade, aproveitamos o ensejo para reiterar os nossos protestos de consideração. (CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS 28.03.1966- De Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque- Diretor ao Ilmo . sr. José Tarcísio de Alencar Formiga- Presidente da DA- Campina Grande-PB).

O trote continuou sendo motivo de discussões na Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, onde foram realizadas reuniões sobre a sua existência dentro dessa Instituição, bem como discussões que geravam entorço do comportamento dos alunos da época.

Porém, em nossas pesquisas encontramos uma Ata de Reunião ¹¹⁴ que faz referência a esse momento que o trote foi liberado dentro dessa Instituição, mas com algumas restrições, conforme documentação pesquisada esclarece:

[...] Fazemos votos desde já que para que o trote que não podemos evitar de todo, venha pelo menos a se realizar de maneira disciplinada, como antes dissemos, constituindo de fato uma festa de confraternização entre calouros e veteranos, não desvirtuada por interesses estranhos à vida universitária. Sem outro assunto para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os nossos protestos de estima e apreço. Atenciosamente, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – Diretor. (ATA DE REUNIÃO, 01 DE ABRIL DE 1966).

Acerca do trote, fizemos os seguintes questionamentos: Como eram realizados esses trotes? De que maneira os estudantes campinenses desenvolviam essas atividades? Com o objetivo de responder a tais inquietações, o senhor Leimar esclareceu em seu depoimento que:

¹¹³ Ofício Nº 100/66, do Diretor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque ao senhor José Tarcísio de Alencar Formiga- Presidente do DA; 28 de março de 1966. **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS.** ARQUIVO GERAL DA UFCG.

¹¹⁴ Ata de Reunião do Conselho Departamental da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, realizada em 1º de abril de 1966.

Na década de sessenta os trotes era como se fosse um bloco dos sujos, tá entendendo? É... pintava-se fera com orelhas de burro, desfiles, como também tinha uma violência, mas tinha uma parte politizada; era como se fosse um bloco de carnaval , onde jogava confetes. Nesses trotes tinha muita brincadeira de mal gosto, aqui teve um caso de um colega nosso, não lembro o nome, que o deixaram em cima de um bloco, pois quando ele subiu, tiraram a escada e ele ficou em cima [...] começou a dar para os feras óleo de rícino (um tipo de óleo que dava dor de barriga até em boneco) para obrigar os feras a beber, cachaça e por aí [...] era brincadeira de mal gosto mesmo. (informação verbal).

Mesmo com as restrições acerca da realização do trote na Escola Politécnica, os estudantes continuavam a realizá-la. Porém, outra atividade começa a surgir dentro da Instituição e logo foi denominada de calourada cultural. Fizemos o seguinte questionamento: Existe alguma diferença entre o trote e a denominada calourada cultural? Por que surge, nesse contexto, a calourada cultural? Sobre essas inquietações, o senhor Leimar de Oliveira¹¹⁵ nos afirmou que:

O trote era uma brincadeira de mal gosto e a calourada tinha mais um caráter cultural. Você tinha palestra, você tinha vários temas pra se discutir e também tinha festa, agora era uma festa como uma festa de conluente e encerrava a semana. Nessa mesma semana que a desinformação era muito grande as calouradas seguintes, passou-se a ter na terça-feira encontro dos feras com os Coordenadores de curso pra dizer como era o curso, o que se fazia, como era o básico, como funcionava o básico porque naquela época nós chegávamos aqui sem a menor informação que fosse o curso, sem a menor informação; chegava, se matriculava e pronto... e a calourada começou a se interessar por isso e aí sempre entrava a questão política, quando começou a aumentar o número de alunos e não corresponder a estrutura , a calourada era um momento de mobilização pra contratação de novos professores, isso aí os estudantes participavam. (informação verbal).

De acordo com o nosso depoente “a trajetória do movimento estudantil secundarista fez relação com o movimento universitário. Acabamos o trote que tinha um caráter violento e substituímos pela calourada.”¹¹⁶.

Em nossas pesquisas encontramos uma matéria do DB¹¹⁷ que mostra como se deu a realização da “Festa do Calouro” pelo Clube dos Estudantes Universitários. Por acreditarmos ser de suma importância o conteúdo dessa matéria, resolvemos trazê-la na íntegra para que o leitor tivesse uma melhor compreensão. Assim, de acordo com o Jornal analisado por nós:

¹¹⁵Entrevista concedida a autora pelo senhor Leimar de Oliveira em Campina Grande, no dia 30 de abril de 2013.

¹¹⁶ Fala proferida pelo Senhor Leimar de Oliveira em entrevista concedida à autora, em Campina Grande-PB, no dia 18 de fevereiro de 2014.

¹¹⁷ Campina Grande, 5 de abril de 1967- Festa dos calouros reunirá todos os “feras da Paraíba”. p. 02.

Tendo como objetivo principal a confraternização de todos os universitários da Paraíba, a diretoria do Clube dos Estudantes Universitários de Campina Grande fará realizar a 15 de abril a “Festa do Calouro”, no GINASÍUM do Campinense Clube.

UNIVERSIDADE

A iniciativa contará com a colaboração direta de todas as Faculdades desta cidade e dará continuidade ao tradicional clima de amizade existente entre os universitários campinenses e pessoenses. Na ocasião, também serão homenageados os integrantes da Fundação Universidade Regional do Nordeste.

PREÇOS

O preço da mesa será de seis cruzeiros novos. Cada cartão de mesa acompanhará quatro individuais masculinos, destacáveis e transferíveis por meio de venda a terceiros. O individual custará dois cruzeiros novos na portaria. O estudante que comprar uma mesa terá direito a três individuais, vendidas a universitários ou não, a dois cruzeiros, podendo, por conseguinte reembolsar o custo da mesa.

CONVITES

Todos os calouros da Paraíba foram convidados através dos seus respectivos diretórios. Os ofícios convites serão entregues pessoalmente pela Comissão no início da próxima semana em João Pessoa. Foram convidados os Magníficos Reitores da UFP e FURN, além dos diretores das Escolas Superiores, autoridades civis e militares e a imprensa.

PROGRAMAÇÃO

A Programação assinala no dia 15, às 22 horas, baile no Ginásio do Campinense Clube, oportunidade em que será escolhida a “Rainha dos Calouros da Paraíba”. No dia seguinte, haverá matinal gigante no CEU, das dez às quinze horas, animada pelo conjunto de Ogirio Cavalcanti. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 05 DE ABRIL DE 1967, p. 02).

A matéria não informa por quem era composta a diretoria do Clube dos Estudantes Universitários, porém chama atenção para a forma como era organizada as festas que envolviam estudantes universitários de Campina Grande e João Pessoa. Demonstra um espaço que era utilizado como forma de sociabilidade entre os estudantes e a sociedade em geral, mas apresenta uma contradição, haja vista que os estudantes estavam vivenciando um período ditatorial e, no entanto, nesses eventos tinha-se a presença de autoridades civis e militares como convidados dos estudantes. Levantamos a hipótese de que a presença dessas autoridades na festa dos estudantes era uma iniciativa que partia mais da liderança estudantil, do que dos estudantes que faziam parte do movimento estudantil na época.

De acordo com a matéria, a diretoria do Clube dos Estudantes Universitários de Campina Grande seria responsável pela realização da “Festa do Calouro”. Porém, com o objetivo de evidenciar melhor a atuação do denominado CEU, enfatizaremos o depoimento do senhor Antônio Marcos Barbosa¹¹⁸. Segundo o nosso depoente:

¹¹⁸ Fala proferida pelo senhor Marcos Barbosa em entrevista concedida à autora em Campina Grande-PB, no dia 18 de fevereiro de 2014.

[...] Os eventos culturais, artísticos, inclusive eles organizavam os estudantes universitários na parte relacionada ao laser no Clube dos Estudantes Universitário, antigo CEU. Então, lá tinha uma frequência enorme de pessoas porque era uma maneira de atrair alunos para discussões políticas e foi muito gratificante essa época porque pude dar minha parcela de contribuição para conscientizar pessoas sobre o movimento. Naquela época, o pouco que se fazia era importante [...]. (informação verbal).

Ainda sobre o CEU, o senhor Marcos Barbosa relembra:

O CEU era uma espécie de aglutinador de pessoas porque na época, eu me lembro bem que se falava em manter unida as pessoas, de qualquer modo, as pessoas pensavam pouco a sério a atual situação política da época [...] Era um momento de descontração que o pessoal se encontrava e estreitavam os laços de amizade ; então o CEU foi muito importante nesse aspecto. Agora movimento cultural não se tinha uma representação, era mais um clube de dança que tocava música e o pessoal dançava, tomava um drink e etc. (informação verbal).

Diferentemente da atuação da visão apresentada pelo Senhor Marcos Barbosa de que o CEU “como movimento cultural não se tinha um representação”, o senhor Leimar de Oliveira recorda que nessa época o CEU foi importante para os universitários em razão de que:

[...] lá tínhamos as noites de musica popular brasileira, a iluminação era normal que era um ambiente universitário para se conversar, que achávamos que faltava isso [...] Nas noites de sábado e do domingo tinham as boates, tinha a boate do CEU aberto a todo mundo e esse dinheiro gerado pelo CEU, permitia que quando quiséssemos ir a encontro, participar de encontro, promover a nossos encontros, não passássemos corda na rua. Nunca passamos corda na rua porque nós tínhamos toda uma estrutura. (informação verbal).

A ideia apresentada pelo senhor Leimar de Oliveira de que o dinheiro arrecadado pelo CEU permitia aos estudantes que não se passasse “corda na rua”¹¹⁹, faz referência à forma como os estudantes se organizavam no Clube dos Estudantes Universitários, com o intuito de conseguir subsídios que promovessem seus encontros estudantis.

Com a instauração da Ditadura Militar e o seu endurecimento a partir de 1969, o CEU tem o seu fechamento. Sobre esse acontecimento, o senhor Leimar de Oliveira¹²⁰ acrescenta:

¹¹⁹ A expressão “corda na rua” foi utilizada por nosso depoente e faz referência a forma como os estudantes adquiriam recursos financeiros para suas atividades. Geralmente eles paravam os automóveis no centro da cidade e recolhiam dinheiro dos motoristas que quisessem ajudá-los.

¹²⁰ Entrevista concedida pelo Senhor Leimar de Oliveira em entrevista concedida à autora em Campina Grande-PB, no dia 18 de fevereiro de 2014.

O CEU foi fechado pela repressão em 1969 porque justamente aglutinava muita gente, mas até 69 ele funcionava regularmente como se fosse um bar para encontro, tendo as festas dançantes com disco e, na maioria, compacto. Era muito difícil, uma vez ou outra era que tinha música ao vivo [...]. A repressão batia em cima [...]. (informação verbal).

Com o aumento da repressão e o conseqüente endurecimento do regime militar, aos estudantes campinenses, o CEU vai ser fechado em 1969, deixando de ser um espaço de sociabilidade. Em nossas pesquisas encontramos casos de estudantes que foram perseguidos, presos e torturados no período da ditadura civil-militar na Paraíba, outros nunca conseguiram ser presos, pois seguiram o caminho da clandestinidade, se distanciando dos familiares, amigos e assumindo outras identidades.

Nesse sentido, nosso objetivo no próximo capítulo é mostrar as diversas formas de resistência dos estudantes ao regime militar e de que forma esses estudantes conseguiram lidar com a repressão policial, mais precisamente a partir de 1968 na Paraíba.

CAPÍTULO III

MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESSÃO, CONTROLE E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DITADURA

“Campina Grande era uma cidade de resistência...”
Pedro Coutinho de Almeida

3.1 MANIFESTAÇÕES E REPRESSÃO

O ano de 1968 na Paraíba é marcado, no campo estudantil, pela repressão da Polícia Militar contra os estudantes campinenses. Diferentemente dos anos iniciais da Ditadura Militar, mas precisamente entre os anos 1964-1967, em que os estudantes estiveram voltados para as lutas educacionais no interior das Universidades. Constatamos nas ruas de Campina Grande que, a partir de 1968, ocorreu uma maior intensificação da repressão sobre os estudantes campinenses, uma vez que estes já estavam sendo perseguidos desde o período pré-64.

Através de nossas pesquisas percebemos que, mesmo com o clima de perseguição e as torturas que os estudantes envolvidos no ME da época vinham sofrendo, havia uma maior união entre os estudantes secundaristas e universitários que buscavam nas suas diversas formas de resistência, se opor ao sistema de governo vigente.

Neste capítulo buscaremos entender de que forma os estudantes campinenses que participavam do ME passaram a lidar com a intensificação dessa repressão; a forma como eles buscaram dar continuidade as suas lutas, seja através da participação em Congressos ou manifestações de ruas. Dentre os Órgãos de repressão existentes na época, evidenciaremos o DOI-CODI, principalmente às histórias dos militantes estudantinos, no sentido de reconstituir suas experiências quando foram perseguidos, presos e torturados pela Polícia Militar de Campina Grande e encaminhados a esse Órgão no período pós-69.

O ano de 1968 inicia-se com a notícia de que estudantes campinenses participarão do Congresso da UBES realizado na cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, entre os dias 27, 28 e 29 de Janeiro. Esse Congresso fora organizado pela União Brasileira dos

Estudantes Secundaristas (UBES) e contará com a representação de estudantes paraibanos. Sobre esse Congresso o Jornal DB¹²¹ divulgou a seguinte matéria:

[...] A informação nos foi prestada na manhã de ontem pelo Presidente da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP), estudante Wandilson Lopes de Lima que chefiará a delegação paraibana. Adiantou-nos aquele líder estudantil que cada bancada Estadual contará com cinco representantes, devendo figurar na representação paraibana os nomes dos estudantes: Mário Roberto Barros de Oliveira, presidente do Grêmio do Liceu de João Pessoa, Inácio José da Silva, vice-presidente da AESP e Marcondes Saraiva Grangeiro, presidente do Grêmio Estudantil, do Colégio Alfredo Dantas [...] (DIÁRIO DA BORBOREMA, 14 DE JANEIRO DE 1968, p. 06).

No depoimento do senhor Leimar de Oliveira¹²² acerca dos Congressos realizados pela UBES, ele nos informou que “os Congressos tinham um papel fundamental nas discussões acerca das lutas estudantis, seja a nível local ou nacional” (informação verbal). Segundo ele, depois do Ato Institucional Nº 05, o AI-5¹²³, os Congressos passaram a ocorrer de forma clandestina, ocasionando uma maior intensificação da repressão da Polícia Militar sobre os estudantes. A respeito das discussões realizadas nos Congressos, o nosso depoente relembra:

Os Congressos tinham mais ou menos a mesma lógica, a mesma dinâmica porque eles, geralmente, duravam três dias, sendo que no primeiro dia o tempo era dedicado a uma análise de conjuntura, que era uma discussão acerca do que os estudantes estavam entendendo daquele momento. O segundo dia era dedicado às discussões, onde cada estudante discutia as propostas que tinham, seja no campo da política ou no campo reivindicatório e eram discussões riquíssimas, mas havia divergência de opiniões entre os estudantes; já o terceiro dia era dedicado à votação. (informação verbal).

Tendo em vista essa afirmação, resolvemos evidenciar o depoimento do senhor Rômulo Maranhão do Valle¹²⁴ que participou de dois Congressos Estudantis da UBES e nos

¹²¹ Domingo, 14 de janeiro de 1968. **Estudantes Paraibanos vão a Minas Gerais participar do Congresso da UBES.** In: Diário da Borborema.

¹²²Entrevista concedida à autora pelo senhor Leimar de Oliveira. Campina Grande-PB. 06.12.2013.

¹²³O Ato Institucional Nº 05 foi lançado no dia 13 de dezembro de 1968 no governo Costa e Silva. Posteriormente, iremos evidenciar algumas atividades que foram interrompidas com a adoção desse Ato.

¹²⁴ Mesmo não tendo participado do Movimento Estudantil de Campina Grande, e sim, do Movimento Estudantil de Recife, resolvemos trazer o depoimento do senhor Rômulo, porque evidencia uma nova experiência de estudante que participou do Congresso da UBES. Em outro momento de seu depoimento, o senhor Rômulo Maranhão do Valle afirmou que tinha um irmão chamado Ramires Maranhão do Valle, que no período da Ditadura Militar foi perseguido e mergulhou na clandestinidade por uma necessidade de sobrevivência, ou seja, a clandestinidade foi à única maneira naquele momento, segundo Rômulo, de seu irmão permanecer vivo. No entanto, Ramires M. do Valle foi morto no Rio de Janeiro e a versão oficial da Polícia, na época, foi de que ocorrera uma briga de quadrilhas, onde indivíduos foram mortos dentro de um carro na Praça do Rio de Janeiro, no Jacarepaguá. De acordo com Rômulo, “armaram um circo para criar o fato e justificar as mortes, mas na verdade, tudo indica que eles já estavam mortos quando foram colocados lá, pois com a investigação e abertura de arquivos sobre esse episódio constataram que não houve nenhuma tentativa de saída do automóvel, dando-se

informou sobre a repressão que os estudantes sofreram nesse período. De acordo com o nosso depoente:

[...] a gente ia num carro de olhos vendados, fechados mesmo e ninguém sabia... a gente entrava, vendava os olhos e o cara saía dirigindo e quando a gente tirava as vendas, a gente já estava dentro de um casarão, em geral numa praia. [...] Existia um esquema de segurança muito forte, porque você não podia dizer que estava fazendo Congresso, você ali reunido, todas as lideranças do movimento estudantil da cidade ou do Estado. Nesses eventos se pegasse a liderança, pronto! Esfacelava o movimento. (informação verbal).

Sobre os dias que passou no Congresso da UBES, o senhor Rômulo Maranhão do Valle¹²⁵ afirmou em seu depoimento:

[...] Eu me lembro de que a gente... a gente, por exemplo, passava por exemplo, comendo... almoçando.... Eram almoços rápidos, hoje você tem almoços muito práticos né; mas na época era o quê; era pão com mortadela... margarina... lembro-me que as discussões eram intermináveis né... a gente emendava noite a fio e todo mundo fumava né... dentro... era uma fumaceira maior do mundo... (risos) todo mundo entrava em transe... uma loucura né. Então era assim... e isso me marcou muito [...].(informação verbal).

Constatamos em nossas pesquisas que os estudantes campinenses não participaram apenas do Congresso em Minas Gerais, mas ainda naquele ano de 1968, também, participaram do Congresso de Ibiúna¹²⁶, em São Paulo. De acordo com a matéria publicada no Jornal DB¹²⁷:

A Universidade Regional do Nordeste, pelas suas unidades de ensino superior, participará de um Congresso de estudantes de ensino superior em São Paulo, promovido pelas Nações Unidas. Para tanto, em dias de semana passada, cada faculdade que compõe a URN escolheu um membro de seu corpo discente para representa-lo no conclave. Tanto é assim que seguiram a São Paulo representantes das Faculdades de Administração, Filosofia, Engenharia, Química, Química Industrial, Direito, além de altos funcionários da Universidade Regional do Nordeste. O Congresso com início previsto para amanhã será encerrado na sexta-feira próxima e deverão ser tratados, durante a sua realização, assuntos relacionados à problemática educacional superior, entre outros. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 06 DE OUTUBRO DE 1968, p. 08).

a entender que já estavam mortos quando foram colocados lá. Outro fato é que meu irmão Ramires, foi carbonizado, suas mãos seguravam o volante como se estivesse dirigindo, só que sabíamos que ele não sabia dirigir”.

¹²⁵Entrevista concedida à autora pelo senhor Rômulo Maranhão do Valle. Campina Grande-PB. 03.05.2013.

¹²⁶De acordo com Ridenti (2010) o “XXX Congresso da UNE seria realizado clandestinamente com a presença de cerca de setecentos delegados estudantis de todos os pontos do país, num sítio em Ibiúna, interior de São Paulo. Nessa ocasião, a polícia prendeu quase todos os presentes, impedindo a realização do Congresso, organizada pela UEE-SP”. Ver mais em: RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. 2ed ver. e ampliada. São Paulo: editora UNESP, 2010. (pág. 127).

¹²⁷Domingo, 6 de Outubro de 1968. **Universitários campinenses vão participar de Congresso em São Paulo**. In: Diário da Borborema, p. 08.

De acordo com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba¹²⁸ “no mês de outubro de 1968, viajaram para São Paulo uma delegação de 25 estudantes universitários paraibanos da UFPB e URNE, além de 9 paraibanos eleitos por outros estados onde estudavam, especialmente, pelo estado de Pernambuco”.

Alguns estudantes foram presos em Ibiúna¹²⁹, como a estudante Maura Pires Ramos. Em seu depoimento, a senhora Maura¹³⁰ nos afirmou que “não houve Congresso, pois fomos presos logo cedo, foi dissolvido o Congresso com tiroteios, com metralhadoras porque era um Congresso clandestino e os estudantes tinham se preparado para ir para Ibiúna”. Sobre esse momento, ela acrescenta:

Uma multidão com quase mil estudantes reunidos num lugarzinho, numa fazenda né, precisava de gêneros alimentícios e iam comprar em Ibiúna e o pessoal se admirava com a quantidade de pães, de carne ou qualquer coisa assim aí isso chamou atenção e como os órgãos de repressão já estavam advertidos aí sabiam que era ali que ia acontecer [...]. Veja bem, mesmo a gente sabendo que a UNE estava extinta e a gente não tinha a noção, pelo menos em Campina Grande, o tamanho da repressão que poderia acontecer porque a gente pedia era pedágio nas ruas para ir para o Congresso de

¹²⁸ A Comissão é composta por Paulo Giovani (presidente), Lúcia Guerra (vice-presidente), Iranice Muniz (secretária), Waldir Porfírio, Fábio Freitas, Irene Marinheiro e João Manoel de Carvalho. Ver mais em: <http://www.cev.pb.gov.br/index.php/noticias-lista/114-fotos-sonia-aguiar>, acessado em: 28/01/2013. De acordo com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, dentre os estudantes que estavam no Congresso de Ibiúna por outros Estados tinha-se: Antônio Batista da Silva (Estudante da Faculdade de Engenharia da UFPE); Antônio Fábio Bonavides Mariz Maia (Estudante do Instituto de Física da UFPE); Candido Pinto de Melo (Estudante da Escola de Engenharia da Universidade de Pernambuco); Francisco de Sales de Oliveira Gadelha (Estudante da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco); Gerusa Jenner Rosas (Estudante da Faculdade de Biblioteconomia da UFPE); Umberto de Albuquerque Câmara Neto (Estudante da Faculdade de Medicina da UFPE); Netovitch Maia Duarte (Estudante do Instituto de Biociências da UFPE); Agis Wilson Macedo (não identificado); Jáder Nunes de Oliveira (Estudante da Escola de Engenharia da UFPE).

¹²⁹ São eles: Aloisio Muniz de Aquino (Faculdade de Ciências e Letras de Campina Grande - URNe); Antônio José de Lima (Presidente do DA Farmácia e Bioquímica); Cacilda Filomena de Castro (Serviço Social da URNe); Carlos Alberto Nunes Marinho (Escola de Engenharia da UFPB); Cláudio Américo de Figueiredo Porto (Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande); Eraldo Fernandes dos Santos (Medicina); Everardo Nóbrega de Queiroz (Presidente do DCE da UFPB); Getúlio Bezerra Castro (Faculdade de Medicina da UFPB); Heloísio Jerônimo Leite (Faculdade de Ciências Econômicas); José de Arimatéia Bezerra de Lima (Instituto Central de Letras da UFPB); José Ferreira Lima (Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB); Juremi Machado Bittencourt Pereira (Estudante de Direito da URNe); Kennett Talins de Borja Jaguaribe (DA de Enfermagem); Leda Rejane Pereira Amaral (Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa); Luiz Sérgio Gomes de Matos Silveira (Estudante da Escola Politécnica da UFPB); Maria de Fátima Mendes da Rocha (DA de Filosofia de Ciências Humanas); Maria do Socorro Morais (Fragoso) (Escola de Serviço Social de João Pessoa); Maria do Socorro Pessoa (Estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação de João Pessoa); Maria Nazaré Coelho (Estudante da Faculdade de Filosofia da UFPB); Maura Pires Ramos (Instituto Central de Letras da URNe); Rubens Pinto Lyra (Estudante de Direito da UFPB); Silvio Roberto Teixeira Barreira (Estudante de Química da URNe); Vicente Antônio da Silva (Estudante da Escola de Engenharia da UFPB); Willians Capim de Miranda (Estudante de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da UFPB).

¹³⁰ Entrevista concedida à autora, em Campina Grande-PB, no dia 18 de junho de 2014. Maura Pires Ramos iniciou em 1967 seu curso de Letras na Universidade Regional do Nordeste – Campina Grande, hoje Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Era participante ativa do Movimento Estudantil e pertencia a uma organização de esquerda – Ação Popular que, posteriormente, incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil – P.C. do B

Ibiúna, parava os carros e pedia mesmo dinheiro para irmos para o Congresso. (informação verbal).

Em seu depoimento a Comissão da Verdade¹³¹, também, relatou como foi escolhida para participar do Congresso, bem como as condições pelas quais passou quando foi presa em São Paulo. Assim, ela nos informou:

Em 1968 fui eleita por maioria absoluta presidente do Diretório Acadêmico e indicada para representar a Faculdade de Filosofia – Letras, no Congresso da UNE, que seria realizado em Ibiúna – SP. No dia 12 de outubro de 1968 fui presa com todos os participantes do congresso e conduzida para o Presídio Tiradentes – São Paulo, onde fiquei encarcerada por vários dias, em condições aflitivas: superlotação da cela; falta de higiene; alimentação precária; inexistência de leitos, pois dormia no assoalho frio e úmido, sem cobertor. (informação verbal).

Sobre os dias em que passou presa, a senhora Maura Pires¹³² nos relatou como era sua rotina na prisão:

Quando fiquei presa a rotina era essa [...] era conversar uma com a outra, era receber uma comida por detrás da porta, era não ter talher e eu me lembro que eu comia com minha carteira de identidade como se fosse uma colher e dormia no chão mesmo, não tinha nada, cobertor, nada [...] na hora do banho era muito precário, tinha uns sanitários muito precário [...] (Relato de Maura Pires Ramos). (informação verbal).

Sobre o momento em que foi fichada pelo DOPS ela relembra em seu depoimento¹³³:

[...] Um dia nós fomos lá para o DOPS, dia seguinte a prisão, aí foi quando nós fomos fichadas né, aí tinha todas as impressões digitais tiradas várias vezes, tinha foto de perfil, de frente né, aí foi quando eles soltaram para o Brasil todo as identidades dos perigosos, dos subversivos né, então a gente ficou conhecido em todo canto do Brasil, se a gente chegasse ia ser presa, eles ficaram advertidos a respeito de quem eram as pessoas que poderiam oferecer riscos ao governo. (informação verbal).

¹³¹ Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, realizadas no dia 07 de agosto de 2013 no auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Bodocongó.

¹³² Entrevista concedida à autora, em Campina Grande-PB, no dia 18 de junho de 2014.

¹³³ Depoimento concedido à autora, em Campina Grande-PB, no dia 18 de junho de 2014.

FIGURA 01 - Estudante Maura Pires Ramos fichada pelo DOPS quando participara do Congresso de Ibiúna em 1968



Fonte: Projeto Compartilhando Memórias-UFPB.

É interessante ressaltar que o momento entre a realização do Congresso da UBES (Janeiro/1968) e o Congresso de Ibiúna (Outubro/1968), a repressão aos estudantes na Paraíba havia ganhado intensidade, principalmente, com a notícia da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto na Guanabara ¹³⁴. Em solidariedade a esse acontecimento, estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande realizaram na Praça da Bandeira uma

¹³⁴ De acordo com Valle (2008) “no dia 28 de março de 68 morre Edson Luís durante o choque da Polícia Militar com os estudantes do restaurante Calabouço que participaram de mais uma das manifestações da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC)”. Ver mais em: VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**-movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p.40. Para Poerner (1968) esse acontecimento relacionado à morte de Edson Luís, a Polícia Militar da época “justificou sua ação violenta ao restaurante alegando que tivera conhecimento de que o estudante Elinor Brito, líder do Calabouço, preparava uma passeata pela cidade, visando, principalmente à Embaixada dos Estados Unidos” (POERNER, 1968, p. 364). Ainda de acordo com Poerner, a comoção tomou conta das pessoas, haja vista que compareceram ao enterro desse estudante cerca de cinquenta mil pessoas, onde milhares de jovens proferiram o seguinte: “Neste luto, começou a luta!”. (POERNER, 1968, p. 366). Para maiores esclarecimentos ver: POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**- Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira.

concentração que contou com o apoio de representantes do DCE, UFPB e URN. Pesquisando no Jornal DB¹³⁵, encontramos a seguinte matéria:

ORATÓRIA

A manifestação dos estudantes campinenses que se realizou sem incidente algum foi iniciada com o Hino Nacional que foi cantada por todos em alta voz. Os oradores que se seguiram representantes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba, do DCE da Universidade Regional do Nordeste, da União Universitária Campinense, foram todos unânimes em protestar contra o estado de coisa porque passa a Nação, visto pelo ângulo estudantil. Todos eles aproveitaram a oportunidade para clamar por “Liberdade para o nosso país”, sendo entusiasticamente aplaudidos por todos os que se aglomeravam na Praça da Bandeira. (DIÁRIO DA BORBOREMA. 02 DE ABRIL DE 1968, p. 06).

De acordo com Valle (2008, p.37), “o ano de 1968 é marcado por um descompasso entre o governo do Marechal Costa e Silva e a sociedade civil, onde os problemas dos estudantes passam a ser encarados como uma questão militar”. No caso de Campina Grande, o senhor Leimar de Oliveira¹³⁶ afirmou, em seu depoimento que, “as lutas estudantis irão se radicalizar a partir de 1968 com a morte de Edson Luís no Calabouço” (informação verbal). Nesse sentido, com a morte de Edson há uma intensificação de Comícios e passeatas, onde os estudantes secundaristas e universitários sofreram com a repressão por parte da Polícia Militar.

No entanto, a visão divulgada acerca dos estudantes campinenses é de que eles utilizaram da comoção pela morte de Edson Luís para praticar “desordens, depredações e afronta à polícia” (informação verbal), ficando proibido a partir daquele momento qualquer tipo de concentração, passeata ou comício. Assim, depois do comício de protesto a morte do estudante, o Major Brigadeiro Firmino Aires de Araújo, Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, divulga uma Nota Oficial à imprensa acerca das manifestações estudantis ocorridas no Estado. Conforme o DB¹³⁷:

NOTA

Nos seus devidos termos, é a que se segue a proclamação oficial do titular da Segurança Pública da Paraíba: “A Secretaria de Segurança Pública, em face das comunicações recebidas do sul do País, no sentido de que elementos

¹³⁵. **Estudantes fazem comício de desagravo na Praça da Bandeira**. Terça-feira, 02 de abril de 1968 In: Diário da Borborema. p. 06.

¹³⁶Entrevista concedida à autora pelo senhor Leimar de Oliveira. Campina Grande-PB. 30 de abril de 2013.

¹³⁷. **Firmino não admite qualquer concentração de estudantes**. Quarta-feira, 03 de abril de 1968. In: Diário da Borborema.

estranhos à classe estudantil aproveitam-se do seu estado emocional decorrente da morte de um colega na Guanabara para a prática de desordens, depredações, afronta às autoridades, e atentado ao regime, faz ciente que não permitirá concentrações, passeatas ou comícios, neste Estado, a partir de hoje, até novas instruções e manterá a ordem pública que permite o normal funcionamento do comércio, indústria, estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade. Compreendendo a justa revolta dos estudantes, face ao injustificado crime de que foi vítima o colega, a secretaria permitiu que no dia primeiro levassem seu protesto as ruas desta cidade e de Campina Grande em passeatas que se processaram sem qualquer acidente. O Governo do estado espera contar com idêntica compreensão dos estudantes paraibanos e lhes solicita ajuda para que a ordem pública não se perturbe nesse Estado, como vem ocorrendo em outras Unidades de Federação. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 03 DE ABRIL DE 1968, p. 07).

No entanto, vale ressaltar que, apesar da proibição de comícios e passeatas por parte do Secretário de Segurança da Paraíba naquele momento, os estudantes voltam a se mobilizar e, dessa vez, “os educandários campinenses, além de todas as escolas superiores da cidade fecharam suas portas em sinal de solidariedade aos colegas estudantes”¹³⁸ .

De acordo com o DB¹³⁹, a missa do estudante Edson, que estava previsto para 08h00min, somente iniciou-se às 10h00min na Catedral de Campina Grande e, essa ocasião, contou com a presença de sete sacerdotes, além do comparecimento de muitos estudantes. Sendo assim, constatamos que em Campina Grande, após a morte de Edson, estudantes secundaristas e universitários estavam cada vez mais unidos nas mobilizações, causando preocupação por parte das autoridades que buscaram reforçar a “segurança da cidade”.

Pesquisando no Jornal DB¹⁴⁰, encontramos o seguinte sobre isso:

Tendo em face às ocorrências que se vêm registrando, em diversas regiões do País, na área estudantil, os recentes acontecimentos, nesse sentido, verificados em João Pessoa e Campina Grande, as tropas militares, aqui, aquarteladas, permanecem em estado de prontidão, o que vem ocorrendo com o II Batalhão da Polícia Militar do Estado e com a 4ª Companhia do 14 regimento de Infantaria. Por outro lado, fomos informados que em caso de ameaça a preservação da ordem pública, o Exército só intervirá se a Polícia for insuficiente para o integral cumprimento dessa missão. Por último, colhemos saber que a manutenção da ordem pública, nesta cidade, ficou assim, a cargo da polícia Militar conforme decisão do Comando da Guarnição Militar sediada em Campina Grande. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 03 DE ABRIL DE 1968, p. 07).

¹³⁸ Fala encontrada no Jornal Diário da Borborema. Edição de 03 de abril de 1968.

¹³⁹ Quarta-feira, 03 de abril de 1968. **Missa pelo estudante assassinado será logo mais às 8 da noite.** IN: Diário da Borborema, p.07.

¹⁴⁰ Quarta-feira, 03 de abril de 1968. **Polícia de prontidão desde ontem à noite em Campina Grande.** IN: Diário da Borborema, p. 07.

A repressão da Polícia Militar sobre os estudantes campinenses não fizeram com que eles recuassem em seus protestos, pelo contrário, mesmo com a proibição de passeatas e comícios constatamos que eles continuaram atuantes. Vale ressaltar que a repressão sobre a Categoria estudantil, nesse período, atingia também estudantes da Capital, que se engajavam na luta contra a Ditadura Militar. Nesse contexto, é interessante ressaltar que o movimento estudantil de Campina Grande tinha ligação com os estudantes de João Pessoa. Conforme encontramos no DB¹⁴¹:

[...] Os universitários começaram a se concentrar na Praça “Dom Adauto” defronte do Palácio Arquiepiscopal, onde foi iniciado um comício de protesto contra as violências policiais [...]

PASSEATA

Concluída a concentração, os manifestantes desobedecendo às determinações da Secretaria de Segurança Pública, contrárias a qualquer manifestação estudantil, desceram em Passeata até a Praça João Pessoa, passando a apedrejar o Palácio do Governo, arrebatando-lhes algumas vidraças. Ante a maior aproximação dos estudantes da calçada do Palácio, sua Guarda Policial fez diversos disparos para o alto, o que gerou confusão, gritos e correrias. Em decorrência dessa reação policial, a estudantada retirou-se do local refugiando-se no Restaurante Universitário, chamado “Território Livre”. [...] Os ânimos acirraram-se, de lado a lado, terminado a força policial por invadir o restaurante Universitário, evacuando, à força os estudantes, usando, para tanto, dos cassetetes, saindo diversas pessoas espancadas, tendo uma forte coronhada atingido o estudante Geraldo de Medeiros. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 06 DE ABRIL DE 1968).

Em seu depoimento, o senhor José Emilson Ribeiro¹⁴² falou acerca das passeatas na Capital. Segundo ele:

[...] Eu me lembro de que houve uma passeata que se concentrou defronte ao palácio do governo, e aquelas lâmpadas foram quebradas a tiro fuzil e a estudantada toda deitada no chão para escapar das balas. As balas, na verdade, eram dirigidas para amedrontar e quebrando as lâmpadas, caindo os cacos de vidros em cima das pessoas [...]. (informação verbal).

Com a repressão da Polícia Militar sobre os estudantes, o senhor José Emilson¹⁴³ contou ainda que o Ponto Cem Réis, em João Pessoa, funcionava como um ponto de encontro

¹⁴¹ Sábado, 06 de abril de 1968. Estudantes depredam Palácio e polícia reage a cassetetes. In: Diário da Borborema, p. 08.

¹⁴² O Senhor José Emilson Ribeiro quando foi “fichado pelo DOPS era estudante e funcionário do Jornal A União, onde atuava como revisor. Foi Presidente da UPS, Órgão subsidiário da UBES (União Brasileira de Estudantes secundaristas). Foi acusado de promover perturbação de ordem pública”. Ver mais em: 2º Sessão de depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 25.03.2010. Auditório da reitoria/ UFPB, Coordenação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide; Expositores: Simão Almeida e José Emilson Ribeiro. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e resistência na Paraíba. Vol. 2- Simão Almeida e José Emilson Ribeiro. João Pessoa: editora da UFPB, 2012. 12v.

dos estudantes para discutir sobre as suas lutas, mas esses encontros ocorriam de forma que não chamasse atenção da Polícia. Sobre isso, ele relembra:

[...] Existia no Ponto de Cem Réis uma Banca de Revistas e a gente dizia: - Vamos marcar uma reunião para tal dia! Aí, uma pessoa ficava lendo o jornal e uma outra pessoa chegava por trás de mim e dizia: - Tal dia... tantas horas... na casa de fulano... Quer dizer, ninguém via quem tava conversando; era dessa forma [...]. (informação verbal).

Sobre a questão das passeatas, constatamos no Jornal DB¹⁴⁴ que, enquanto os estudantes de João Pessoa faziam passeatas contra a repressão da polícia Militar, em Campina Grande, os estudantes secundaristas e universitários tiveram suas aulas suspensas como forma de protesto.

CAMPINA

Enquanto em João Pessoa as coisas andavam nesse pé, os estudantes campinenses tiveram suas aulas suspensas até o próximo dia quinze quando se espera que essa onda de agitação tenha passado. Neste sentido, estiveram reunidos, ontem à tarde, sob a Presidência do Professor William Tejo, Secretário de Educação do Município, todos os diretores de colégios públicos e privados [...]. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 06 DE ABRIL DE 1968, p. 06).

A Reitoria da Universidade Regional do Nordeste, por sua vez, adotou idêntica providência, determinando que suas Faculdades só voltassem a funcionar no dia quinze daquele mês de abril de 1968. Em seu depoimento, a senhora Ana Rita Castro de Almeida¹⁴⁵ afirma que o movimento estudantil de Campina Grande e o movimento estudantil de João Pessoa tinham certa ligação, pois “nós éramos bastante articulados, tanto à Universidade Regional do Nordeste como à Universidade da Paraíba e a gente se ligava com as lutas estudantis que eram travadas aqui e em João Pessoa” (informação verbal).

Verificamos em nossas pesquisas que, nesse momento, a atuação dos estudantes se deu de formas distintas, pois enquanto em João Pessoa a forma de protesto foi através de

¹⁴³ Entrevista concedida pelo Senhor José Emilson Ribeiro em 25.03.2010 ao Projeto Compartilhando Memórias. Repressão e resistência na Paraíba. Vol.2 João Pessoa. Editora da UFPB, 2012. 12 v.

¹⁴⁴ Sábado, 06 de abril de 1968. Estudantes depredam Palácio e polícia reage a cassetetes.

¹⁴⁵ A senhora Ana Rita Castro de Almeida é de Campina Grande e toda a sua militância foi no movimento estudantil dessa cidade. “Inicia sua luta política no período ditatorial ao seguir, na época, seu namorado e posteriormente marido, Simão Almeida Neto em sua luta política. Ao engajar-se em movimentos de luta é impedida de concluir seu Curso em Serviço social. Como consequência de sua grande luta pelo fim do regime militar, foi processada, chegando a ser presa em Recife. Grávida de 8 meses, teve sua filha Emília no Hospital do Exército desta cidade”. Ver mais em: 8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositores: Maria Salete Van der Poel e Ana Rita Castro de Almeida. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. Vol 8- Maria Salete Van der Poel e Ana Rita Castro de Almeida. João Pessoa: editora da UFPB, 2012. 12v.

passatas, em Campina Grande os estudantes conseguiram a suspensão das aulas em várias escolas da cidade. No entanto, é interessante ressaltar que esse modelo de protesto nem sempre era uma regra estabelecida e o que prevalecia era o engajamento de estudantes, seja de Campina Grande ou de João Pessoa.

O Secretário de Educação do Município de Campina Grande, o senhor William Tejo, distribuiu uma Nota à imprensa comunicando aos pais a suspensão dessas aulas. Sobre isso, ele afirma¹⁴⁶:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e CULTURA avisa aos senhores pais de alunos que as aulas em todos os grupos escolares e escolas isoladas do município estão suspensas a partir do dia 6, amanhã, e serão reiniciadas após a Semana Santa, no próximo dia 15 do corrente mês de abril.

Campina Grande, em 5 de abril de 1968.

WILLIAM RAMOS TEJO- Secretário de Educação do Município de Campina Grande (DIÁRIO DA BORBOREMA, 06 DE ABRIL DE 68, p.08).

Após a suspensão das aulas em Campina Grande, como forma de protesto, os estudantes voltam a se encontrar em passeatas, mesmo com a proibição das autoridades policiais. Então, foram marcadas novas manifestações de protesto na cidade e vários pelotões da Polícia Militar, também, compareceram a essas manifestações que iriam ocorrer na Rua Maciel Pinheiro, centro da cidade. Além dos choques entre a Polícia e estudantes, o que nos chamou atenção nessa matéria foi à questão da fotografia, que na época, não era permitida pelos estudantes. Nesses choques entre estudantes e Polícia, a fotografia era repudiada pelos estudantes, conforme podemos observar na matéria do Jornal DB¹⁴⁷.

FOTOGRAFIAS FORAM PROIBIDAS

Nesse local a reportagem fotográfica foi novamente mal recebida pelos estudantes que, depois de cercarem dois repórteres “associados” ameaçaram quebrar a máquina. Esse ligeiro incidente foi, no entanto, contornado por alguns estudantes mais calmos, que reconhecendo o fato dos jornalistas estarem no desempenho de sua missão solicitaram que não fossem tiradas fotografias de seus oradores. Os repórteres, na ocasião, fizeram ver que a função da imprensa não era prejudicar a ninguém, e devido à pressão, desistiram do intento de tirar fotografias daquela manifestação, pelo menos até o momento da chegada da Polícia (DIÁRIO DA BORBOREMA, 07.04.1968, p.08).

¹⁴⁶ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Sábado, 06 de abril de 1968. In: Diário da Borborema.

¹⁴⁷ Fala proferida pelo Jornal Diário da Borborema, cuja matéria intitula-se “Estudantes adotam tática para driblar Polícia”. 07.04.1968.

Essa matéria do Jornal Diário da Borborema evidencia a relação entre a imprensa e o movimento estudantil, relação essa de repúdio, principalmente com relação a fotografias, uma vez que durante as manifestações os estudantes evitavam ser fotografados por medo da repressão que poderiam sofrer. Assim, ao ser fotografado durante uma passeata ou manifestação, os estudantes corriam sérios riscos de serem presos. Questionado sobre o papel da imprensa, nesse período, e o repúdio dos estudantes às fotografias, o senhor Leimar de Oliveira¹⁴⁸, em seu depoimento, nos esclarece:

A parte social a imprensa divulgava razoável, mas a parte política havia uma censura muito forte [...] nos movimentos políticos tipo comício, manifestação de protesto, nós veementemente repudiávamos a fotografia porque se fosse lhe fotografar numa ocasião dessas, era a mesma coisa que lhe entregar aos Órgãos de Segurança Pública. (informação verbal).

Ainda segundo a matéria divulgada pelo DB, os estudantes utilizaram-se dos chamados comícios relâmpagos em diversos pontos da cidade, como Praça da Bandeira, Maternidade Municipal, Estação Rodoviária Cristiano Laurintzem e Teatro Municipal. No Teatro Municipal, de acordo com a reportagem, os Delegados Joaquim Sinfrônio da Silva e João Valdevino da Silva prenderam três estudantes que haviam desrespeitado às autoridades ali presentes, ao indagar que “o que ele estava fazendo com seus colegas era uma covardia”. Presos, esses três jovens foram levados à Delegacia de Polícia e liberados em seguida¹⁴⁹.

Diante dessa onda de manifestações dos estudantes secundaristas e universitários, encontramos uma matéria sobre a Faculdade de Filosofia de João Pessoa que foi ocupada por universitários e secundaristas. De acordo com a matéria publicada no DB¹⁵⁰, a invasão à Faculdade foi uma forma de protesto a situação política educacional da época.

Os estudantes universitários e secundaristas desta Capital ocuparam ontem o edifício da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, onde permaneceu em sinal de protesto contra a política educacional do Governo e a prisão do líder estudantil Guanabario, Vladimir Palmeira.

POLÍCIA INOVADA

A decisão da liderança estudantil foi tomada depois de estudadas as possibilidades de se realizarem manifestações públicas, tendo-se optado pela ocupação da Faculdade de Filosofia [...] os estudantes, em grande número, invadiram as instalações da Faculdade, desligando o telefone e ocupando todas as suas dependências [...]. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 DE AGOSTO DE 1968, p.06).

¹⁴⁸ Entrevista concedida pelo senhor Leimar de Oliveira no dia 30/04/2013. Campina Grande-PB.

¹⁴⁹ A matéria divulgada pelo Jornal Diário da Borborema não faz menção aos nomes desses jovens presos pela Polícia Militar em Campina Grande.

¹⁵⁰ Sábado, 10 de agosto de 1968. Faculdade de Filosofia de JP ocupada por universitários e secundaristas.

Em seu depoimento, a senhora Vilma Batista de Almeida¹⁵¹ evidencia como se dava as passeatas e os enfrentamentos com a Polícia:

A gente fazia todos os movimentos de repercussão nacional, a gente liderava, a gente puxava, hoje o nome é arrastão, mas naquele tempo era passeata mesmo; a gente saía em passeatas com faixas, muitas das vezes a gente parava na frente do Paraíba Palace, no Ponto Cem Réis, porque ali é que era o termômetro político da época e, muitas vezes, as baionetas dos soldados ia furando as costelinhas da gente (faz sinal com a mão e sorri) e agente colocava as mãos para cima, como se estivesse sendo assaltada e com aqueles microfones improvisados [...] às vezes uma coisa sem sentido, mas a gente achava que tava fazendo uma grande coisa pelo nosso país... É uma coisa que me marcou muito [...] nessa época, A FAFI se tornou uma referência política estudantil; a gente promovia muitos debates, a gente promovia muitos seminários [...]. (informação verbal).

Analisando a fala de nossa depoente, há uma valorização acerca dos estudantes que participavam do movimento estudantil de João Pessoa ao afirmar que “a gente fazia todos os movimentos de repercussão nacional”, sendo que ao longo de seu depoimento a senhora Vilma não deixa claro que movimentos ela está se referindo. Porém, a partir de 1968 constatamos que os estudantes secundaristas e universitários passaram cada vez mais a sofrer com a repressão no período ditatorial, ocasionando uma série de prisões e torturas.

3.2 PRISÃO E TORTURAS

O Ato Institucional nº 05, lançado no dia 13 de dezembro de 1968 no governo Costa e Silva relacionam algumas atividades políticas no interior do movimento estudantil que foram interrompidas com o seu surgimento. Dentre essas atividades adotadas pelo Presidente acerca do AI-5, Santana (2007) evidencia que nesse período:

Fechou o Congresso nacional por tempo indeterminado, bem como várias Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores; transferiu ao Poder Executivo as principais funções que, até então, eram responsabilidades do Legislativo; decretou a intervenção federal em muitos municípios [...]

¹⁵¹ Vilma Batista de Almeida “teve sua vida profissional e pessoal duramente afetada pela repressão imposta pelo Regime Militar. Formada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da UFPB em 1967, terminou o seu curso sem poder exercer a profissão, haja vista que o Governo Militar retirou dos Currículos escolares as disciplinas de Filosofia e Sociologia. Para sobreviver teve que ensinar a disciplina de História em Colégios da capital Paraibana como o Colégio Nossa Senhora das Neves e o Liceu Paraibano. Seu envolvimento político começou com a JUC, onde ocupou cargos de Direção, seguindo militância na AP (Ação Popular)”. Ver mais em: 3º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 28.04.2010. Auditório Central de Aulas/ UFPB, Coordenação: Giuseppe Tosi. Expositores: Vilma Batista de Almeida e Elisa Mineiros. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e resistência na Paraíba. Vol3. Vilma Batista de Almeida e Elisa Mineiros. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12 v.

suspendeu a garantia do habeas corpus nos casos de crime político contra a segurança nacional e a ordem econômica e social; e impôs a censura à imprensa (SANTANA, 2007, p. 114-115).

O senhor Simão de Almeida¹⁵², em seu depoimento, evidenciou que com a instauração do Ato Institucional Nº 05, os estudantes de Campina Grande sofreram com a repressão. Segundo ele:

Após o AI-5, que alguns identificam como o golpe dentro do golpe, as coisas realmente mudam a face porque fazíamos toda uma oposição radical que a repressão atuava nas mobilizações [...] nós fomos obrigados a recuar e aí entrar num processo realmente de ações não públicas, ações secretas em função da militância clandestina que nós passamos a viver; já não se fazia panfletagem assim de portas abertas [...]. (informação verbal).

De acordo com Gomes (2002, p.32)¹⁵³ “a escalada do AI-5 foi assustadora, não havia prazo para sua vigência. O congresso Nacional permaneceu fechado entre dezembro de 1968 a outubro de 1969, sua lacuna foi preenchida com atos complementares, decretos e portarias”. Com relação a Campina Grande, nesse contexto, a senhora Ana Rita de Castro Almeida¹⁵⁴ ratifica os impactos que o AI-5 causou nos estudantes:

O Ato Institucional nº 05 foi um famigerado; quando ele chegou os militares sabe o que fizeram? Tiraram os direitos estudantis da gente. E aí foi a época que começaram as prisões em massa, então todos nós que tínhamos uma maior liderança em nível da Paraíba, nós fomos atingidos. Nesse momento, eu tava terminando de fazer o Curso de Serviço Social e pra vocês terem uma ideia, naquele ano de 68 não teve colação de grau, em canto nenhum; foram atrocidades imensas, prisões de todos os jeitos. (informação verbal).

Na Paraíba, além do AI-5, o Decreto-Lei 477/69¹⁵⁵ vai criar uma política de perseguição aos estudantes universitários, gerando a cassação de suas matrículas. De acordo

¹⁵² Entrevista concedida à autora pelo senhor Simão de Almeida. João Pessoa. 22.05.2013.

¹⁵³ Para maiores esclarecimentos ver: GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **Ditadura da Universidade Federal da Paraíba (1964-1971)**: memória de professores. João Pessoa: CEFET/PB, 2002, p. 32.

¹⁵⁴ 8º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 31.03.2011. Auditório da Central de Aulas/UFPB. Coordenação: Rosa Maria Godoy Silveira. Expositores: Maria Salete Van der Poel e Ana Rita Castro de Almeida. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e Resistência na Paraíba. Vol 8- Maria Salete Van der Poel e Ana Rita Castro de Almeida. João Pessoa: editora da UFPB, 2012. 12v.

¹⁵⁵ De acordo com GOMES (2002) Decreto-Lei nº 477/69 “criava uma verdadeira política dentro das Universidades que se constituía nas assessorias de segurança e informação- ASI- ligadas diretamente ao Serviço Nacional de Informação. Na prática, era a disseminação de expurgos de estudantes, professores e servidores” (GOMES, 2002, PÁG. 33). Para ela, a conclusão é que “a Lei nº 5.540/68, o AI-5, o Decreto –Lei nº 477/69 e as políticas do Governo Militar, no contexto histórico em que foram geradas, objetivavam manter as Universidades em estado de submissão. Por outro lado, processou-se uma tomada de consciência do fenômeno da dominação e a renovação da vida acadêmica foi feita a partir dessa perspectiva” (GOMES, 2002, pág. 35). Para maiores

com Monique Cittadino (1993), numa relação de estudantes cassados na época, encontramos o nome do senhor Simão de Almeida:

FIGURA 02 - Relação de alunos e ex-alunos punidos com o Decreto-Lei 477/69. (Anexo 02)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		
GABINETE DO REITOR		
		-CONFIDENCIAL/RESERVADO
RELAÇÃO DOS ALUNOS E EX-ALUNOS PUNIDOS DE ACÓRDO COM AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS DE SEGURANÇA:		
1 - ALUNOS OU EX-ALUNOS (FORMADOS), IMPEDIDOS DEFINITIVAMENTE DE SEREM MATRICULADOS NAS DIVERSAS UNIDADES DA UFPB:		
- José Ferreira da Silva.....	- Formado p. FACE/J. Pessoa	
- José Fernandes Neto.....	- " " " "	
- Heloízo Gonçalves Leite.....	- " " " "	
- João Lacerda Lima.....	- " " " "	
- Aderbal Villar de Carvalho.....	- " " " "	
- Alzevir Rodrigues dos Santos.....	- " " " "	
- Marie Auxiliadora Rosas.....	- " " " "	
- Lúcia Rejane Pereira de Amaral.....	- " " " "	
- Edite Maria de Oliveira.....	- Formada p. FACE/C. Grande	
- Jaersch Lucas Bezerra.....	- Formado p. FACE/C. Grande	
- Jurandir Cardoso de Alcântara.....	- " " " "	
- Maria de Fátima Mendes da Rocha.....	- Formada pela Fafi	
- Brígida Nóbrega.....	- " " " "	
- Wilma Batista de Almeida.....	- " " " "	
- Terezinha de Vale.....	- Formada p. Esc. Serv. Soc.	
- Maria da Penha Ribeiro.....	- " " " "	
- Maria Teixeira.....	- " " " "	
- Dinalva Navarro.....	- " " " "	
- Simão de Almeida Neto.....	- Aluno da Esc. Politécnica	
- Djanil de Holanda Barbosa.....	- Formado pela Politécnica	
- Ildo Martins Marcondes da Silveira.....	- " " " "	
- Arnaldo José Delgado.....	- Formado p. Esc. Engenharia	
- Zenóbio Toscano de Oliveira.....	- Formado p. Esc. Eng.	
- José Tadeu Carneiro da Cunha.....	- " " " "	
- Paulo José de Souto.....	- " " " "	
- Luiz Carlos Soares.....	- " " " "	
- Emílton Amaral.....	- Formado p. Fac. Direito	
- Jader Carlos Coelho da Franca.....	- " " " "	
- Ivanise de Souza.....	- " " " "	
- Germana Correia Lima.....	- " " " "	
- Maria Meiva Cadê Negócio.....	- " " " "	
2 - ALUNOS DAS DIVERSAS UNIDADES, PUNIDOS COM IMPEDIMENTO DE MATRICULA POR TEMPO LIMITADO:		
a) - FACULDADE DE MEDICINA - Impedimento de matr. p. 2 ano		
João Roberto de Souza Borges		
Maria Lívia Alves Coelho		
Saulo de Tarso de Sá Pereira		

Fonte: Livro A UFPB e o Golpe de 64. Autora: Monique Cittadino.

Sobre a perseguição que sofreu na época que era estudante universitário, o senhor Simão de Almeida¹⁵⁶ nos informou em seu depoimento:

Eu fui cassado; fui proibido de estudar na Universidade. Isso não foi apenas pelo decreto 477 não, eu fui cassado também por uma decisão do conselho Universitário da UFPB por imposição do Reitor Guilherme Martins; a Universidade Federal da Paraíba foi pioneira na criação dessa história da cassação de direitos estudantis e eu fui envolvido nesse meio. (informação verbal).

esclarecimentos ver: GOMES, Maria José Teixeira Lopes. Ditadura na Universidade Federal da Paraíba (1964-1971): memória de professores. João Pessoa: CEFET/PB, 2002.

¹⁵⁶ Entrevista concedida pelo senhor Simão de Almeida Neto. João Pessoa. 22 de maio de 2013. Atualmente ele tem 69 anos e na época que teve sua matrícula cassada, era estudante do curso de graduação em Engenharia Elétrica na escola Politécnica de Campina Grande-PB.

Depois de ter sua matrícula cancelada, o senhor Simão de Almeida, em seu depoimento, nos informou que ficou na clandestinidade por onze anos e, mesmo com a “ditadura tão poderosa”, ele nunca fora preso nem torturado. Ao falar sobre isso, ele relembra: “eu nunca fui preso (risos), eu tive essa sorte, é tanto que o que conto dessa história é que nesses onze anos é isso; às vezes faço certas ironias porque uma ditadura tão poderosa e eu nunca fui preso”¹⁵⁷. (informação verbal).

No período em que esteve clandestino, o senhor Simão de Almeida afirmou em seu depoimento, que ele juntamente com sua esposa providenciou novos documentos pessoais. Ele adotou o nome de Francisco, enquanto Ana Rita de Castro Almeida adotou o nome de Ana Maria. O nosso depoente afirmou que “Ana Rita foi num Cartório em São Paulo e se registrou; a gente dizia que o documento não era falso, que era legal, tirado no Cartório, sendo que na nossa concepção o que era falso era o nome que a gente inventava”¹⁵⁸. (informação verbal).

Depois de terem adquirido uma nova documentação, o senhor Simão de Almeida¹⁵⁹ nos relatou que sua esposa com o nome de Ana Maria se tornou funcionária do Banco do Estado de Goiás, enquanto ele fez concurso para Coletor Estadual de uma cidade “lá no bico do papagaio” denominada Araguatan, ficando distantes vinte e oito quilômetros do Araguaia. Sobre isso ele recorda:

Eu fiquei em Araguatan organizando campeonato de futebol, vivendo a vida comum de qualquer cidadão e quando a Guerrilha do Araguaia se extinguiu, eu voltei com minha família para minha terra, Campina Grande, alegre e satisfeito depois desse tempo todinho [...]. Eu fiquei esses anos todinhos como coletor estadual, sendo uma autoridade na cidade né; andando nos carros oficial do Estado, passando pelas barreiras do exército e quando eu passava eles diziam: Diga chefe... tudo bem chefe...(risos). (informação verbal).

¹⁵⁷ Fala proferida pelo senhor Simão de Almeida Neto. Em seu depoimento ele nos informou ainda que foi condenado duas vezes; uma em Recife em 1969 e outra vez em Brasília em 1972. Seu depoimento chama atenção pelo fato de remeter ao caso de estudante que nunca fora preso no período da Ditadura Militar. Ainda em seu depoimento ele relembra que quando era casado com Ana Rita de Castro Almeida e residia em Recife, no período da clandestinidade, a Polícia invadiu sua casa e ele quase fora preso, conseguindo escapar com a ajuda dos vizinhos. Segundo ele, isso se deu em 25 de fevereiro de 1969. Na ocasião sua esposa grávida de oito meses foi levada presa e retirada da prisão no dia 15 de março direto para a Maternidade da polícia Militar, onde depois do parto voltou para a prisão. Enquanto isso, Simão permanecia foragido. Ele contou que só veio conhecer a filha Emília no final de abril daquele ano de 1969, seguindo com a família para São Paulo, “ficando um pouco de tempo lá”, depois Belo Horizonte, Goiás (região da Araguaia), só retornando para Campina Grande em janeiro de 1979, quando saiu o processo de anistia.

¹⁵⁸Fala proferida pelo senhor Simão de Almeida Neto em entrevista concedida à autora. João Pessoa. 22.05.2013.

¹⁵⁹Entrevista concedida à autora pelo senhor Simão de Almeida Neto. João Pessoa-PB. 22.05.2013.

Assim, dentro desse contexto de perseguição aos estudantes universitários que tiveram suas matrículas cassadas depois do decreto 477/69, como foi o caso do nosso depoente, o senhor Simão de Almeida, constatamos que ficou ainda mais intensa a repressão à categoria estudantil, sendo acusados de subversão aqueles que participavam de passeatas, comícios, congressos, distribuição de panfletos, ou seja, qualquer atividade desempenhada pelos estudantes durante o Regime Militar.

No entanto, não somente os estudantes envolvidos nas ações consideradas subversivas eram perseguidos, mas também aqueles (as) que estivessem vinculadas a (ao) acusada (o) eram considerados “perigosos” para a sociedade. Sobre isso, a senhora Vilma Batista de Almeida¹⁶⁰ em seu depoimento enfatiza:

A gente se sentiu muito só; a gente se apoiava muito no outro que fazia parte do movimento porque amigo, amigo mesmo não! Muita gente dizia: - eu gosto muito de você, mas eu não quero nem ficar perto de você, porque senão “eles” (faz um sinal com a mão dando-se a entender que se refere aos órgãos de repressão, a Polícia Militar...) vem atrás de mim. Esse “eles” a gente já sabia quem era né, mas não se falava o nome. (informação verbal).

É interessante ressaltar que não somente os estudantes, mas também os professores foram cassados no período da Ditadura Militar. De acordo com Gomes (2002, p.66)¹⁶¹ “a ditadura se instalou com todo o seu rigor na UFPB. Grande parte dos professores e alunos silenciou [...] uma pequena parte resistiu, denunciou e foi perseguida, presa ou expulsa da Universidade”. Sobre a perseguição que os professores e estudantes sofreram no período ditatorial, a senhora Maria de Lourdes Meira Cabral¹⁶², em seu depoimento, nos afirmou:

¹⁶⁰ 3º Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 28.04.2010. Auditório Central de Aulas/ UFPB, Coordenação: Giuseppe Tosi. Expositores: Vilma Batista de Almeida e Elisa Mineiros. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e resistência na Paraíba. Vol3. Vilma Batista de Almeida e Elisa Mineiros. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 12 v.

¹⁶¹ Para maiores esclarecimentos ver: GOMES, Maria José Teixeira Lopes. Ditadura na Universidade Federal da Paraíba (1964-1971): memória de professores. João Pessoa: CEFET/PB, 2002, p. 66.

¹⁶² “É Professora aposentada. Iniciou sua participação política na década de 1960 quando era estudante do curso de Filosofia na UFPB, antiga FAFI e membro do Diretório Acadêmico no período da Ditadura Militar e participou da Organização Política da Ação Popular. Tornou-se alvo de perseguição. Com a instituição do Ato nº 05, teve seu direito de estudar cassado por três anos. Após driblar a repressão por várias vezes, foi presa distribuindo panfletos contra a repressão. Foi julgada pelo Tribunal Militar; foi condenada a seis meses de prisão cumprindo parte da pena no Quartel da Polícia Militar por três meses. Após cumprir a pena e ser liberada era constantemente vigiada, teve sua casa invadida a procura de material comprometedor. Não sendo possível continuar em João Pessoa, no início de 1970, foi para Recife onde continuou suas lutas na clandestinidade” Ver mais em: 5ª Sessão de Depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 09.06.2010. Auditório do Centro de Educação/UFPB. Coordenação: Maria de Fátima Rodrigues. Expositores: José Calistrato Cardoso e **Maria de Lourdes Meira**.

[...] Vocês não imaginam o rapa que fizeram na Universidade, os melhores professores, os professores que debatiam, os estudantes que participavam, os estudantes que se inquietam com aquele momento, esses foram realmente cassados. E a cassação não foi uma cassação por um ano, eram três anos de cassação e aproveitavam para chamar a família desses estudantes para fazer a cabeça dessas famílias para negociar a volta a Universidade né [...] se renunciasse a suas ideias, se assinasse um documento, retornaria aos estudos” [...] a gente que já estava dentro da Universidade e de repente era arrancado de dentro dela de uma forma brutal e sem direito a defesa, inclusive de pôr os pés na universidade; foi terrível [...] a gente era perseguido, quantas vezes eu tive que me ausentar, viajar para casa de amigos em Campina Grande, também para o interior para a casa de familiares porque estava sendo cassada devido as passeatas, a queima de bandeiras americanas, os comícios relâmpagos porque o enfrentamento naquela época era direto [...]. (informação verbal).

Em 1969 além de muitos estudantes paraibanos terem suas matrículas canceladas, também surgirá, nesse período, os chamados DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) que foram órgãos de repressão subordinados ao Exército. Sobre a criação dos DOI-CODI, o historiador Carlos Fico (2001) afirma:

[...] Os CODI (Centro de Operações de defesa Interna) eram órgãos de planejamento e coordenação das medidas de defesa interna, dirigidos pelo chefe do estado-maior do exército da área [...] compunham-se de representantes do distrito naval, da força aérea, da divisão local de ordem política e social, da Polícia Federal e da agência local da SNI, além, naturalmente do Exército, que tudo comandava [...] os DOI foram concebidos como um organismo “instável” em sua capacidade de adaptação às adversidades, embora obstinados em sua missão de combate ao “terrorismo” e a “subversão”. (FICO, 2001, p. 122-123).

Sobre a repressão e a atuação do DOI-CODI, o senhor Simão de Almeida¹⁶³ nos informa em seu depoimento:

Porque o fato é que até 68 que foi quando eu militei, a repressão era dispersa e na verdade você tinha a repressão comandada pela polícia do DOPS e tinha a repressão comandada pelo Exército, tinha a repressão comandada pela Marinha e tinha a repressão comandada pela Aeronáutica e tudo disperso, houve até casos de companheiros que foram presos pela Marinha e foram soltos, depois foram presos pelo Exército e eles não tinham informação da prisão deles na Marinha até que [...] quando surge os chamados DOI-CODI que aí centraliza tudo num organismo só né [...] Polícia Militar, Polícia Civil, as Forças Armadas, logo centraliza a repressão. Então até 68 a coisa era dessa maneira (sic). (informação verbal).

¹⁶³Entrevista concedida à autora pelo senhor Simão de Almeida Neto. João Pessoa-PB. 22.05.2013.

O nosso depoente nos informou ainda que, nessa época, o sistema de tortura ainda não estava montado, pois “era o próprio Exército quem fazia as convocações e levava as pessoas presas, fazia as inquirições e o DOPS (Departamento de Ordem Política Social) ainda não tinha essa função; a própria Polícia Federal não tinha essa capacitação [...]”¹⁶⁴ (informação verbal). No entanto, em nossas pesquisas constatamos que, em Campina Grande, não existia DOI-CODI, pois os estudantes que eram presos nesta cidade, geralmente eram levados para serem interrogados e torturados em Recife, local onde havia esse tipo de Órgão.

O senhor Pedro Coutinho de Almeida¹⁶⁵ foi estudante na década de sessenta e lutava contra a Ditadura Militar. Em seu depoimento ele evidenciou que devido à repressão, fora preso em Campina Grande e levado para Recife, onde sofreu diversas torturas. Sobre isso ele nos informou:

[...] no dia 04 de outubro de 1969 eu fui preso por membros da Secretaria Pública de Estado de Pernambuco. [...] eu estava em Campina Grande na casa de um colega que havia sido preso dias anteriores; fomos levados e quando cheguei na Secretaria de Segurança Pública pediram meus documentos e fizeram uma “festa” muito grande porque Pedro Coutinho de Almeida era irmão de Simão de Almeida [...] começaram as sessões de tortura; fui torturado barbaramente e até tentativa de castração houve; passei sessenta dias na Secretaria de Segurança Pública em situações promiscuas, em selas horrorosas cheia de percevejos e sem alimentação adequada e sob pressão permanente, quando fui transferido para o presídio Velho de Recife no dia 04 de dezembro de 1969. (informação verbal).

O relato do senhor Pedro Coutinho remete a caso de estudantes que foram presos e torturados pelos DOI-CODI. Em seu depoimento ele relembrou as torturas¹⁶⁶ que sofrera ao ser preso.

¹⁶⁴ Fala proferida pelo senhor Simão de Almeida em entrevista concedida à autora. João Pessoa. 22.05.2013.

¹⁶⁵ Entrevista concedida à autora pelo senhor Pedro Coutinho de Almeida. Campina Grande. 09.05.2013. Ele atualmente é auditor do Estado da Paraíba e professor do Departamento de Contabilidade da Universidade Estadual da Paraíba. Em seu depoimento nos afirmou que quando veio residir em Campina Grande na década de sessenta fora influenciado pelas agitações estudantis que havia na cidade principalmente na Praça da Bandeira, na Praça Peregrino de Carvalho, na Praça Coronel Antonio Pessoa, nos bairros da cidade e Centros como a Livraria Pedrosa, onde os intelectuais sempre se reuniam para fazer discussões. Assim, segundo ele, foi “criando uma visão muito boa do que era a democracia, regime que estivesse preocupado na realidade com o povo”. Em seu depoimento ele afirmou ainda que tinha vinte anos quando foi preso e ao voltar para Campina Grande-PB tentou se matricular no Colégio Estadual da Prata para concluir seus estudos. No entanto, quando estava na fila para a matrícula referente ao terceiro ano científico, ele foi chamado pelo diretor no seu gabinete e lhe foi apresentado um ofício dizendo que não poderia realizar tal matrícula. Esse documento, segundo o senhor Pedro Coutinho, dizia que “o aluno foi impedido de se matricular no terceiro ano do segundo grau conforme Ofício da Sétima Região Militar”.

¹⁶⁶ Sobre as diversas formas de torturas tínhamos, de maneira geral, o “pau-de-arara, choque elétrico, a pimentinha e dobradores de tensão, o afogamento, a cadeira do dragão, a geladeira, insetos e animais, produtos químicos”. Para maiores esclarecimentos acerca das formas de torturas, ver: Brasil: Nunca Mais. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 6º Edição. Petrópolis, 1985, p. 36-38.

A minha parte lateral do rosto junto da orelha (faz sinal mostrando a parte do rosto) ficou preta de tanto choque elétrico, o saco escrotal desmanchou de tanto choque elétrico com aranha que tinha lá; era tentativa de afogamento, era pau de arara [...] eu fui encapuzado e tiraram meu capuz duas vezes, fora algumas vezes que deram de comida, era de costa para a grade [...] tiraram meu capuz simplesmente para tirar um retrato meu sem barba e uma vez para falar com minha mulher. Me liberaram depois de um mês de tortura psíquica e alimentar. (informação verbal).

No entanto, de acordo com o senhor José Emilson Ribeiro¹⁶⁷, “a tortura não era apenas uma coisa física, mas uma coisa ideológica” (informação verbal), pois nem sob tortura ele revelou os nomes de seus companheiros. Sobre as torturas que sofrera, ele relembra:

O pau de arara era um sistema que amarrava as duas mãos e os dois pés e passava as mãos pelos joelhos, e naquela parte atravessava um cano de quarenta milímetros de espessura. Nas salas de tortura já tem um lugar de tortura apropriado para isso. Você não podia passar muito tempo no pau de arara porque prendia o sangue [...]. Também tinha o sapato Luiz XV que é você descalço em cima de latas, antigamente tinha umas latas de óleo que era retangular, tipo o fundo retangular, não era redondo; então as pessoas ficavam em pé nessas latas, mas dentro de algum segundo você sentia como sentias as latas entrando nos seus pés e termina não se equilibrando e caindo e ao mesmo tempo estão os fios ligados dando choques elétricos. De acordo com o local onde se botava o fio, o choque provocava em você uma reação diferente, por exemplo, se colocar do mesmo lado, tipo na mão direita e no pé direito, você se apaga na hora; então eles colocavam de um lado para outro e Tem determinadas formas que eles colocam que quando estão dando choque você ficava feito uma mola, se levanta e se abaixa [...]. (informação verbal).

Ainda sobre as torturas que sofrera o senhor Emilson Ribeiro acrescenta:

Após a minha prisão; fui preso na Estrada dos Remédios por Sérgio Fleury, famigerado Fleury. Fui preso por ele e dentro de uma combe, sem o banco do meio, fui torturado com choque elétrico, coronhada nos testículos, coronhada em cima dos rins até chegar ao quartel, onde passei trinta dias sendo torturado... Trinta dias sem tomar um banho; trinta dias com o meu cabelo cheio de sangue pedrado, fezes, urina, mau cheiro que ficávamos e dentro da cela qualquer torturador que chegava já vinha com lenço no nariz que não aguentava; nós não sentíamos que estava fedendo [...]. (informação verbal).

¹⁶⁷ 2º Sessão de depoimentos de perseguidos pela Ditadura Militar, realizada em 25.03.2010. Auditório da reitoria/ UFPB, Coordenação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide; Expositores: Simão Almeida e José Emilson Ribeiro. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERREIRA, Carmélio Reynaldo (Orgs). Compartilhando Memórias. Repressão e resistência na Paraíba. Vol. 2- Simão Almeida e José Emilson Ribeiro. João Pessoa: editora da UFPB, 2012. 12v.

Em nossas pesquisas constatamos casos de estudantes que foram presos e torturados em Campina Grande no período da Ditadura Militar. O senhor Jorge de Aguiar Leite (conhecido como Jorjão)¹⁶⁸ em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, evidenciou que “no dia 12 de janeiro de 1973, uma sexta-feira, foi sequestrado por militares do Exército, e levado para uma granja, conhecida à época como “Granja do Terror””. (informação verbal).

FIGURA 03 - Granja do Terror no Sítio Cuité em Campina Grande-PB



Fonte: Relatório da Comissão Estadual da Verdade, p. 53.

Segundo o nosso depoente, o senhor Jorge de Aguiar Leite, essa Granja se localizava no Sítio Cuités, no município de Campina Grande e era cedida pelo comerciante de armas da cidade, conhecidos como Manoel Ferreira e Severino Bezerra. Sobre as torturas que sofrera nesse período, ele relatou a Comissão:

¹⁶⁸ O senhor Jorge de Aguiar Leite é natural de Campina Grande e nasceu no dia 04 de abril de 1940. “Na década de 60 participava do movimento estudantil secundarista, atuando no Centro Estudantil Campinense. Quando ocorreu o golpe militar de 31 de março de 1964 o Requerente ainda atuava no movimento estudantil secundarista, dando assistência ao Centro Estudantil Campinense. Estudante no curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande participou do movimento estudantil universitário, como membro da Ação Popular Marxista-Leninista” No dia 25 de fevereiro de 1969, após o Governo Militar baixar o Ato Institucional nº 05, de 13 dezembro de 1968, o Reitor Interventor da Universidade Federal da Paraíba, Guilhardo Martins, suspendeu a matrícula do Requerente por um ano (1969-1970) da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. Esse ato ocorreu um dia antes e edição do Decreto 477”. (informação verbal)

Colocaram um fio elétrico na minha orelha e outro no pé. Depois tiravam e colocavam no meu pênis. Era um terror. Dois dias depois, fui conduzido à cidade do Recife, onde fiquei preso e incomunicável até o mês de março, no DOI- CODI. Lá respondi a vários interrogatórios perante os órgãos de repressão sediados em Pernambuco. (informação verbal).

Nessa propriedade conhecida como “Granja do Terror”, os policiais do DOI- CODI torturaram o senhor Jorge de Aguiar Leite (Jorjão) com choque elétrico em seus órgãos genitais, enquanto praticamente estava nu, tendo suas mãos amarradas. Sobre o momento em que foi sequestrado e levado para Recife, bem como as torturas que sofrera, o senhor Jorjão¹⁶⁹ nos relatou em seu depoimento:

[...] Quando eu fui preso, eu fui sequestrado em pleno emprego, eu trabalhava na CELB fui sequestrado lá, me levaram para a Granja do Terror, em Cuités, onde tinha trinta e cinco ex-prisioneiros¹⁷⁰ entre Paraíba e Rio Grande do Norte e a tortura vadiou nesse local. Aí eu fui bem torturado. Eu saí torturado de lá, da Granja do Terror e no meu caso os caras comandado por um capitãozinho pequeno lá, que a gente não sabia o nome, e eu de cueca sem poder me defender e a segunda parte era o choque elétrico que é pesado. O choque elétrico pegava um fio na orelha e outro no dedo grande do pé, junto com um monte de porrada, depois tirava da orelha e colocava no pênis, e era uma dor horrível, a pessoa se urinava todinho e mastigava a língua até ficar ensanguentada, é terrível os choques elétricos, foi terrível o que passei minha filha [...] Daqui me levaram para outro local não sabido qual, o chamado DOI-CODI que a gente chamava “O Inferno”, que era nos fundos do Quartel General de Recife, perto da Faculdade de Direito e a única sinalização que tinha era o badalo do relógio da Faculdade que era como a gente tinha noção de tempo. Passei vinte e três dias lá. (informação verbal).

Segundo o senhor Jorjão, no dia 14 de Janeiro de 1973, depois de três dias sendo torturado ele foi levado à cidade de Recife para o Quartel General do DOI-CODI. Algemado e encapuzado, foi torturado com pancadas e murros em todo o seu corpo, ficando preso e incomunicável, respondendo apenas os interrogatórios do DOI-CODI. Posteriormente, foi conduzido para o DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) de Pernambuco, sendo solto no início de Março de 1973.

Outra depoente que participou do movimento estudantil de Campina Grande-PB no final da década de sessenta e foi sequestrada, presa e torturada no período da Ditadura Militar

¹⁶⁹ Depoimento concedido à autora pelo senhor Jorge de Aguiar Leite, em Campina Grande-PB, no dia 18.02.2014.

¹⁷⁰ Segundo o nosso depoente, nessa mesma época, também estavam presos na Granja do Terror: José Peba Pereira dos Santos (antigo militante comunista campinense), Manoel Alves de Oliveira (trazido de João Pessoa), Ratis (funcionário do Banco do Brasil de Campina Grande), Ailton José de Araújo (estudante de economia da UFPB e funcionário do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande), e José Bernardo (estudante da UFPB).

foi Maura Pires Ramos¹⁷¹. Sobre o momento anterior a militância ela esclareceu em seu depoimento:

Eu era professora já e eu era mais velha do que os outros que estavam participando, porque eu fiz o curso pedagógico né, que me dava direito a lecionar e desde muito nova eu já ajudava mamãe que era professora na escola e depois eu montei a minha própria escola né, e quando eu fui pra Universidade eu já tinha a escola Pequeno Príncipe. Então, minha vida sempre foi trabalhando na área da Educação com crianças e quando eu me envolvi com o Movimento, a ditadura militar perseguiu muito o Pequeno Príncipe [...]. Logo depois que entrei na Universidade comecei a participar quando fui fazer o curso de Letras na antiga URNE, quando fui eleita para ser presidente do Diretório. (informação verbal).

Sobre as torturas sofridas nesse período, a senhora Maura Pires Ramos relembra¹⁷²:

No dia 29 de abril de 1974, quando saía do trabalho para casa, ao meio dia, fui sequestrada bem próximo da minha residência, por elementos que se diziam da Polícia Federal, que me transportaram, algemada e encapuzada, numa Kombi, para um local nunca identificado por mim. Tudo indicava tratar-se de uma granja, pois ouvia o cacarejo das galinhas, o canto dos galos e de outras aves. Nesse local, serraram com serra elétrica as algemas que me prendiam os braços e os amarraram com cordões. Ainda de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos “telefones”, interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças. Não tenho ideia do tempo que durou esse tormento. Creio que a tarde toda. Depois fui conduzida ainda encapuzada e com outras algemas, para o interior de um transporte sem bancos, juntamente com outras pessoas que lá se encontravam nas mesmas circunstâncias e que identifiquei, depois, tratar-se da Prof^a Dilza Rodrigues de França, que na época lecionava na Escola Pequeno Príncipe, dirigida por mim; Roberto Carlos Cantalice, estudante secundarista que vinha ao meu lado na hora do sequestro e a Prof^a Josélia Ramos Wallen, da Rede Pública de Ensino. Colocaram-nos no assoalho do carro, empilhados e cobertos como uma carga. (informação verbal).

A senhora Maura Pires Ramos, em seu depoimento, revelou que viajaram por várias horas dentro dessa Kombi sem saber para onde estavam indo e quando chegaram ao local determinado, ficou sabendo tempos depois que tratava-se do DOI-CODI do 4º Exército, situada na cidade de Recife-PE, onde ficou numa cela sofrendo maus-tratos físicos e torturas

¹⁷¹Entrevista concedida à autora, em Campina Grande-PB, no dia 18 de junho de 2014.

¹⁷²Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, realizadas no dia 07 de agosto de 2013, no auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Bairro Bodocongó.

psicológicas, em interrogatórios constantes, durante doze dias. Segundo ela, foram muito dolorosos os momentos que passou naquele ambiente, pois teve que:

Dormir no chão; ficar sem comida e sem água; ser privada de banho; permanecer com a mesma roupa durante vários dias; ver presos políticos passarem ensanguentados após um interrogatório; ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelhos; ser pressionada sob ameaça a assinar uma folha de papel em branco onde iriam escrever uma suposta declaração minha, da forma que lhes conviesse; a preocupação constante com minha Escola, funcionários e pais, com os meus alunos, com a minha família, com a minha mãe, principalmente, preocupação com os meus compromissos, com minha vida, com o meu futuro... Como doeu! (informação verbal).

Segundo a nossa depoente Maura Pires, depois das sessões de torturas a trouxeram à Campina Grande, sendo uma “viagem aterradora”, pois além de possuir uma venda em seus olhos, que em alguns trechos do percurso era orientada a retirar, o motorista possuía uma arma de fogo e todas as vezes que ela tentava identificá-lo, ele sempre cobria o rosto. Além disso, em certos momentos da viagem recebeu ordens para se abaixar e permanecer com os olhos fechados. Depois desse momento ela recorda que:

Pararam o transporte em que vínhamos e se afastaram. Comecei então a ouvir ruídos de instrumentos como pás cavando a terra. Afora esse barulho, o silêncio era sepulcral. Fiquei certa que estavam preparando a minha sepultura e que iriam me eliminar ali mesmo. Estava apavorada, mas continuava em total silêncio. Depois de um bom tempo voltaram, tomaram seus lugares e prosseguiram a viagem. Até hoje fico com dúvidas se o que ocorreu foi um incidente ou uma encenação para submeter-me a mais uma tortura. De qualquer forma sofri toda a sensação que se poderia sofrer com a aproximação da morte a ocorrer nessas circunstâncias. Foi na realidade um grande suplício. (informação verbal).

Em seu depoimento, a senhora Maura Pires relatou que ao chegar a sua cidade, Campina Grande, foi “largada” num bairro distante da sua residência em situação precária, pois com “roupa suja, despenteada e sem dinheiro para o transporte, estava apavorada, mas controlando-me com muito esforço para manter o meu equilíbrio psicológico e a minha dignidade” (informação verbal). Sobre a sua chegada em casa, depois do sequestro e das sessões de tortura, ela recorda:

Cheguei em casa, no “Dia das Mães”. Foi uma grande emoção para todos. Minha mãe, que estava profundamente abalada, havia reunido todas as suas forças e redigido cartas para as principais autoridades da Cidade e do Estado, narrando o meu desaparecimento e solicitando providências. Quando

cheguei, ela estava apresentando essas correspondências a um amigo e vizinho para que ele as endereçasse. As cartas não foram enviadas. Não foi mais necessário. (informação verbal).

Tivemos acesso às cartas através da senhora Maura Pires¹⁷³, que nos falou que sua mãe, a senhora Gina, havia escrito às autoridades e que seriam enviadas, na época, como forma de pedido de localização de sua filha desaparecida. Na carta que foi endereçada ao senhor Prefeito Dr. Edvaldo Cruz dizia o seguinte:

Campina Grande, 11 de maio de 1974

Prezadíssimo Sr. Prefeito Dr. Evaldo Cruz

Meus cumprimentos

Aqui quem lhe dirige estas linhas é uma mãe aflita que no dia 29 do mês passado teve sua filha arrebatada bruscamente em caminho do trabalho para casa, quando se dirigia para o almoço em companhia de um parente que foi também levado como um malfeitor por pessoas não identificadas e que se julgam com o direito de privar outras pessoas do direito de viver honestamente, como é o caso de minha filha que dirige com dignidade e honradez o estabelecimento de ensino “O Pequeno Príncipe”. Outra professora do mesmo educandário também foi levada na hora que começava o exercício de sua função. Foi aí que uma das professoras pediu aos moços que assim procediam, sua identidade e o paradeiro de Maura. Falaram que se encontrava na Federal e se identificaram como agentes. Estivemos no Quartel, fomos na Federal, mas a resposta era uma só: não sabemos de nada. Ficamos parados sem nada poder fazer. O desespero, a inquietude, a decepção, o medo, o terror é o que nos resta. Os amigos nada podem fazer, a imprensa não quer publicar uma nota. Estamos desesperados sem saber onde se encontram essas pobres criaturas indefesas. Hoje nas horas de dolorosa insônia lembrei-me do senhor. Sei que é humano, que é sensível ao sofrimento alheio e talvez possa fazer alguma coisa em benefício dessas três famílias atingidas pela fatalidade. Que Deus o ajude a nos ajudar.

Com eleva estima e admiração

Gina Pessoa Ramos- Rua Mal Deodoro. 296-Local. (CARTA DA SENHORA GINA PESSOA RAMOS AO PREFEITO DE CAMPINA GRANDE, 1974).

Pelo teor desta carta endereçada ao Prefeito de Campina Grande da época, o senhor Edvaldo Cruz, compreendemos o pedido angustiado de uma mãe que vê na autoridade local uma possibilidade de esclarecimento e ajuda na descoberta do paradeiro de sua filha, que fora sequestrada quando saía do trabalho. Assim, o relato de Dona Gina demonstra os momentos de angústia pelo qual estavam passando os familiares de Maura, devido ao seu desaparecimento.

¹⁷³ Quando estive em sua residência, no dia 18 de junho de 2014, para realizar entrevista, a senhora Maura me mostrou as cartas que sua mãe havia escrito pedindo às autoridades de Campina Grande, na época, que a localizasse. No total foram três cartas que datam do dia 11 de maio de 1974 e que foram endereçadas, respectivamente, ao Sr. Prefeito Dr. Edvaldo Cruz, ao Governador Dr. Ernani Sátiro e ao Major Câmara.

A senhora Maura Pires Ramos nos mostrou outra carta escrita por sua mãe e que estava endereçada ao Governador da Paraíba, na época, o senhor Ernani Sátiro. Vejamos o que dizia esses escritos:

Campina Grande, 11 de maio de 1974

Exmo. Sr. Governador Dr. Ernani Sátiro

Meus cumprimentos

Em meu nome e no de mais duas mães que temem pela sorte de seus filhos, venho fazer um relato do que aconteceu e dirigir ao mesmo tempo um veemente apelo no sentido de que qualquer coisa possa ser feita em benefício das últimas. No dia 29 de abril passado às 12 horas a Diretora de “O Pequeno Príncipe”- Srta. Maura Ramos saía do trabalho para casa quando foi abordada por pessoa desconhecida que a obrigou a entrar num carro em companhia de um parente com quem vinha conversando e que também foi levado. Enquanto isso eu (sua mãe) a esperar para o almoço que não aconteceu. Às 13 horas outra professora do mesmo estabelecimento era levada para um depoimento de 20 minutos do qual não voltou mais. Trata-se da Polícia Federal conforme identificação dos últimos.

Bem, até agora não consta a ninguém a essas pessoas estivessem no momento envolvidos em algum movimento subversivo. Perguntamos aflitas e apavoradas onde estão essas moças? Esse jovem de 18 anos que não fez mal a ninguém? Precisamos do apoio das autoridades e o que sabemos é que nada foi feito até agora para elucidar o caso.

De braços cruzados, intranquilos, apavorados e cheios de amargura e decepção aguardamos que faça justiça.

Eis, em poucas palavras mal redigidas o drama em que foram envolvidas três famílias campinenses.

Espero que V Excia não ficará indiferente ao nosso sofrimento e que algumas coisa há de ser feita.

Com respeito e admiração

Subscrevo-me

Gina Pessoa Ramos

Rua Mal. Deodoro 296-Local (CARTA DA SENHORA GINA PESSOA RAMOS AO GOVERNADOR DE CAMPINA GRANDE, 1974).

As cartas escritas pela senhora Gina Pessoa Ramos possuem um teor apelativo, uma vez que evidencia o pedido de uma mãe que deseja reencontrar sua filha após ser sequestrada, sendo que para isso ela pretende recorrer às autoridades. Na carta endereçada ao major Câmara também evidenciamos esse teor apelativo, como podemos observar:

Campina Grande, 11 de maio de 1974

Exmo. Sr. Maj. Câmara

Venho, mui respeitosamente renovar o meu apelo: Faça alguma coisa por uma moça pobre, honesta e trabalhadora que há treze dias se encontra desaparecida.

Trata-se da Srta. Maura Pires Ramos que foi envolvida numa trama terrível. Neste momento, depois de pedir a Deus que nos ajude e nos ilumine,

lembrei-me do senhor, única pessoa que pode resolver nosso caso e fazer voltar a paz e a tranquilidade às famílias atingidas.
Com elevado apreço e consideração subscrevo-me
Gina Pessoa Ramos
Rua Mal. Deodoro, 296 (CARTA DA SENHORA GINA PESSOA RAMOS
AO MAJOR CÂMARA DE CAMPINA GRANDE, 1974).

Durante o tempo em que esteve presa, Maura relatou que policiais invadiram sua casa, abriram armários e gavetas de onde retiraram e levaram papéis, revistas e alguns livros alegando tratar-se de material subversivo. Depois da sua volta, ela ressaltou que as pressões psicológicas continuaram, pois recebia ameaças por telefone a qualquer hora do dia ou da noite. Além disso, Maura evidenciou que recebia intimações para comparecer aos quartéis, ora do Exército, ora da Polícia Militar e, semanalmente, comparecer à Delegacia da Polícia Federal.

Segundo ela, um dos castigos impostos depois do sequestro e sessões de torturas era ficar sozinha na Escola Pequeno Príncipe durante o mês de férias coletivas, ou seja, em julho de 1974, tendo que ficar diariamente, de 13 às 17 horas, sem comunicar aos seus familiares e lá, aguardar um suposto telefonema “de muita importância para mim”. Assim, “muito constrangida e revoltada cumpri à risca o desafio imposto, tudo fazendo para evitar maiores sofrimentos para minha família e para mim”. (informação verbal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor
(Coração de Estudante/ Milton Nascimento)

Ao chegar à conclusão de mais uma etapa acadêmica quero falar que foi muito gratificante conhecer um pouco dessa juventude militante da década de sessenta. Conhecer através das pesquisas, analisar e escrever sobre os estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande não foi nada fácil porque a pesquisa se apresentou, em alguns momentos, de forma árdua e em outros de maneira leve, prazerosa. Porém, a persistência na busca de conhecimentos acerca desses militantes estudantes se sobrepôs a todas as dificuldades existentes.

É interessante ressaltar que, nosso trabalho de dissertação é o primeiro da Linha de Pesquisa I, Cultura e Cidades do PPGH-UFCG a tratar da história do Movimento Estudantil de Campina Grande-PB. Sentimo-nos honrados em poder dar tal contribuição ao Programa e aos demais estudiosos e pesquisadores que se interessarem pela temática.

Nossa preocupação ao escrever sobre o Movimento Estudantil de Campina Grande não foi apenas dar ênfase aos estudantes no contexto da ditadura militar na Paraíba, mas mostrar que esses militantes estudantis estavam imbuídos num projeto de reivindicação social, bem antes da instauração do golpe civil-militar em 1964. Objetivamos entender de que forma essas lutas estudantis que estavam em curso no período pré-64 tiveram continuidade, em certa medida, com a instauração da ditadura militar.

Também nos propusemos a mostrar que, mesmo o estudante enquanto indivíduo ou categoria, não ser considerada uma Classe para a História Social, eles eram afetados pela dinâmica de classes, e que o ME surgiu a partir da luta pela expansão de determinadas

Instituições, como Escolas e Universidades. Nesse sentido, constatamos que havia uma relação importante entre os estudantes secundaristas e universitários de Campina Grande, sendo importante essa união no contexto das lutas reivindicatórias.

Na tentativa de reconstruir essas histórias de luta dos estudantes trouxemos em nosso texto as suas vozes, sujeitos da história, e a partir do método da História Oral, encaramos o ofício de historiador, segundo Peter Burke, de “lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”. Nesse sentido, nosso trabalho está estruturado em três capítulos que evidenciam as lutas reivindicatórias dos estudantes no contexto pré e pós golpe militar na Paraíba.

No primeiro capítulo buscamos mostrar que os estudantes reivindicavam melhorias no campo educacional, não somente dentro das Universidades, mas para além dos muros da Instituição. Inicialmente, apresentamos a situação pela qual passava a Universidade da Paraíba na época, tendo suas principais verbas bloqueadas pelo Governo Federal no ano de 1961.

Evidenciamos que, nesse período, a greve foi uma maneira utilizada pelos estudantes de reivindicarem melhorias na qualidade de ensino, também a necessidade do aumento no número de matrículas nessa Instituição, uma vez que grande parte dos estudantes campinenses eram oriundos de classes populares e necessitavam ter acesso a uma Universidade pública e de qualidade. Ainda dentro desse contexto, evidenciamos a greve do terço em que houve a participação de estudantes que reivindicavam mais verbas para a Universidade da Paraíba.

Em nossas pesquisas mostramos que os estudantes não só reivindicavam por melhorias educacionais dentro das Universidades, mas também nas ruas de Campina Grande, como foi o caso do Movimento CEPLAR- Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos na Paraíba- CEPLAR, que ainda no período pré-64 tinha a participação de estudantes campinenses em tal movimento. Evidenciamos como surgiu esse movimento em Campina Grande, como funcionava nessa época, e de que forma os estudantes deram continuidade a esse movimento depois de 1964, com a instauração do regime militar na Paraíba.

Ainda no primeiro capítulo buscamos mostrar como foi recepcionado o golpe militar quando da gestão do Governador, o senhor Pedro Gondim, bem como seu posicionamento diante dessa situação que ganhou repercussão na Paraíba. Iniciado o período ditatorial, decidimos analisar qual a importância do CEC - Centro Estudantil Campinense para os estudantes secundaristas da época, enfatizando que o CEC, enquanto órgão de respeitabilidade na cidade de Campina Grande passa a ser perseguido e considerado subversivo durante do

regime militar, tendo acusado os estudantes de estarem relacionados às Organizações Comunistas na época.

Para finalizar o primeiro capítulo resolvemos mostrar que os estudantes campinenses passaram a organizar suas reivindicações através das passeatas. Chamamos atenção para o surgimento, nesse período, do Projeto RITA na Universidade Federal da Paraíba, ocorrendo uma preparação do espaço físico da Instituição para que esse Projeto pudesse ser instalado.

A partir do Projeto RITA mostramos que esse teve apoio da USAID, e que em nossas pesquisas constatamos que foi passada à sociedade a ideia de que estes projetos visavam investir nos estudantes campinenses, tornando-os mão de obra qualificada. No entanto, esses Projetos não foram vistos com bons olhos pelos estudantes campinenses que saíram às ruas protestando, além de terem se reunido em Assembleia assumindo uma posição contrária ao Acordo Mec-USAID, ao propagarem a ideia de que não se submeteriam ao modelo educacional norte-americano.

Verificamos, ainda, em nossas pesquisas a atuação dos estudantes secundaristas e universitários contra o Acordo Mec-Usaid nas ruas de Campina Grande, momento em que ocorreram as passeatas e a queima da bandeira dos Estados Unidos como forma de protesto.

No segundo capítulo nos propusemos a discutir a questão política e cultural, na qual os estudantes de Campina Grande estavam envolvidos. A princípio, evidenciamos a atuação da Igreja Católica com a instauração do golpe militar e o surgimento das Juventudes Estudantil, Operária e Universitária Católicas (JEC, JOC e JUC). Também, chamamos atenção para os estudantes que tinham ligação com a Igreja Católica, ao participarem da AP (Ação Popular), haja vista que ela tinha uma importância significativa na vida política dos estudantes.

Dando continuidade as discussões acerca da atuação política dos estudantes, constatamos em nossas pesquisas que não apenas os estudantes, mas as suas Instituições representativas foram alvos da repressão. Recorremos aos IPMs, e através do “Auto de busca e Apreensão”, trouxemos para nossas discussões, o caso da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba, como exemplo de Órgão que foi alvo de repressão.

Dando continuidade as nossas pesquisas mostramos que, mesmo com a perseguição no período ditatorial, os estudantes continuaram se reunindo. Nesse sentido, trouxemos os depoimentos dos militantes estudantis da época analisada, com o objetivo de enfatizar como ocorriam esses encontros em tempos de ditadura.

Na intenção de mostrar que os estudantes campinenses, sejam secundaristas ou universitários, tinham uma vida cultural ativa mesmo após a instauração da ditadura militar é

que constatamos em nossas pesquisas a atuação de estudantes na realização de atividades culturais, que contava com palestras, debates e Conferências.

Nesse sentido, foi através dos Jornais utilizados, como o Diário da Borborema, que constatamos os eventos culturais que eram organizados pelas Universidades da época, como o convite que foi feito ao sociólogo Gilberto Freyre e outro ao arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, pelas universidades FACE-Faculdade de Ciências Econômicas e Universidade Regional do Nordeste, respectivamente.

Mostramos que os estudantes secundaristas, nesse período, também recebiam em suas Instituições figuras tidas como ilustres, a exemplo do governador do estado da Paraíba, o senhor João Agripino, que foi convidado para abertura do ano letivo no Colégio Estadual da Prata. Observamos, também, que além das Conferências e Palestras, os estudantes campinenses se envolviam nos cursos de música, teatro e arte, através da chamada Difusão Cultural que ocorreu na Universidade da Paraíba, contando com a participação de estudantes e professores dessa Instituição.

Com relação aos estudantes secundaristas, ainda, chamamos a atenção para a atuação do Centro Estudantil Campinense (CEC) na realização da Semana do Estudante, que contou com atividades culturais desenvolvidas pelos estudantes secundaristas da época. Nesses eventos culturais promovidos pelo CEC também tínhamos a participação dos estudantes universitários. Além disso, evidenciamos com se davam os jogos promovidos pelas Associações da FACE e POLI (Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba), onde se tinham a participação de estudantes de João Pessoa.

Por fim, chamamos atenção, ainda neste capítulo, mostrando que a princípio foi proibido dentro da POLI o trote. O trote era caracterizado como um evento violento, sendo esse discurso utilizado para que ele fosse substituído por uma Calourada cultural.

Dentro desse ideário de Calourada Cultural, evidenciamos com se deu a chamada “Festa do Calouro” promovida pelo Clube dos Estudantes Universitários de Campina Grande, sendo este um espaço de sociabilidade entre os estudantes até o ano de 1969, quando foi fechado em consequência do aumento da repressão e do endurecimento do regime militar.

No terceiro e último capítulo desse trabalho resolvemos discutir a atuação dos estudantes a partir do ano de 1968, período em que se intensificou a repressão e perseguição aos estudantes campinenses. Iniciamos nossas discussões evidenciando a realização de um Congresso organizado pela UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) que contou com a representação dos estudantes da Paraíba. Nesse sentido, buscamos entender como

ocorria a dinâmica desses Encontros, principalmente, quais discursões eram realizadas em tais Congressos.

Além do Congresso realizado em Minas Gerais que contou com a participação de estudantes paraibanos, houve também, a participação de estudantes de Campina Grande no Congresso de Ibiúna, em São Paulo. Sobre isso, recorremos a História Oral, enquanto fonte de pesquisa e através do depoimento da estudante Maura Pires buscamos entender se houve a realização, de fato, do Congresso em Ibiuna, bem como as condições pelas quais os estudantes se encontravam quando foram presos e torturados nesse encontro.

Enfatizamos que o ano de 1968 ficou marcado na história de luta do movimento estudantil, a nível nacional com a morte do estudante Edson Luís. Mostramos como foi recepcionada essa notícia na Paraíba pelos estudantes, através da mobilização de comícios e passeatas, bem como os enfrentamentos que os estudantes tiveram nessa época com a Polícia Militar.

Dando continuidade as pesquisas, mostramos que a repressão não fez com que os estudantes campinenses recuassem em suas lutas reivindicatórias, uma vez que eles continuaram se encontrando, com certa cautela, para discutir sobre suas lutas reivindicatórias, ocasionando na intensificação das passeatas nesse período.

Ainda nesse terceiro capítulo buscamos entender quais os impactos que o decreto AI-5 provocou na vida dos estudantes campinenses, bem como o Decreto-Lei 477/69, através dos depoimentos dos militantes estudantis ainda no contexto da década de sessenta. Chamamos atenção, ainda, para as formas de torturas que os estudantes foram submetidos quando eram presos e torturados em Campina Grande e depois eram levados para o DOI-CODI em Recife-PE.

Enfim, evidenciamos as histórias de militantes estudantis que foram presos, perseguidos e torturados no período ditatorial em Campina Grande, bem como trouxemos o caso do estudante que nunca foi preso pelo sistema vigente, optando por uma vida na clandestinidade como forma de sobrevivência.

A temática Movimento Estudantil de Campina Grande é muito instigante e, por isso mesmo, acreditamos que as pesquisas sobre esse assunto não se encerram aqui, uma vez que essa foi apenas uma possibilidade de análise que apresentamos a partir de nossas pesquisas.

Esse momento de conclusão de um trabalho dissertativo é muito significativo na minha carreira profissional, porque representa o fechamento de um ciclo para que novos ciclos possam ser iniciados. Significa que essa história foi escrita, dando-se uma contribuição significativa para a história de luta dos estudantes no contexto de ditadura militar em Campina

Grande, porém reafirma o desejo de que muitas outras histórias possam ser escritas a partir dessa temática.

Ao fecharmos esse ciclo de pesquisa, não estamos colocando um ponto final nos estudos acerca dos estudantes campinenses, pois logo estaremos adentrando em novos caminhos com o desejo de que novas histórias possam ser escritas sobre esse período. No entanto, é com “Alegria e muitos sonhos espalhados no caminho” que nos despedimos desse momento.

REFERÊNCIAS

- AGRA; Giscard F. **A Urbs: doente medicada. A Higiene na Construção de Campina Grande 1877-1935.** Campina Grande: EDUFPG, 2006.
- ALBUQUERQUE Junior, Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes.** Prefácio de Margareth Rago- 5ªed.- São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE, ThaisyLanny de. **Memória e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978).** Campina Grande, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru, SP: Edusc, 2005. Coleção História.
- ARANHA, Gervácio B. **Trem e modernidade na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais.** Doutorado em História, Campinas, Unicamp, dezembro, 2001.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias- Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.**
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Bassanezi; LUCA, Tania Regina de Luca (Orgs). **O historiador e suas fontes.** – São Paulo: Contexto, 2009.
- BEZERRA, Fábio Gutemberg Ramos. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945.** Tese (Doutorado em História – UNICAMP). Campinas, 2001.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim. A observação histórica. In: **Apologia da história, ou, O ofício de historiador;** prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles.- Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL Nunca Mais. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 6ª Edição. Petrópolis, 1885.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950).** Doutorado (Sociologia – UFPB), João Pessoa, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A Imprensa periódica como fonte para a história do Brasil.** In: Portos, Rotas e Comércio. Vol. II. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Org. Professor Eurípedes Simões de Paula. ANPUH • Campinas, setembro, 1969.
- CITTADINO, Monique. **A UFPB e o Golpe de 1964.** Cadernos da ADUFP. Nº 10. Anexo 02, 1993.

_____, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar: O Governo João Agripino-Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

COMISSÃO Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba. Disponível em: <http://www.cev.pb.gov.br/index.php/noticias-lista/114-fotos-sonia-aguiar> Acesso em: 28 jan. 2013.

CRUIKSHANK, Julie. **Tradição oral e história oral**: revendo algumas questões. In: Usos e abusos da história oral - Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. - 8. ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. In: Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007.

ECLÉA, Bosi. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos- 3.ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral / Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alves de Abreu [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.

FERRER, Eliete. **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos- Organização: Eliete Ferrer. - Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: Possibilidades e procedimentos. 2º ED.- São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício - Carlo Ginzburg: tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão.- São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **Ditadura da Universidade Federal da Paraíba (1964-1971)**: memória de professores. João Pessoa: CEFET/PB, 2002, p. 32.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas- A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 3º ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.) 2ª reimpressão. **Fontes Históricas**; SP; Contexto, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Da História Social à História da Sociedade**. IN: Sobre História. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O Livro Fontes Históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. Ed. 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

JORNAL A *UNIÃO*, 02 DE ABRIL DE 1964.

JORNAL A *UNIÃO*, 07 DE ABRIL DE 1964.

JORNAL A *UNIÃO*, 11 DE ABRIL DE 1964, p. 06.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 17 DE JANEIRO DE 1965, p. 5.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 28 DE FEVEREIRO DE 1966, p. 6.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 05 DE MARÇO DE 1965, p. 3.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 08 DE MARÇO DE 1966, p. 8.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 25 DE MARÇO DE 1966, p. 8.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 DE ABRIL DE 1964.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 02 DE ABRIL DE 1967, p.2.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 03 DE ABRIL DE 1968, p. 07.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 05 DE ABRIL DE 1967, p. 02.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 06 DE ABRIL DE 1967, p. 03.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 06 DE ABRIL DE 1968. .

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 10 DE MAIO DE 1964, p.07.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 19 DE MAIO DE 1967, p. 06.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 21 DE MAIO DE 1966. p.08.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 25 DE MAIO DE 1967.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 28 DE MAIO DE 1967, p. 11.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 16 DE JUNHO DE 1965, p. 6.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 26 DE JULHO DE 1967, p. 5.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 09 DE AGOSTO DE 1966, p.06.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 10 DE AGOSTO DE 1968, p.06.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 18 DE AGOSTO DE 1966, p.6.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 27 DE SETEMBRO DE 1966, p. 06.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 29 DE SETEMBRO DE 1966, p. 8

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 07 DE OUTUBRO DE 1961.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 17 DE OUTUBRO DE 1961.

JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 18 DE OUTUBRO DE 1961.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos e abusos da história oral**- Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. - 8. ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamim- Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

LE GOOF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: Uma História Social da Escravidão em Campina Grande – Século XIX. Tese (Doutorado em História – UFPE) Editora Universitária UFPE, 2009.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação na Educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas- Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

LOPES, Marco Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. **Historiadores de nosso Tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. Org. Carla Bassanezi Pinsky. 2. Ed. 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos. Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**/José Octávio de Arruda Mello; Prefácio de Francisco das Chagas Lopes. 2 ed. João Pessoa: UNIPÊ/Editora, 2004, p. 87.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O Golpe de 1964: Testemunho de uma Geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP Edusc, 2004, p. 298.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração engajada**: Busca de espaços na velha estrutura de Poder (Um estudo sobre o Centro Estudantal Campinense), 1955-1960.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. **Os Movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-militar na Paraíba**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

_____. **Repressão e Legitimação da parte da Sociedade Civil no Pós- golpe civil-militar no Estado da Paraíba**. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal-RN, 2013, p 05.

CARMO, Paulo Sérgio do. **1950- Culturas da rebeldia: a juventude em questão**- São Paulo; Editora SENAC. São Paulo, 2001.

OFÍCIO 210/66. Do senhor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque ao Presidente da CINGRA Edvaldo de Sousa do Ó. Em 19 de maio de 1966.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**- Rio de Janeiro: 1968. Civilização Brasileira.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PROST, Antoine. As questões do historiador. In: **Doze lições sobre a história**- Antoine Prost; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira].- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: Uma história das Ligas Camponesas**. Dissertação de Mestrado. Campinas. Agosto-2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao Encontro. Os comunistas no Brasil**. Editora Brasiliense, 1990, p. 107.

RIDENTI, Marcelo. **Classes Sociais e representação**- Marcelo Ridenti (apresentação Francisco de Oliveira). São Paulo: Cortez, 1944- (Coleção questões da nossa época v. 31).

_____. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2ª ed. rev. E ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**/ Roberto Schwarz. – São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 7.

SOARES, Gilbergs. **A Atuação das Organizações revolucionárias em Campina Grande-PB**. Dissertação de Mestrado. UFPE,

SOUSA, Josefa Lúcia Jordão. **Agradando a Deus e ao Diabo. Um Estudo dos efeitos sociais da gestão de Severino Cabral na idade e no campo (Campina Grande- 1959-**

1963). Dissertação de Mestrado. Campina Grande- 1988, p. 17. Como sugestão de leituras sobre a CEPLAR temos PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. CEPLAR. História de um sonho coletivo. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1994.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária**. Edward P. Thompson; Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Tera, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. [**homepage da internet**]. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em: 29 Set. 2013.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência-movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 37.

FONTES

ENTREVISTAS:

Eliete de Queiroz Gurjão

Jorge de Aguiar Leite

Leonília Maria de Amorim (Léa Amorim)

Leimar de Oliveira

Marta Lúcia Ribeiro

Maura Pires Ramos

Pedro Coutinho de Almeida

Rômulo Maranhão do Valle

Simão de Almeida Neto

DOCUMENTOS

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

JORNAIS

Diário da Borborema-PB (1961, 1964, 1967)

Gazeta Campinense (Outubro de 1961)

ARQUIVO E BIBLIOTECAS

Arquivo do Jornal Diário da Borborema

Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande

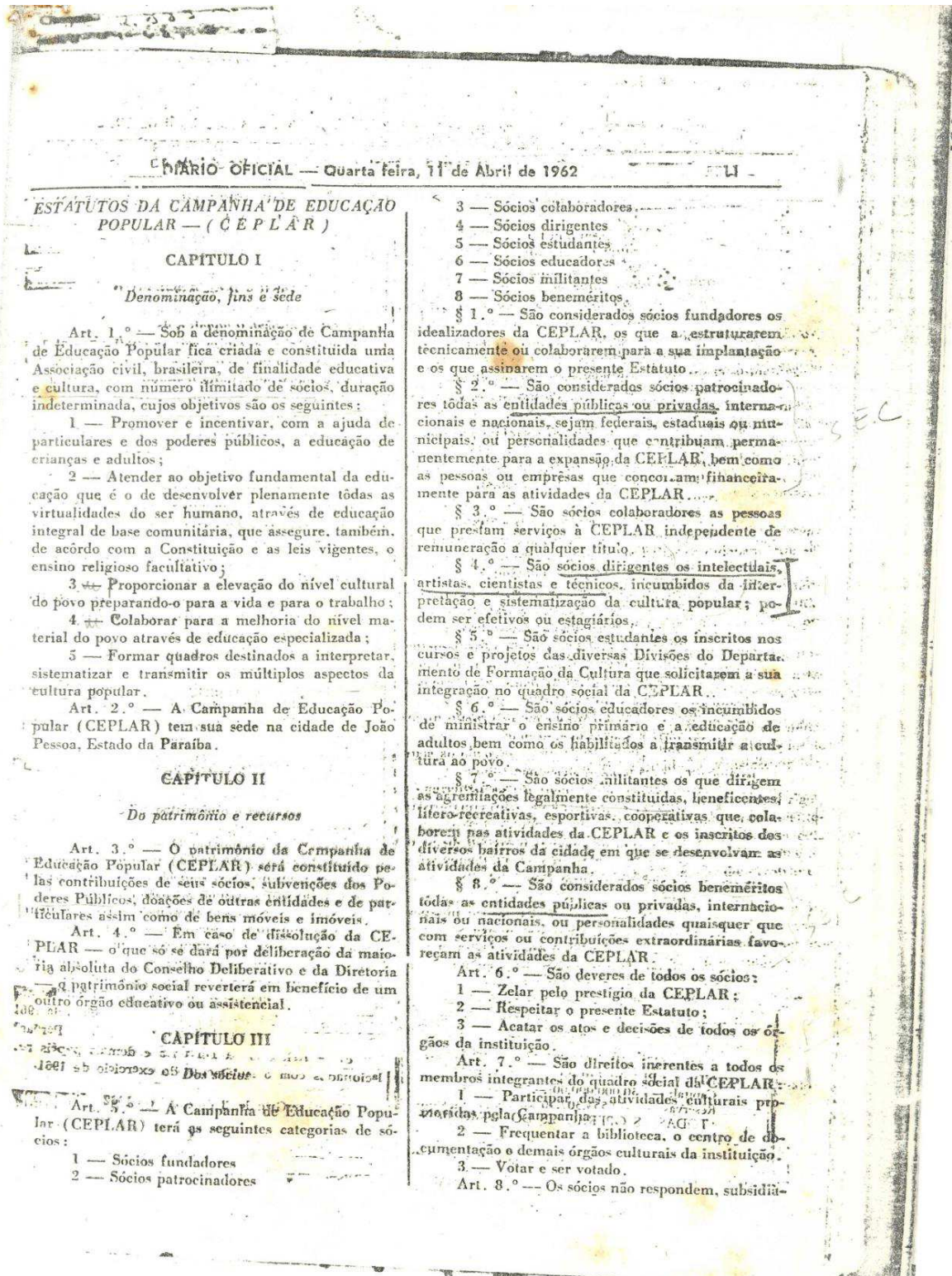
Arquivo Geral da UFCG

Biblioteca Átila de Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba

Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande (dissertações e teses)

Biblioteca do Curso de Comunicação Social da UEPB

ANEXOS

ANEXO A - ESTATUTOS DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR-
CEPLAR

riamente, pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO IV

Da administração

Art. 9.º — Os órgãos da CEPLAR são os seguintes:

- 1.º — Conselho Deliberativo (CD) —
- 2.º — Diretoria (D) —
- 3.º — Serviço de Administração (SA) —
- 4.º — Departamento de Formação da Cultura (DFC) —
- 5.º — Departamento de Documentação e Informação (DDI) —
- 6.º — Departamento de Difusão da Cultura (DDC). —

Art. 10.º — O Conselho Deliberativo será constituído pelo Secretário Geral da CEPLAR, pelos representantes de cada uma das 14 entidades integrantes e 1 representante eleito entre os sócios das várias categorias.

§ 1.º — O Conselho Deliberativo deverá reunir-se no mínimo uma vez por mês.

Art. 11.º — A Diretoria, órgão executivo máximo da associação será constituída pelo Secretário Geral da CEPLAR, eleito pelos membros do Conselho Deliberativo dentre os Diretores de Divisão do Departamento de Formação da Cultura, com mandato de dois anos, a contar da data da posse, podendo ser reconduzido apenas uma vez.

§ 1.º — Compete ao Secretário Geral representar a CEPLAR ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ou indicar sócios dirigentes do quadro efetivo da CEPLAR para representações ocasionais.

§ 2.º — De acordo com as necessidades do serviço, o Secretário Geral da CEPLAR designará assessores imediatos mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 12.º — O Serviço de Administração, órgão administrativo auxiliar da Diretoria, tem por objetivo prestar todos os serviços de natureza administrativa necessários à execução dos trabalhos da CEPLAR.

§ único — O Serviço de Administração compreenderá:

- 1 — Secretaria
- 2 — Secção de Contabilidade
- 3 — Secção do Pessoal
- 4 — Secção do Material

Art. 13.º — O Departamento de Formação da Cultura, órgão técnico da CEPLAR, tem por objetivo:

- 1 — Interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular;

2 — Criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular;

3 — Formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo.

§ 1.º — O Departamento de Formação da Cultura será constituído de tantas divisões quantas forem necessárias à consecução de seus objetivos, a critério do Conselho Deliberativo.

§ 2.º — Os Diretores das respectivas Divisões elegerão entre si o Diretor do DFC e um suplente, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 3.º — Os sócios dirigentes efetivos, integrantes do quadro de cada Divisão, elegerão entre si os Diretores das Divisões do DFC e respectivos Suplentes, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 4.º — O ingresso na categoria de sócio dirigente estagiário dependerá da aprovação do Conselho Deliberativo preenchidas as seguintes condições:

- 1 — Título;
- 2 — Exposição dos motivos de seu ingresso na CEPLAR;

3 — Entrevista pessoal com o Secretário Geral da CEPLAR; e com o Diretor da Divisão do DFC de interesse do candidato;

- 4 — Idoneidade moral;
- 5 — Aptidão para estágio.

§ 5.º — O sócio dirigente estagiário ascenderá à categoria de efetivo após um ano de estágio no Departamento de Formação da Cultura, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 6.º — Cada equipe de estudantes vinculada a uma Divisão terá um monitor indicado pelo Diretor da mesma: os monitores elegerão entre si um representante dos estudantes junto a D, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 7.º — Os sócios educadores elegerão entre si o seu representante junto a Diretoria, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

Art. 14.º — O Departamento de Documentação e Informação, órgão técnico auxiliar da Diretoria e dos demais Departamentos, tem por objetivos:

1 — Reunir, classificar, catalogar e difundir documentos de todo o género, que interessem direta ou indiretamente aos objetivos da CEPLAR.

2 — Fornecer as informações e a documentação necessárias aos trabalhos técnicos, científicos, artísticos e didáticos da CEPLAR. Preparar e divulgar os trabalhos da CEPLAR.

Art. 15.º — Estabelecer intercâmbio com instituições congêneres internacionais e nacionais, elaborando convênios sempre que necessários à permuta de informações e de documentação.

§ 1.º — O Departamento de Documentação e Informação compreenderá:

- 1 — Biblioteca
- 2 — Divisão de Informação
- 3 — Divisão de Documentação.

§ 2.º — O Diretor do Departamento de Documentação e Informação será documentalista ou bibliotecário especializado nos problemas afetos a CEPLAR, designado pelo Secretário Geral da CEPLAR, "ad referendum" do Conselho Deliberativo.

Art. 15.º — O Departamento de Difusão da Cultura, órgão coordenador da CEPLAR junto aos núcleos e às associações de cultura popular, tem as seguintes atribuições:

1 — Encaminhar aos órgãos de Direção e aos Departamentos as solicitações das Associações e dos Núcleos de Cultura Popular.

2 — Lévar a orientação e os serviços dos órgãos de Direção e dos Departamentos de Formação da Cultura e de Documentação e Informação aos Núcleos e às Associações de Educação Popular.

§ 1.º — O Departamento de Difusão da Cultura compreenderá:

- 1 — Divisão de coordenação
- 2 — Divisão de Obras.

§ 2.º — O Departamento de Difusão da Cultura integrará:

1 — Associações de Educação Popular, entidades básicas.

2 — Núcleos de Educação Popular, entidades aglutinadoras das Associações de uma zona de influência.

§ 3.º — As Associações de Educação Popular, de qualquer natureza, não instaladas pela CEPLAR, terão seus responsáveis eleitos pelos organismos existentes, independente da direção da CEPLAR.

§ 4.º — As Associações de Educação Popular instaladas por iniciativa da CEPLAR, terão uma direção colegiada constituída de três representantes eleitos pelos sócios militantes locais da CEPLAR, sendo um deles professor da escola da Associação.

§ 5.º — Os responsáveis pelas Associações de Educação Popular elegerão o responsável pelos Núcleos de Educação Popular e um suplente.

§ 6.º — Os responsáveis pelos Núcleos de Educação Popular elegerão entre si o representante dos sócios militantes junto a Direção, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

§ 7.º — O Diretor do Departamento de Difusão da Cultura será escolhido pelo Conselho Deliberativo dentre os sócios dirigentes efetivos do Departamento de Formação da Cultura e do Departamento de Documentação e Informação, indicados em lista triplíce pelos responsáveis pelos Núcleos de

Educação Popular, com mandato de 2 anos, a contar da data da posse.

CAPÍTULO V

Do regime disciplinar e das substituições

Art. 16.º — Cabe ao Secretário Geral da CEPLAR a responsabilidade pela estrita observância dos preceitos de dignidade, de boa ordem e cumprimento dos deveres nos diversos órgãos da entidade.

Art. 17.º — Pela violação da disciplina, os sócios e o pessoal a serviço da CEPLAR estão sujeitos às seguintes penas:

- 1.º — Advertência
- 2.º — Repreensão
- 3.º — Suspensão
- 4.º — Destituição.

§ 1.º — Na aplicação das referidas penas disciplinares serão observados os seguintes princípios:

1.º — Impor-se-á pena de advertência em caso de falta leve;

2.º — Impor-se-á pena de repreensão por escrito em caso de impontualidade, desídia ou ausência injustificada, sendo o faltoso desde logo notificado de que a reincidência do fato constituirá falta grave;

3.º — Impor-se-á pena de suspensão em caso de faltas consideradas graves;

4.º — Impor-se-á pena de destituição quando a natureza da falta e sua gravidade, apuradas em inquérito competente, recomendem a exclusão definitiva do faltoso.

§ 2.º — Serão apurados em inquérito presidido por sócio dirigente do quadro efetivo da associação, designado pelo Secretário Geral da CEPLAR, com defesa do acusado, os casos de abandono de serviço, indisciplina, insubordinação e ainda atos ou fatos que possam afetar o procedimento, a probidade, a honra e a boa fama do membro da CEPLAR.

Art. 18.º — A competência para aplicação das penas disciplinares, subordina-se às seguintes disposições:

1.º — As penas de advertência e repreensão serão aplicadas pelo Secretário Geral da CEPLAR;

2.º — As penas de suspensão e destituição serão aplicadas pelo Conselho Deliberativo.

§ Único — A imposição das penas disciplinares previstas neste Estatuto não isenta o faltoso da apuração das responsabilidades civis e criminais, em que haja porventura incorrido, na forma da lei.

Art. 19.º — Serão substituídos em suas faltas e impedimentos eventuais:

1.º — O Secretário Geral da CEPLAR pelo Diretor do Departamento de Formação da Cultura;

2.º — O Diretor do Departamento da Formação da Cultura por um dos Diretores de Divisão do mesmo Departamento, por eles escolhidos como suplente;

3.º — Os Diretores de Divisão do DFC pelos respectivos suplentes;

4.º — O Diretor do Departamento de Documentação e Informação por um dos Diretores de Divisão do mesmo Departamento, a critério do Secretário Geral da CEPLAR;

5.º — O Diretor do Departamento de Difusão da Cultura por um dos membros da lista triplíce apresentada pelo Conselho Deliberativo para o preenchimento do cargo, a critério da Diretoria da CEPLAR.

6.º — Os representantes de cada uma das categorias de sócios junto à Diretoria e os responsáveis pelos Núcleos de Educação Popular pelos respectivos suplentes.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 20.º — O presente Estatuto entrará em vigor imediatamente após a aprovação pelo Conselho Deliberativo, que se incumbirá do seu registro.

Art. 21.º — O Departamento de Formação da Cultura compreenderá inicialmente, as seguintes Divisões:

- 1 — Divisão de Pesquisa
- 2 — Divisão do Ensino
- 3 — Divisão de Artes Plásticas e Artesanato
- 4 — Divisão de Cinema, Rádio, Televisão, Imprensa, Teatro.
- 5 — Divisão de Cultura Brasileira
- 6 — Divisão de Saúde.

Art. 22.º — Integram a CEPLAR como entidades colaboradoras, as seguintes instituições: Estado, Prefeitura, Universidade, União Estadual dos Estudantes da Paraíba, União Paraense de Estudantes Secundários, Associação Paraibana de Imprensa, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Paraíba, Ação Católica, Arquidiocese, Federação Espírita, Maçonaria, Protestantes, Federação das Sociedades Benéficas, Legião Brasileira de Assistência.

§ único — Estas instituições terão direito de representação no Conselho Deliberativo.

Art. 23.º — O Conselho Deliberativo, após o registro do presente Estatuto, terá o prazo de noventa (90) dias para a elaboração do Regime Interno da CEPLAR.

Art. 24.º — A reforma do presente Estatuto caberá ao Conselho Deliberativo, mediante o voto de

dois terços da totalidade dos conselheiros, decorrido o prazo mínimo de 2 anos.

João Pessoa, 13 de janeiro de 1962.

José Rodrigues Lustosa — Secretário Geral

Departamento de Estradas de Rodagem

MOVIMENTO FINANCEIRO — MÊS DE FEVEREIRO DE 1962

BALANÇETE

RECEÍTA

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL	
Quota depositada no Banco do Brasil	92.747.297,50
TESOURO DO ESTADO	
Recebido bôn. da conta do presente exercício	22.111,00
CONSIGNAÇÕES	
Descontos em folha a diversos	781.256,50
RECOLHIMENTOS DIVERSOS	
P0Agente Pagadores da DER	908,50
Por meio diversos processos	17.748,00
Pelo Aéreo Clube de Pernambuco	400.000,00
.....	418.656,50
SALDO DE JANEIRO DE 62	
Em Bancos	15.039.057,70
Na Tesouraria	9.751.026,90
.....	24.790.084,60
Cr\$ 118.959.406,10	

DESPESA

CONTRATANTES DE OBRAS	
Medições principais e adiantamentos n/mês	31.760.000,00
FORNECEDORES	
Liquidação diversos processos	9.868.459,10
RESIDÊNCIAS DO DER	
Suprimentos requisitados n/mês	9.000.000,00
AGENTES PAGADORES DO DER	
Adiantamentos requisitados n/mês	2.158.000,00
FOLHAS DE PAGAMENTO	
Personal ativo, inativo e outrossim de licença	9.227.165,00
CONSIGNAÇÕES	
Recolhido a Instc. diversas, Coon. Seguro, etc.	1.000.699,50
DIVERSOS	
Enviado p/compra peças em S. Paulo	950.000,00
Adiantamento p/c. a Organizações	400.000,00
Despesas c/avião DER	581.200,00
Auxílios social e pequenas despesas	217.080,60
.....	2.148.280,60
SALDO P/MARCO DE 62	
Em Bancos	14.159.082,30
Na Tesouraria	9.638.714,60
.....	53.796.801,90
Cr\$ 118.959.406,10	

Seção Financeira, 21 de março de 1962.

Libínio Hélio Monteiro — Rea./Chefe da Seção.

VISTO:
Francisco Barrêto Diniz — Diretor da D. C. F.

fls. 17
 Seleção
 [Handwritten signatures and marks]

AUTO DE BUSCA E APREENSÃO

Aos três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição, de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos à Praça D. Adauto, onde está sediada a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), segundo fomos informados, e aí, depois de ter sido verificado que não havia ninguém no recinto, presentes as testemunhas 2º Sargento JOSÉ VASCONCELOS NETO e 3º Sargento ROMILDO DOMINGUES DE MELO abaixo assinadas, e, entrando na casa supra declarada, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos e lugares, fazendo abrir as portas, gavetas, armários, etc, encontrando o seguinte material: 1 (um) volume com 283 (duzentos e oitenta e três) testes de seleção já corrigidos; 1 (um) cartaz utilizado para solução do teste; 11 (onze) provas de inscrição de professores para as Escolas da CEPLAR, contendo também uma entrevista; 1 (uma) relação de nomes na qual estão incluídos comunistas e agitadores notórios; 6 (seis) fotografias pequenas e 3 (três) grandes da visita do Governador PEDRO GONDIM à CEPLAR; 1 (um) planfeto aos estudantes paraibanos, mensagem da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP); 1 (um) exemplar mimeografado da declaração do Recife, lida por FRANCISCO JULLIÃO; ofício da Embaixada de Cuba dirigido a LENILDO CORRÊA DA SILVA, Vice-Presidente de assuntos estaduais e nacionais da AESP; 1 (um) diploma do Curso de Preparação de Alfabetizadores pelo método PAULO FREIRE, expedido em nome de LUIZ CARLOS RANGEL SOARES; 1 (uma) pasta do ponto diário da CEPLAR; 4 (quatro) pastas contendo fichas-informações sobre o círculo de cultura da CEPLAR; 1 (uma) pasta contendo várias cópias de Atas da Fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI); 1 (uma) pasta contendo: a) Uma coleção completa de formulários de controle da CEPLAR; b) Um questionário da Universidade do Recife; -c) Um texto para estudo intitulado "ENGENHO"; d) Um formulário para debate da Universidade do Recife; e) Um texto para estudo intitulado "CASA"; f) Um texto para estudo intitulado "CLASSE"; g) Formulário para debate na Universidade do Recife; h) Um guia do coordenador da Universidade do Recife; i) Um relatório da CEPLAR sobre invasão dos círculos de cultura; Várias coleções completas de fichas de controle destinadas as seguintes pessoas: Zita, Maria Regina, Eulina, Arlinda, Nadieje, Socorro, Benedita, Lourdes Mendes, Lourdes Castro, Zélia; 5 (cinco) exemplares do caderno do Povo Brasileiro; 2 (dois) exemplares de "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO"; 1 (um) exemplar de "CONSTITUCION DE LA UNION DA REPUBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS"; 1 (um) volume de "CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA"; 1 (um) volume de "VIVA EL LENINISMO" 1870-1960; 1 (um) volume de "ABC DO COMUNISMO", de N. BUKHARIN; 1 (um) volume de "O NACIONALISMO NA ATUALIDADE BRASILEIRA", de Hélio Jaguaribe; 1 (um) volume de "A IDEOLOGIA DO COLONIALISMO", de Nelson Werneck Sodré; 1 (um) volume de "CUBA - A ILHA EXPLOSIVA", de Luiz Delano; 1 (um) volume

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

fls. 18

Educação

Auto de Busca e Apreensão - Campanha de Educação Popular - 2

de "A EDUCAÇÃO NA URSS", 2ª edição, de Paschoal Lemme; 1 (um) discurso de Luiz Carlos Prestes, falando de São Paulo ao POVO DO BRASIL; 1 (um) volume de "ATIVIDADE SOCIAL E CULTURAL DA UNIÃO SOVIÉTICA - 1955", de Jocelyn Santos; 1 (um) volume de "O HOMEM E O ESTADO", de Jacques Maritain; 1 (um) volume "MANIFESTO - POR UMA CIVILIZAÇÃO SOLIDÁRIA", de I.J. Lebre; 1 (um) volume de "321 PERGUNTAS A UM BRASILEIRO", de Herculano Neves; 1 (um) volume de "DESENVOLVIMENTO DO COMUNISMO MODERNO", de Massimo Salvador; 1 (um) volume de "321 PERGUNTAS A UM BRASILEIRO", de Herculano Neves; 1 (um) volume de "POLÍTICA EXTERNA E POVO LIVRE", de Eduardo Portella; 1 (um) volume de "SOBRE LA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DE LA DICTADURA DEL PROLETA--RIADO", Ed. Pekin; 1 (um) volume de "PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS / DE FILOSOFIA"; 1 (um) volume de "ESPÉLHO DOS REVISIONISTAS" Ed. Pekin; 1 (um) volume de "AS DIVERGÊNCIAS ENTRE O CAMARADA TOLLIATTI E NÓS", Ed. Pekin; 1 (um) volume de "POLÍTICA EXTERNA E POVO LIVRE", de Eduardo Portela; 1 (um) volume de "DE ONDE PROCEDEM AS DIVERGÊNCIAS", Ed. Pekin; 1 (um) volume de "A BASE NAVAL DE GUANTÁNAMO E O DIREITO INTERNACIONAL"; 1 (um) volume de "LA DIALECTICA REVOLUCIONÁRIA Y LA EVALUACION DEL IMPERIALISMO"; 1 (um) volume de "A UNE E A CRISE DO ESTADO DE SÍTIO" Cad. 2-UNE; 1 (um) volume de "CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA"; 1 (um) exemplar de "MIKOLAN EM CUBA", - Ed. Vitória; 1 (um) exemplar de "ESTATUTOS - LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL"; 1 (um) exemplar de "PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNAMO-NOS PARA LUTAR CONTRA NOSSO INIMIGO COMUM", Ed. Pekin; 1 (um) exemplar de "COMENTÁRIO SOBRE A DECLARAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DOS EEUU"; 1 (um) exemplar de "EM MARCHA PARA O IV CONGRESSO DO P C B"; 3 (três) exemplares de "PROBLEMAS", revista mensal de cultura política; 31 (trinta e um) exemplares de "PEKIN INFORMA", Revista de notícias y puntos de vista de China. 1 (um) exemplar de "ESTUDOS SOCIAIS"; 9 (nove) exemplares da revista "POLÓNIA"; 2 (dois) exemplares da revista "CHINA"; 1 (um) exemplar da revista "URSS"; 3 (três) exemplares da revista "UNION SOVIÉTICA"; 1 (um) exemplar da revista "EL ESTUDIANTE", la revista estudiantil internacional - 1963; 1 (um) exemplar da revista "UNIVERSIDAD, GOBIERNO Y PUEBLO DEBEN SER LA MISMA COSA" (conferência do Cmt Raúl Castro Ruz, em Havana); 1 (um) exemplar do discurso pronunciado pelo Dr Armando Hart Dávalos - En el Hotel - Habana Libre"; 1 (um) exemplar de "DISCURSOS DEL DOCTOR FIDEL CASTRO RUZ", em 24/2/60; 1 (um) exemplar da revista "CUBA" - Embaixada de Cuba no Brasil; 1 (um) recorte de revista, cópia do quadro de V. Serov "CON LENIN"; 3 (três) exemplares da revista "MUNDO ESTUDIANTIL", Pub. U I E. 1956; 1 (um) material didático - Figuras em cartolina; 1 (um) cartaz sobre: "QUE É UM LATIFÚNDIO?"; 1 (um) planfêto da UPES "DECLARAÇÃO-DE PRINCÍPIOS"; 1 (um) telegrama destinado a DOURINHA OLIVEIRA, residente à Avenida 7 João Machado 1965 - J. Pessoa - Expedido por MARIA LUIZETE; 1 (um) aviso de reunião para LENILDO CORRÊIA, expedido por Abdias Vilar de Carvalho, Presidente da ASSESP - J. Pessoa-PB; 11 (onze) boletins mensal do Departamento de Educação do Serviço Estadual da Educação; 1 (uma) carta de GUOZI SHUDIAN - Departamento de Exportacion, a LENILDO CORRÊIA DA SILVA, versando sobre as revistas "PEKIN INFORMA" e "NOTICIAS Y PUNTOS DE VISTA DA CHINA"; 1 (um) comentário manuscrito por LENILDO COR-

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

fls. 19

Boleão

Auto de Busca e Apreensão - Campanha de Educação Popular - 3

REIA DA SILVA, intitulado "VANGUARDA - ATRIBUIÇÕES DO IMPERIALISMO NORTE AMERICANO"; 1 (uma) pasta contendo os seguintes documentos: discurso do Vice-Presidente da AESP, LENILDO CORRÊIA DA SILVA (orador); 1 (um) relatório de 12 meses de gestão de GERALDO RAWLISON GOMES na AESP e REGIMENTO INTERNO, gestão de GERALDO RAWLISON GOMES, AESP (Cajazeiras-PB); 1 (um) exemplar de "A UNE E A CRISE DO ESTADO DE SÍTIO"; 1 (um) exemplar da revista "URSS", oferta de "NOVOS RUMOS" a JOSÉ DOS SANTOS BARROS; 1 (um) discurso do Professor PAULO FREIRE, em Angicos, ao encerramento do Curso de Alfabetização de Adultos; 1 (um) exemplar de "ANGICOS III", reportagem publicada na "TRIBUNA DA IMPRENSA" do Rio, de LUIS LÔBO"; 1 (um) boletim nº 10/64 (Agência de Informações Educacionais - Brasília - DF); Estatutos da Associação dos Estudantes Secundários de Itabaiana (8 fôlhas); Palavras de LENILDO CORRÊIA DA SILVA, intitulada "COLUNA POR UM", com 4 fôlhas; 1 (um) relatório (FORMULAÇÃO DO MOVIMENTO / ESTUDANTIL DE GRAU MÉDIO NO NORDESTE); 1 (um) exemplar de "EM DEFESA DE CUBA E DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL", para FIGUEIRÊDO AGRÁ; 1 (um) relatório da Comissão de Estudos do 1º Temário e uma "TESE" apresentada pelo Líder da Bancada, LENILDO CORRÊIA DA SILVA; 2 (dois) manuscritos versando sobre "ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPONESA-ESTUDANTIL etc"; 1 (um) laudo de JOSÉ BULLAUDE, intitulado "EL NUEVO MUNDO DE LA IMAGEM"; 1 (um) album da CEPLAR - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA - Oferecimento de LÍGIA MACÊDO - 16-8-63; 1 (uma) revista "MUNDO ESTUDANTIL", publicação por la UNION INTERNACIONAL DE ESTUDANTES; 7 (sete) manuscritos sobre o V Congresso Estadual dos ESP; 1 (um) discurso manuscrito de LENILDO CORRÊIA, na recepção do Presidente da UBES; 25 (vinte e cinco) cartazes de propaganda e meios auxiliares; que foi recolhido ao Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde ficou a disposição da Justiça, do que, para constatar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim, 2º Tenente FERNANDO ANTONIO CARNEIRO BARBOSA, que o escrevi e por 1º Sargento REINALDO DE MÊLO CELANI, também encarregado da diligência e pelas testemunhas já declaradas.-

[Assinatura]
Encarregado da diligência

[Assinatura]
Encarregado da diligência

[Assinatura]
Testemunha

[Assinatura]
Testemunha

fs. 37

Estaleiro
cap

CÓPIA AUTÊNTICA DE DOCUMENTOS APREENDIDOS NO ARQUIVO DA
CEPLAR (CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR), POR ORDEM DO COMANDANTE
DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA: - "Lição - 1 - Conscientização - /
1 - Que vemos nessa ficha? 2 - Que fazem esses homens? 3 - Co-
mo se chamam os homens que trabalham em construção, fábrica? /
etc. 4 - Por que o homem trabalha? (O homem sendo um ser que
pensa sente necessidade de transformar o pensamento em coisa
concreta e também com o trabalho ele obtém o necessário para
viver). 5 - O trabalho do homem tem servido para que ele se
sinta verdadeiramente um ser humano? 6 - Todo o homem recebe
o correspondente ao seu trabalho, ao esforço por ele realizado?
7 - Todos os homens trabalham? E os burgueses? (esses vivem do
produto do trabalho do proletário explorado). 8 - Deveria ser
exigido que todos os homens trabalhassem? (Quem trabalha não
come trabalho dever social). Nota: Então o professor chama a
atenção para o ti-jo-lo que operário pega e depois mostra a pa-
lavra na ficha. Essa ação repete-se em todas as aulas. Exercício:
-Escreva a palavra tijolo.-complete-os fonemas. -complete
as palavras: luta - loja. -escreva o nome das figuras lata -
pia. = Lição 2 - Conscientização - 1 - Que representa essa fi-
cha? 2 - Que estão construindo esses operários? 3 - Esses ho-
mens que fazem uma casa têm casa? (ganham pouco e o emprego é
provisório, mal ganham para comer). 4 - Quais são as principais
necessidades do homem? (habitação, saúde, alimentação, educa-
ção, trabalho, etc.). 5 - Com o seu trabalho de operário ele
consegue satisfazer suas necessidades? 6 - Quantos homens ve-
mos nessa ficha? 7 - Se houvesse mais homens a construção iria
mais rápida, por que? 8 - Será que se pode dizer o mesmo em re-
lação a vida? (Se todos os homens se unissem e trabalhassem de
comum acordo conseguiriam fazer muito mais coisa em menos tem-
po - A união faz a força. Por exemplo, lembremo-nos da formiga,
tão pequena, mas unida em grande numero consegue remover pesos
maiores do que ela. Exercício: Completar os fonemas - Comple-
tar as palavras: panela - lata - mata - janela - jia. - Formar
duas palavras com os fonemas dados. - Copiar as palavras, cha-
mando a atenção para os ditongos: ai, ei - taipa - leite - jei-
to. = Lição - 3 - Conscientização - 1 - Que vemos nessa ficha?
2 - Que fazem essas pessoas? 3 - Todo o mundo pode comprar os
alimentos necessários na feira? Por que? 4 - Por que os alimen-
tos necessários são tão caros? (Porque existe muita terra sem
cultivo. Os donos de terras, os latifundiários não se preocu-
pam em cultivá-las pois gastariam, deixando-as incultas espe-
ram com o correr do tempo valoriza-las para vender e enrique-
cer cada vez mais - Além disso há ainda a dificuldade de trans-
portar esses produtos para as cidades, devido a carência de
transportes e boas estradas). 5 - Que é latifúndio? - Explicar
6 - O latifúndio é portanto útil ou não ao povo? 7 - Que se po-
de fazer para acabar com o latifúndio? 8 - Reforma Agrária - ex-
plicar... - Exercício: - completar os fonemas. - separar as sí-
labas das palavras fome, lutar, estar. - copiar a frase: O po-
vo não vota. - formar 2 palavras com os fonemas estudados: Es-
crever o nome da figura - fava. = Lição - 4 - Conscientização-
1 - Vamos descrever essa ficha. 2 - Em que trabalham esses opo-
rários? 3 - Que instrumentos eles usam? 4 - Será que o homem
sempre utilizou o automóvel? - Que outros meios de transporte
conhece? 5 - Por que o homem inventou o transporte? (melhorou
a comunicabilidade entre os homens... resolve-se mais fácilmen-
te os problemas. O homem domina mais rapidamente as distâncias)
6 - Os meios de transporte, de comunicação servem somente para
ajudar o homem? 7 - E as guerras? (avião, navio, submarino). /
8 - Por que há guerras? (países ricos, poderosos que querem do-
minar cada vez mais outros a fim de obterem as matérias primas

= 2 =

H. 38
Educação

que não possuem - Cuba, exemplo de nossos dias. U.S.A dominavam Cuba, queriam torná-la colônia. Porém seu povo toma consciência e se liberta - Os Est. Unidos querem fazer o mesmo com o Brasil. 9 - Como os Estados Unidos agem para dominar o Brasil? - agem diretamente, digo, indiretamente? para eleger dirigentes, falsos patriotas, homens comprometidos com o americano. - Iludir o povo com aliança para o progresso, alimentos para a paz, IBAD, IPES. - A maioria das fábricas do Brasil são estrangeiras. - Exemplo de dominação: - os transportes precisam de gasolina, a gasolina é do americano, do inglês. (Esso, Standar Oil, Atlantic) etc. que tira o petróleo da terra brasileira pelo preço que querem - O governo comprometido recebe dinheiro que o vai enriquecer mais. --Que mudamos todo o governo do Brasil - estruturas ou nada será feito. 10 - Como reagem os dirigentes do país, por que? - associam-se aos estrangeiros, porque esse domínio vai prejudicar somente o povo. Os governos recebem dinheiro, vivem bem, possuem tudo: terra, fábrica e usam a política de domínio do povo, enganando-o. 11 - Que devemos fazer para que isso não aconteça? - Conscientização do povo, divulgação dessas idéias na família no trabalho. Vê como não se deve confiar nos governos - eles não saíram do povo, mas da classe dominante, não entendem os problemas do povo - São contra eles. - Exercício: - completar as palavras: cedo - cocada - cidade - data - dedo - Copiar as frases: O mecânico vive na cidade. Na cidade a vida é difícil - fazer as frases com as palavras: mecânico - cidade. = Lição 5 - Conscientização - 1 - Que tipo de rua é essa que nós vemos? 2 - Por que sabemos que não é de 1 bairro pobre? 3 - Quem são esses homens e o que fazem? 4 - A quem cabe o serviço de limpeza pública? 5 - Os poderes (governo) públicos se preocupam em limpar todas as ruas ou fazem nas ruas principais e deixam os bairros pobres onde mora o povo com ruas sujas, cheias de lixo, lama que causam doença? 6 - Será que os pobres não pagam taxa de limpeza pública? 7 - Então é justo que limpem o lixo só das ruas dos ricos? 8 - Os pobres devem se conformar em serem sempre relegados a segundo plano? (O que deve ser feito para todos só é feito para uma minoria). 9 - E o governo não se diz do povo? 10 - Nossa cidade é limpa? 11 - E o que deve fazer o povo para resolver esse problema? (Unir-se e exigir do governo municipal - solução). 12 - A roupa do lixeiro serve para protegê-lo contra doença há alguma lei que o protege? (A sociedade nada oferece ao lixeiro, nem mesmo o indeniza enquanto está doente, muito pelo contrário da doença lhe faz perder o emprego). Exercício: - completar os fonemas. - Copiar as frases: A rua de Antonio tem lixo - O povo unido tudo pode - Escrever o nome das figuras - rapadura - carro - maxixe - xarope. = Lição 6 - Conscientização - 1 - Que vemos nessa ficha? 2 - Que acham do jogo? / gostam? Que outros tipos conhecem? 3 - O homem deve jogar todo o tempo (problema de malandragem). 4 - Para que serve o jogo? (jogo descanso do espírito - quando se está cansado fisicamente, se-deita. Quando o espírito está cansado precisa de diversão. A diversão renova todas as energias perdidas. 5 - Para 1 time de futebol vencer o que é preciso? (Cada jogador espera a sua vez para jogar. Todos sabem a sua vez e para onde deve jogar. Os homens fazem na vida este mesmo jogo. Cada um que procure chutar a bola para conseguir a vitória do seu time. Uns poucos se sentem donos da bola. Estão organizados, são os ricos, são mais audazes porque, são mais fortes, cheios de privilegio embora sejam minoria. O outro lado é o povo que ainda não se organizou que chuta a bola para qualquer lado e sai perdendo. Mas o povo é a grande maioria. Tem possibilidade de acertar na bola e vencer. Precisa se organizar, no dia em que o time do povo jogar-

= 3 =

Fls. 39

Estaleiro
cap

organizado vencerá. Exercício: - Complete os fonemas: Complete as palavras - banana - galo - bebida - pinga - gelo - gibóia - Formar frases com as palavras jogador e bola. = Lição 7 - Conscientização - 1 - O que representa essa ficha? (Uma família operária) 2 - Como vive o operário no Brasil? (faminto, - rasgado - sem escola - doente) 3 - É fácil conseguir trabalho? (Não) fábricas poucas, trabalho de pedreiros etc e passageiro, muitos vivem sem trabalho. 4 - Os dirigentes preocupam-se em melhorar esta situação. Por que? Enquanto os dirigentes tiverem os operários famintos, sem escola onde possam aprender, todas as bandalheiras que eles fazem, dominam melhor. A fome, a doença facilitam aos patrões, aos políticos que manobram o povo como bonecas. O candidato a vereador ou a prefeito, governador, presidente chega a um pai de família pobre, que não tem o que dá a seu filho para comer, e o compra com Cr\$ 1.000,00. 5 - Mas, esse dinheiro, a roupa ou o remédio que dão vai durar sempre? Não, isso é como a pessoa que está com dor de dente e toma um comprimido. Passa por uma hora e depois doi novo e só melhora quando se arranca. O mesmo se dá com o político. Ele engana a gente e rouba a nossa boa fé. Isso só termina quando os homens compreendem e lutarem contra. Exercício: - completar os fonemas. - Separar as sílabas e as palavras - salário - vazio. Copiar as frases: Zita recebe o salário mínimo. A família de Zita tem 10 pessoas. Escrever as palavras - sapato e anzol. = Lição 8 - Conscientização - 1 - Vamos descrever essa ficha? 2 - Onde moram os operários daquela fábrica? (Nessa rua que vemos) Chamar a atenção para a pobreza, a lama, a doença etc.) 3 - A quem pertence a fábrica? 4 - O dono da fábrica mora na mesma rua do operário? Por que. 5 - O dono da fábrica mora numa rua calçada, saneada, sua casa é de telha, um palacete, tem vários carros, geladeira, televisão seus filhos estudam. a) - as necessidades do operário não são as mesmas do patrão? b) - e por que o operário não tem nada? c) - ele ganha pelo que produz? Não, ele por exemplo trabalha 10 horas e ganha só o equivalente a 6 horas de trabalho. O patrão porém vendo o trabalho das 10 horas e como o operário ganha somente 6, seu dinheiro não dá para comprar nada. 6 - Quantas pessoas mais ou menos trabalham numa fábrica? 150, 200... etc. então o patrão fica com 4 horas de cada um sem pagar e enriquece como jamais faria se ele mesmo trabalhasse e vai construir o time dos burgueses. 7 - Que outro time está no campo da vida? - o do povo. 8 - Que grande arma pode usar o time do povo para vencer a jogada? - Ser unido. Ele é quem manobra a máquina do patrão. Ele pode fazer greve. O patrão tem máquina, tem fábricas mas não os braços do operário quem as faz trabalhar. Se todos se unirem não haverá patrão que resista. Exercício: - Completar os fonemas. - completar as palavras açude - careço - caçada. - Copiar as frases: A aguardente é feita de cana - José bebe aguardente. - formar frase com as figuras (1 garrafa de aguardente e 1 peço). = Lição 9 - Conscientização - 1 - Onde estão estes homens? (Num sindicato) 2 - Para que serve o sindicato? (O sindicato serve para proteger os direitos dos operários). 3 - Que fazem esses homens? no sindicato? (Eles lutam para defender direitos de sua classe). 4 - Por que o trabalhador deve sindicalizar-se? (aumentar a força na defesa de seus direitos). 5 - Quais são os direitos de operário? (Carteira profissional para os maiores de 18 anos sem distinção de sexo. 2º - 8 horas de trabalho por dia. 3º - as horas extraordinárias não podem exceder de 2 e devem ser remuneradas de pelo menos 20% da hora normal - 4º - férias remuneradas. - 5º - descanso mínimo de 11 horas consecutivas entre uma jornada e outra. 6º - salário mínimo, greve, etc. Exercício: - Completar os fonemas: - Separar as sílabas - barro - fossa - quero - Completar as frases: 1º o povo unido

= 4 = fls. 40
 Etalecap

ppde. 2ª nossa escola é a Ceplar. 3ª a fome mata o povo. = Lição 10 - Conscientização - 1 - Que escola é esta que vemos na ficha? (Ceplar). 2 - Que significa Ceplar? (Campanha de Educação Popular). 3 - Por que surgiu a Ceplar? (A Ceplar surgiu para (através da alfabetização) levar os homens a conhecerem os seus problemas, os problemas de sua classe e os problemas do Brasil). 4 - A Ceplar cuida somente de alfabetizar o povo? / (Conscientizar) (detalhar). 5 - Que outras atividades tem a Ceplar? (teatro, núcleos populares, jornal, rádio, etc.) 6 - Que são os núcleos populares? (São núcleos que reúnem pessoas já alfabetizadas para estudar e discutir os problemas do Brasil). 7 - As escolas da Ceplar existem somente na nossa cidade? (Não existem em várias outras cidades da Paraíba). 8 - Por que a escola da Ceplar é do povo? (Por que visa exclusivamente os interesses do povo e luta juntamente com o povo para conseguir um Brasil sem classe onde todos sejam iguais). - Exercício: de revisão. - Fazer ler as palavras chamando a atenção para as consoantes. - Fazer escrever o alfabeto maiúsculo e minúsculo. = Lição 11 - Conscientização - 1 - Quem são esses homens que nós vemos? que fazem? (São lavradores, que cultivam a terra.) 2 - A quem pertence essa terra? (Ao latifundiário). 5 - Que é latifundiário? (É o dono do latifúndio, isto é, uma grande extensão que pertence a um só dono). 4 - O camponês possui terra? 5 - As terras dos latifúndios são todas cultivadas, não se planta feijão, batata, macaxeira, etc? - Muitas terras são deixadas ao abandono para que se valorizem em outras os produtos que servem de alimento são plantados em pequena quantidade enquanto, agave, cana, algodão ocupam grandes extensões pois esses produtos vão enriquecer mais rapidamente o patrão. 6 - Quais são os meios de exploração usa contra o camponês? - Câmbio, taxa, meia, o fóro, "o barracão". 7 - A terra deve pertencer a um só? - Não, a terra deve ser de todos. A terra, o mar o céu, o ar foram criados por Deus para todos. O ar tem dono? Imaginem se algum burguês comprasse todo o ar, como poderia o povo continuar viver? - A terra como o ar não deve ser de um ou de uns, deve ser de todos pois todos tem as mesmas necessidades. 8 - Que se deve fazer para modificar essa situação? - Reforma Agrária - pretende que a terra seja de todos. Acontece que R.A. até agora é falada pelos políticos só nas vésperas das eleições. 9 - Devemos acreditar na Reforma Agrária - Não, pelos motivos ditos acima. - Eles jamais fariam isso na atual estrutura é impossível uma reforma agrária autêntica visando ao interesse dos camponeses. 10 - Será que somente dividir a terra iria melhorar a situação do camponês? 11 - De que adianta terra sem técnica atualizada, sem semente etc. 12 - Com a R. Agrária devemos querer ser proprietários de pequenos pedaços de terra? - Se assim fosse voltaria a mesma situação, em vez de latifúndio teríamos minifúndios e a situação do homem continuaria a mesma. 13 - Com quem então deve ficar a terra? ("A terra existe para todos os homens"). Exercício: - Completar os fonemas. - Formar frases com as palavras: camponês, latifundiário. - Copiar os números. = Lição 12 - Conscientização - 1 - Que fazem essas pessoas? 2 - Quem são esses homens? que fazem? - São lavradores que deixam o sertão em virtude da seca. 3 - Para onde se dirigem eles? - Vão para a cidade a procura de emprego. 4 - Deveria haver durante o período de seca essa saída em massa para as cidades? - Isso é bom para o lavrador? - a saída do homem, o ÊXODO RURAL, vem somente prejudicar e acabar povoados inteiros. - O lavrador que nada conhece dos métodos e técnicas da cidade, chegando lá raramente encontra trabalho e vai constituir a grande massa de marginais e ao mesmo tempo sua saída diminui a produção no campo e tudo fica mais caro na cidade. -

= 5 = fls. 41
Estalio

W. H. H. H. H.

5 - Então se o homem do interior, do campo não se adapta à vida na cidade, que garantias de proteção devem ter durante o período da seca? - canais de irrigação - armazenagem de cereais (silos) - industrialização dos produtos etc. - crédito, mercado, educação, saúde. Exercício: - completar os fonemas - Copiar as palavras: trigo - trato - truste - Separar as sílabas das palavras: Ministro - estrume - indústria - estrela. Copiar os números de 11 até 20. = Lição 13 - Conscientização - 1 - Que aconteceu com aquele lavrador que deixou o sertão e veio para a cidade? - Ele não encontrou ocupação nada havia na cidade parecido com o seu trabalho. 2 - Por que ele não encontrou ocupação? 3 - Que pode fazer então esse homem para não mais morrer de fome? - ser verdureiro, carregar água, vendedor ambulante, ajudar em construções e maior parte vai pedir esmolas. As vezes / homens honestos tornam-se ladrões por causa da fome etc. - 4 - Nesses trabalhos passageiros que o lavrador na cidade tem que executar para poder viver, ele ganha o correspondente ao seu / trabalho, Por que? 5 - Analisar com os alunos a situação em particular desse homem da ficha: - Se é necessário a existência de verdureiros, homens que compram garrafas pelas portas, etc. - Por que homens adultos se prestam a esses trabalhos? / Exercício: - Completar os fonemas - Copiar as frases: 1 - A fome é crime social - 2 - Deus condena o crime - Formar frase / com as palavras: fraco - frevo - ler os números de 1 a 5 e copiar um dois, etc, com o algarismo correspondente. 2 - na cidade há poucas fábricas, não há indústria não há onde trabalhar. Só trabalham geralmente os protegidos ou os homens inconscientes que se permitem explorar e a esses mesmo é difícil. (Analisar o problema da indústria). = Lição 14 - Conscientização - 1 - Que vemos nessa ficha? 2 - Há muita fábrica na Paraíba? 3 - Que tipo de fábrica temos na Paraíba? 4 - Como vive um operário de fábrica? 5 - O operário participa do lucro do seu trabalho? 6 - Para quem vai o lucro? é justo? 7 - As fábricas devem ser de um só dono? (A fábrica existe devido ao trabalho e o seu produto deve ser de quem o realizou. A fábrica deve ser de todos para todos). 8 - Os patrões ajudam para que o trabalho renda mais? 9 - Será direito o homem que não trabalha enriquecer? (Esta na constituição explicar o que é constituição) no art. 145 § único - "A todos é assegurado trabalho que possibilite / existência digna. O trabalho é obrigação social - Todos devem trabalhar. A frase "quem não trabalha não come" não deve ser usada só para os pobres. 10 - Que coisas são necessárias para o progresso, o desenvolvimento de 1 país? 11 - Será o Brasil um país subdesenvolvido? Por que? Exercício: Completar os fonemas: - completar as palavras madrugada - fábrica - quadra - co - madre - Copiar as frases: 1 - No Brasil há poucas fábricas 2 - O Brasil é um país subdesenvolvido. = Lição 16 - Conscientização - 1 - Que fazem essas pessoas? 2 - Que comemoram eles? 3 - Que outras festas populares nós temos e quais as que vocês gostam mais, e por que? 4 - Por que se diz que o São João é uma festa popular? 5 - Como no nordeste se festeja o S. João e o S. Pedro? 6 - Quais são as danças destas festas? 7 - O povo tem necessidades de festas? Exercício: - Completar os fonemas - copiar os nomes dos meses - completar a frase: Nós estamos no mês de junho - ler e escrever os números de 11 até 15 = Lição 17 - Conscientização - 1 - Por que as crianças precisam trabalhar? 2 - Essas crianças vão à escola? (geralmente não, pois as escolas funcionam em horário do trabalho e não tem a mínima preocupação de atingir essas crianças). 3 - Há escola bastante para todo mundo? 4 - Por que o Estado não se preocupa em educar o povo? - as pessoas que até agora estão no poder só o estão devido à falta de consciência que o povo tem da realidade

= 6 =

fls. 42

Estaleiro

[Handwritten signature]

brasileira. Desde que esse povo, isto é, nós tomemos consciência, não haveremos de permitir que esses homens continuem no poder. 5 - Que se poderia fazer para educar o povo? (aumentar a escola pública. Grande parte do dinheiro destina a educação é dado a escolas particulares onde se estudam filhos de ricos. É necessário que o povo unido reivindique um direito que é seu. Exigir escolas para todos igualmente. - Exercício: - Completar os fonemas - copiar a frase: João trabalha todos os dias da semana - copiar os dias da semana. - completar a frase Domingo é dia de descanso. = Lição 18 - Conscientização - 1 - Que vemos nessa ficha? 2 - Há liberdade no Brasil? 3 - Que é liberdade? (anotar algumas respostas interessantes) 4 - O povo tem liberdade de viver? (Não, pois liberdade de viver significa direito à vida, acesso as formas nobres da existência garantido para todos e não privilegio raros.) - "é segurança / contra fome - proteção contra o desemprego - assistências nas enfermidades - enfim concessão a pessoa-humana de todos os direitos reais que permitam ao indivíduo uma vida livre não apenas do medo da vigilância política e da perseguição ideológica ou da discriminação-racial, ela visa também eliminar do nosso espírito o medo da pobreza e o terror da miséria. - é a segurança contra as necessidades econômicas. 5 - Que é democracia? 6 - Existirá realmente uma democracia no Brasil? - Não - maioria de eleitores - analfabetos - soldados - marinheiros etc. não votam - Ausência de liberdade. 7 - Como conseguiríamos / uma democracia verdadeira? Exercício: - Completar os fonemas. - separar as sílabas das palavras: exploração, libertação, classe - formar 1 frase com o assunto da leitura - copiar os números." -

1º. Gpt E - OG - A) G

Confere com o original.

Em 13 / 4 / 1964

[Handwritten signature]

ata
25-2-8
15-4-69

2/13

FO

1º GPT ENG

INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

ESTADO DA PARAIBA

Encarregado: Major NEY DE OLIVEIRA AQUINO

Escrivão: Capitão ERNANI LAYME FALCÃO

Assunto: Atividades subversivas

Volume 2

Fls 101 a 200

AUDITORIA DE CORREIÇÃO
DA JUSTIÇA MILITAR

Autos findos n.º

1571 (Vol. II)

Em

4 / 2 / 69

ABJ
Escrivão

FO

7ª Região Militar

Auditoria

Processo

20/69

1426

VOLUME

2/18

23 4 69

MANIFESTO DAS LIGAS CAMPONESAS AO POVO

Mergulhadas, cada vez mais, numa grave crise econômica e política, as classes dominantes se lançam agora em novas manobras para golpear os já escassos direitos e liberdades do Povo.

No fundamental, o que está acontecendo no Brasil é uma luta da grande burguesia para consolidar, inteiramente, o poder que vem assumindo, desde alguns decênios. Essa luta pela consolidação no poder é afetada por graves problemas econômico-financeiros e pela simultânea elevação do nível das lutas populares, a intensificação das reivindicações das massas trabalhadoras, a radicalização de amplas classes e camadas da população.

Para resolver tal situação, as classes dominantes preparam o golpe. Arma-se, de todos os lados, a repressão violenta contra as classes trabalhadoras. Tanto os ultra-reacionários, os lacerdas, os juracis, os cid sampaios etc, aliados íntimos do Pentágono, como os falsos reformistas capitaneados pelos pseudo-líderes populares, aliados de Kennedy e corifeus da "aliança para o progresso", todos eles, temerosos do Povo, sentindo ameaçados seus privilégios e seu poder de classe, estão dispostos a preparar e preparados para reprimir cruelmente as lutas populares mais conseqüentes.

O fato mais grave em tudo isso é a tentativa de envolvimento das forças populares, na solução golpista. Esse é o plano da ala mais flexível da burguesia, que agita demagogicamente as teses das reformas. Sob o estranho rótulo de uma "República Sindicalista", insiste na sua trama de criar ilusões de classe e obter o apoio dos operários, camponeses, estudantes, marinheiros, soldados e outras camadas radicais do Povo, conservando, no fundamental, o controle do poder político, da máquina estatal, garantia do sistema de exploração do trabalho.

As Ligas Camponesas do Brasil deixam bem claro, diante da gravidade da situação, que se oporão energeticamente a qualquer maquinação golpista e a todas as soluções de cúpula que tentem envolver as classes trabalhadoras na superação da crise e das contradições da classe dominante. O nosso dever não é ajudar os exploradores do povo a resolver suas crises. Pelo contrario, devemos aprofundar as contradições entre eles e impôr a solução do Povo.

Por isso, lutamos decididamente para levar ao Poder, como classe e não como indivíduos, os operários, os camponeses, os soldados, os marinheiros, os estudantes e outros setores revolucionários da população. Esta é a única saída para as extremas dificuldades que se abatem sobre o nosso Povo.

Nenhum compromisso. Nenhum conchavo. Nenhuma solução de cúpula. Nenhuma conciliação com a burguesia exploradora, que tem por trás de si, em última análise, o imperialismo norte-americano, com o qual cada vez mais concilia, para defender seus privilégios de classe, ameaçados pela rebelião das massas oprimidas.

Enquanto isso acontece internamente, o imperialismo, irmão mais velho e sócio da burguesia brasileira, prepara-se para invadir Cuba. Kennedy convoca 150 mil novos soldados. O Pentágono e o Departamento de Estado norte-americano já não escondem seus preparativos de agressão contra a heróica Cuba. A Cuba de Fidel. A Cuba dos operários e os camponeses no poder. A Cu-

fls. 192
Escrit
Alípio

ba Socialista.

E, por uma coincidência compreensível, intensificam-se, no Brasil, as agressões a camponeses e seus líderes. ^{pelos latifundiários.} Por autoridades fascistas. Com métodos fascistas, como ocorreu no seqüestro do bravo sacerdote do Povo, o Padre Alípio de Freitas. Essas agressões se verificam precisamente no momento em que doze mil agentes do imperialismo ianque ocupam o Nordeste, disfargados de economistas e repórteres, quando seus passaportes denunciam sua condição de militares. É que o plano não envolve, apenas, Cuba, mas o Brasil e os demais povos irmãos latino-americanos.

Mas, tanto Kennedy como os fascistas nacionais podem estar certos: a invasão ^{de Cuba} será a chispa que incendiará toda a América Latina!

As Ligas Camponesas do Brasil firmam, nesta hora, um compromisso com o Povo brasileiro, com os operários, com os estudantes, os marinheiros, os soldados, os patriotas e os homens e mulheres de vergonha deste País: em defesa do Brasil e em defesa de Cuba --- a mesma causa, a mesma luta, o mesmo inimigo opressor.

A invasão de Cuba ou um golpe contra o Povo brasileiro, na atual crise política, nos levará à luta frontal para derrotar de uma vez por todas os exploradores, os latifundiários, os imperialistas, os tubarões burgueses, os usurários e todos os ladrões do Povo.

As Ligas Camponesas somente entrarão na luta para levar o Povo ao Poder, com base na Aliança Operário-Camponesa-Estudantil.

~~Intelectuais~~, Operários, Camponeses, Estudantes, Marinheiros, Soldados, Patriotas, Revolucionários, organizai-vos, uní-vos!

O POVO UNIDO É INVENCÍVEL!

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL!

Francisco Julião

FRANCISCO JULIÃO

Presidente do Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil

Antônio José Santos pela
Federação das Ligas Camponesas
da Paraíba
Austácio Fato do Nascimento
Presidente da Liga Camponesa de
Somta Rita

Elías Guimaraes Pereira
Presidente da Liga de Alhandra
João Francisco da Silva, Liga de João

TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil no-
vecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, no
Quartel General do 1º Grupamento de Engenharia, presente o
Major NEY DE OLIVEIRA AQUINO, encarregado deste inquérito, co-
migo o Capitão ERNANI LAYNE FALCÃO, servinde de Escrivão, com
pareceu OPHELIA MARIA DE AMORIM, a fim de ser novamente in-
terrogada sobre atividades subversivas nas quais consta ter
tomado parte. Em seguida passou aquela autoridade a interro-
gá-la da maneira seguinte: Perguntada qual a sua participa-
ção na Campanha de Educação Popular (CEPLAR) de Campina Gran-
de, respondeu que deu aulas no curso de preparação de coordena-
dores na parte relativa a fundamentação teórica do método
PAULO FREIRE e tomou parte na equipe que elaborava os "rotei-
ros de politização", juntamente com MARIA DA SALETE AGRA RA-
MOS, LEOPOLDO BRASILEIRO, ADALCINO QUEIROZ e NATILDE CASTRO.
Perguntada se participou da elaboração das apostilas destina-
das ao curso de preparação de coordenadores, respondeu nega-
tivamente. Perguntada quais as pessoas responsáveis pela ela-
boração das diversas apostilas distribuídas aos alunos do
curso, respondeu que cada professor se responsabilizava pe-
los assuntos de suas aulas e que os professores eram CLAUDIO
AGRA PORTO, Padre ANTONIO NÓBREGA, IRENE BARRETO, JOSUÉ RO-
DRIGUES DE SOUZA, EURÍPEDES CRUZ, ASSIS NÓBREGA, JOSÉ LOU-
REIRO, JOSÉ ELIAS, JASON GONÇALVES, JOÃO DE ASSIS, KLEBER
CRUZ MARQUES, AGNELLO JOSÉ DE AMORIM e JOSÉ GERALDO. Pergunta-
da sobre quem organizou as provas de seleção para coordena-
dores, respondeu que não pode informar, em virtude de não es-
tar ainda empenhada nas atividades da CEPLAR. Perguntada se
compareceu a uma reunião realizada na Federação dos Trabalha-
dores na Indústria, no dia 26 de fevereiro, respondeu afirma-
tivamente. Perguntada quais eram os objetivos da reunião, res-
pondeu que a mesma se destinava à comunicação, por parte do
pessoal do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da sua res-
olução relativa a eclosão de uma greve geral; que essa gre-
ve geral foi proposta numa reunião anterior da Frente de Mo-
bilização Popular (FMP), a qual a depoente não estava presen-
te e se destinava a prestar solidariedade aos camponeses pe-
las violências que vinham sofrendo em MARI e SAPÉ, por parte
da polícia e forçar o Governo do Estado a retirar daquela re-
gião o Coronel LUIZ DE BARROS e o contingente policial lá
estacionado. Perguntada quais os líderes camponeses que esta-
vam presentes, respondeu que havia muita gente desconhecida,
só se recordando de MANOEL DE DEUS, de Mamanguape e JOSE
FRANCISCO DA SILVA. Perguntada qual a participação de LANGS-
TEIN ALMEIDA, respondeu que o mesmo só falou por ocasião do
planejamento da mobilização de camponeses em que o mesmo de-
clarou que tinha possibilidades de trazer os camponeses de
CAMPINA GRANDE; que não se recorda de LANGSTEIN ter falado /
na condição de representante da bancada governista na assem-
bléia, nem de ter transmitido qualquer idéia do Governo do
Estado quanto a sua atitude em relação a movimentos grevis-
tas. Perguntada qual a participação do Professor LAURINDO ME-
LO, respondeu que o mesmo procurou dirigir a sessão em ordem,
apesar do tumulto que se gerou algumas vezes. Perguntada qual
a participação do pessoal do CGT, isto é, LUIZ HUGO GUIMA-
RAES, LUIZ BERNARDO DA SILVA, JOÃO RIBEIRO FILHO, RIVALDO CI

Ophelia Maria de Amorim
 Amorim
 Ophelia Maria de Amorim

Fls. 817
 Ebeley

Amorim

Alcides *Fls. 820*
Est. 10/7
 Termo de Perguntas no Indiciado - OPHELIA MARIA DE AMORIM-2

Amorim
Opheleia Maria de Amorim
Alcides
Opheleia
PRIANO DA COSTA e outros, após a aprovação da proposta de acampamento na Praça João Pessoa, respondeu que o CCP comprometeu-se a contribuir com recursos financeiros e transportes. Perguntada se compareceu a outra reunião, na Associação Tabaiana de Imprensa (API), no dia 28 de fevereiro, reunião essa destinada a ultimar as medidas para a realização do acampamento, respondeu afirmativamente; que nessa reunião tratava-se de combinar medidas para a arrecadação de recursos, transporte e orientação de camponeses. Perguntada sobre a significação de Ação Popular e seus objetivos, respondeu que a chamada Ação Popular se constituía num movimento de cristãos, desligados da orientação da Igreja, que se propunha a lutar pelas Reformas de Base, pela libertação econômica do País e pela valorização social da pessoa humana. Perguntada em quais os setores se fazia sentir mais acentuadamente a Ação Popular e de que forma se exercia essa atuação, respondeu que no setor universitário e no campo, principalmente; que no setor universitário a luta se fazia em torno do domínio da direção das entidades estudantis; no campo a luta se verificava pela fundação de sindicatos rurais, em contraposição as Ligas Camponesas de FRANCISCO JULIANO. Perguntada qual a situação de ASSIS - LEMOS quanto a vinculação aos diferentes movimentos ou partidos, respondeu que o mesmo era uma espécie de franco atirador visto com bons olhos pelo Partido Comunista, pelo fato de a sua atuação estar indo de encontro aos seus interesses. Perguntada quais os membros que conheça da Ação Popular, na Paraíba, respondeu que JOSÉ AYRES LEITE, MARIA AUXILIADORA BEZERRA, GERALDO OLIVEIRA, NATIL DE CASTRO, MARIA DA SALETE AGRA RAMOS, LEOPOLDO BRASILEIRO, ADALCINO QUEIROZ, ISA QUINTANES GUERRA, IREMAR BRONZEADO, EVANDRO FERREIRA, JOSÉ TARCISIO FERNANDES, ADERBAL VILLAR SOBRINHO e JOSÉ ESPINOLA PONTES. Perguntada quais as suas ligações com JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS (PEBA) e quais as atividades do mesmo, respondeu que suas ligações eram meramente profissionais; que PEBA lhe levava muitos casos de investigações de paternidade, para fins assistenciais, pelo fato de ser o dito PEBA o Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fibras Vegetais e Descaroçamento de Algodão. Perguntada qual a significação da expressão "saudações revolucionárias" constante de um dos seus bilhetes dirigidos a PEBA, respondeu que usava essa expressão a título de brincadeira, não só para PEBA como para outras pessoas amigas. Perguntada quais as pessoas de CAMPINA GRANDE que se dizem publicamente comunistas, respondeu que MANOEL MONTEIRO e OLIVEIROS OLIVEIRA; que, nas últimas eleições circulou um boletim em que se dizia que MANOEL MONTEIRO era o verdadeiro representante dos comunistas e não PEBA; que esse boletim foi distribuído pelo MOVIMENTO COMUNISTA. Perguntada quais as pessoas que lhe fizeram propostas para entrar no Partido Comunista Brasileiro, respondeu que uma delas foi LEONARDO MOREIRA LEAL e outra foi RENATO DE OLIVEIRA MOTA, redator ou repórter do jornal "NOVOS RUMOS". Perguntada se identifica as pessoas cujos nomes constam de uma ata de reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista, realizada em 14 e 15 de setembro de 1963, respondeu que pode indicar como prováveis participantes da citada reunião, JOSÉ COSTA, ANTONIO PEREIRA, OLIVEIROS OLIVEIRA, sendo PEREIRA de Guarabira e os demais de Campina Grande. Perguntada se conhece OSMAR DE AQUINO e MARIA DO CARMO AQUINO e se sabe que os mesmos militam no Partido Comunista, -

Fls. 821
Escreva

Térmo de Perguntas ao Indiciado - OPHÉLIA MARIA DE AMORIM - 3

respondeu que os conhece, mas ignora que tenham qualquer vinculação com o Partido Comunista. Perguntada se teve conhecimento de que AGNALDO VELOSO BORGES teve sua prisão preventiva decretada em consequência do processo relativo à morte de JOÃO PEDRO TELKEIRA e que, de imediato, houve uma reunião na Assembléia onde renunciaram 9 (nove) suplentes para que AGNALDO, sendo o décimo, assumisse a cadeira de Deputado e, conseqüentemente, ficasse a salvo das medidas judiciais que o ameaçavam, respondeu que tal fato é público e notório; que, na época, circulou pela cidade o seguinte versinho: "Morreu João Pedro, um talento - os capangas que o matou - é pobre / foi pro relente - quem mandou, como é rico - se escondeu no Parlamento". Perguntada se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem a sua inocência, declarou não ter mais nada a dizer. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o encargo deste inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado, com as testemunhas e comigo, Capitão ERNANI LAYME FALCÃO, servindo de Escrivão, que o escrevi.-

Ernesto Maria Amorim
 Encarregado do Inquérito

Opheia Maria de Amorim
 Indiciada

Carlos Luiz de Amorim
 Testemunha

Antônio Joaquim de Albuquerque
 Testemunha

Ernesto Layme Falcão
 Escrivão *cap*

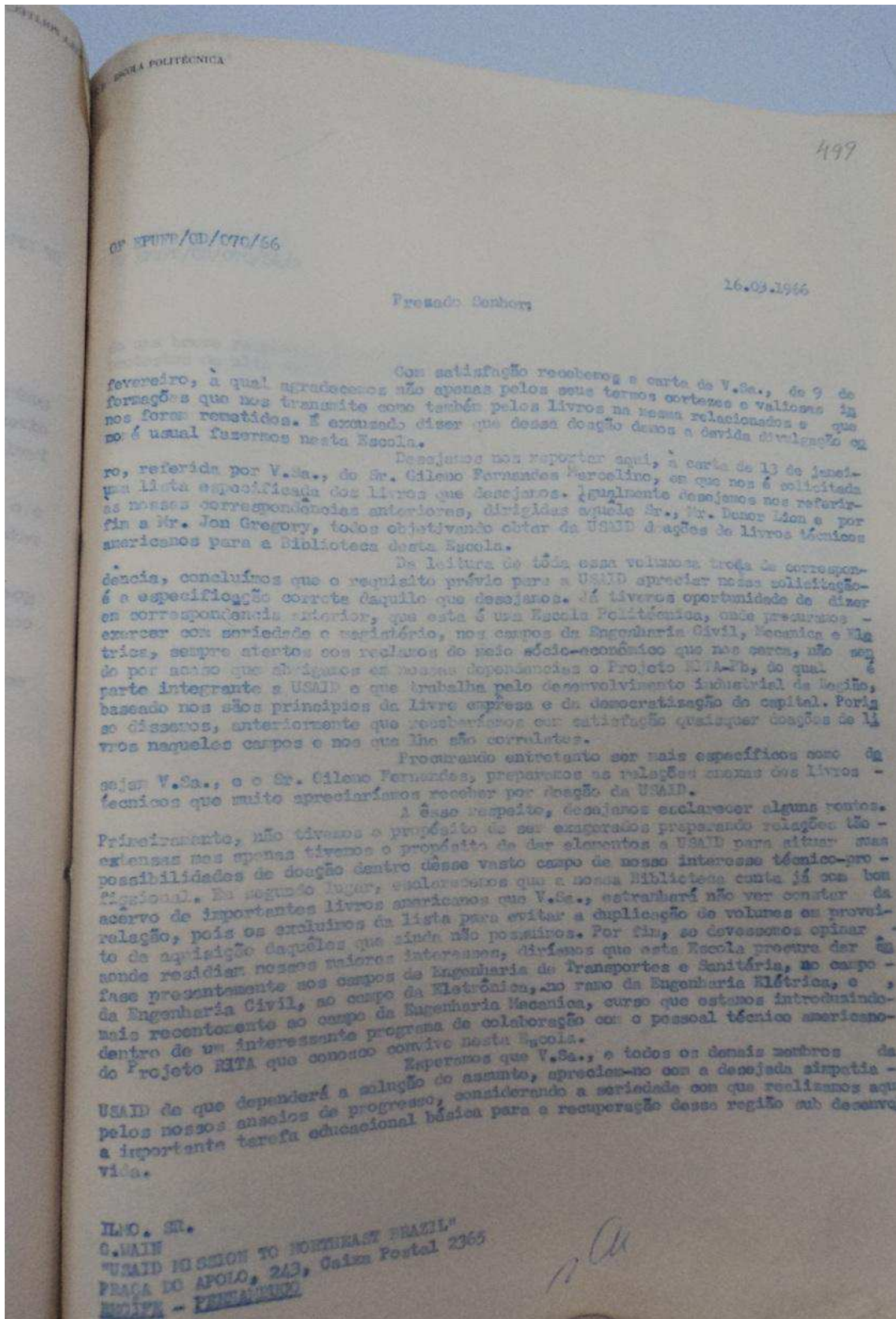
~~Almeida~~ *Almeida* Fls. 822
Falcao

C O N C L U S Ã O

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, no Quartel General do Primeiro Grupamento de Engenharia, faço conclusos os presentes autos do Sr. Major NEY DE OLIVEIRA AQUINO; do que, para constar, lavrei o presente termo.

Eu, Capitão ERNANI LAYME FALCÃO, servindo de Escrivão, o escrevi e assino *Ernani Layme Falcao*

ANEXO C - OFÍCIOS- ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE-UFCG



500

OF EPUPP/CD/010/66/2

de uma breve resposta, aproveitamos o ensejo para reiterar a V. Sa., os nossos -
Sem outro assunto para o presente e na expectativa de distinta consideração.

Atenciosamente

LYSALDO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE
LYSALDO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE
- Diretor -

em nome de sua empresa de Engenharia e Instalação de sistemas elétricos, de que se trata o projeto de instalação de iluminação pública no bairro de Jardim...

...em nome de sua empresa de Engenharia e Instalação de sistemas elétricos, de que se trata o projeto de instalação de iluminação pública no bairro de Jardim...

...em nome de sua empresa de Engenharia e Instalação de sistemas elétricos, de que se trata o projeto de instalação de iluminação pública no bairro de Jardim...

...em nome de sua empresa de Engenharia e Instalação de sistemas elétricos, de que se trata o projeto de instalação de iluminação pública no bairro de Jardim...

...em nome de sua empresa de Engenharia e Instalação de sistemas elétricos, de que se trata o projeto de instalação de iluminação pública no bairro de Jardim...

Dr. Eng. Lysaldo Cavalcante de Albuquerque
Rua da Lavoura, 111 - Jardim de Fátima
Rio de Janeiro - RJ

OF EPURT/CD/069/66

15.03.1966

Sr. Coordenador:

É pensamento desta instituição, encaminhar ao INCE, o pedido de ajuda através do Fundo Técnico Científico para aquisição de um computador eletrônico e instalação do Centro de Processamento de Dados. Para consecução deste objetivo, se faz necessário a elaboração de um projeto justificativo, inclusive mostrando os benefícios que este plano traria caso concretizado, a uma vasta região do Nordeste.

Solicitamos ao Projeto RITA, como colaboração a esta escola, tome ao cargo de sua equipe de engenheiros e economistas, a elaboração do mencionado projeto.

Como subsídio, estamos encaminhando anexo uma cópia do memorial justificativo elaborado pela Escola de Engenharia de São Carlos, e dirigido à CAPES, com esta mesma finalidade.

Outrossim, informamos, que os Departamentos desta escola, poderão ser solicitados por Vossa Senhoria, para oferecer subsídios, especialmente o Departamento de Matemática.

Renovamos nossos protestos de apreço e consideração, com os antecipados agradecimentos.

Cordialmente

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque
- Diretor -

Do Prof. LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal de Paraíba
Ao Sr. Prof. LUIZ JOSE DE ALMEIDA
ME COORDENADOR DO PROJETO RITA
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

549

TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS

MEMORANDUM

Em 29 de dezembro de 1965

A Direção do Projeto BRASIL no California
State College at Los Angeles

De: GEORGE MANN

Assunto: Programa de Assistência em Economia e Engenharia Mecânica

A finalidade do programa de assistência é ajudar na criação de um novo Curso de Engenharia Mecânica na Escola Politécnica de Campina Grande e na criação de novos cursos de Economia nos campos de MERCADOS (Marketing), e Contabilidade de Custos, na Faculdade de Ciências Econômicas, também de Campina Grande. Este programa de ajuda à Universidade da Paraíba será realizado simultaneamente com o Projeto RITA (programa de desenvolvimento industrial). Com efeito, não haveria conflito entre os dois aspectos do programa assistencial mas sim benefícios mútuos sendo o Projeto RITA o laboratório para as atividades de classe.

PROGRAMA DE ENGENHARIA MECÂNICA

O programa proposto é discriminado, semestre por semestre, às páginas 2 e 3 deste memorando. O plano visa oferecer todas as disciplinas do "Terceiro Ano" durante o ano escolar brasileiro de 1966. Depois as disciplinas do "Quarto Ano" serão oferecidas em 1967 e as do "Quinto Ano" serão em 1968. Os cursos que necessitam da assistência de Professores Americanos e o programa de como oferecerem - os são indicados à página 4. Planeja-se oferecer o curso duas vezes com Assistência Americana antes que os professores brasileiros continuem o ensino por si mesmos. Desde que o Coordenador Americano do Projeto RITA tem maiores obrigações extras, foi-lhe atribuída, somente uma disciplina para ensinar. A outros membros do grupo foram atribuídas duas, ou no máximo três disciplinas. O tempo de serviço dos professores no Brasil deverá ser no mínimo de 18 meses sendo preferível dois anos. A capacidade de falar Português é desejável mas não imprescindível pois praticamente todos os professores brasileiros que estão relacionados com o programa têm algum conhecimento de Inglês. Espera-se que o Português seja estudado tanto quanto possível antes da vinda ao Brasil, por todos os Americanos. Salários, condições de serviços e ajuda de custo, são exatamente os mesmos como se eles estivessem trabalhando exclusivamente para o Projeto RITA. A Universidade da Paraíba está solicitando, no momento, algum equipamento novo de laboratório e quando ficar claro que os pedidos se materializem as listas de equipamento serão distribuídas. Pode tornar-se necessária a realização de algumas experiências em instalações industriais. As listas dos livros textos existentes e disponíveis em Português serão enviadas à CSCLA logo que possível.

GEORGE MANN

550

CURRÍCULO PROPOSTO PARA O CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA

Primeiro ano (1º e 2º semestres)

	Horas		
§ Cálculo Diferencial e Integral I.....	3	2	0
§ Geometria Analítica e Cálculo Vetorial.....	3	1	0
§ Geometria Descritiva.....	3	0	0
§ Física Geral e Experimental I.....	3	1	2
§ Química.....	3	0	2
§ Desenho Técnico I.....	0	0	4
	<hr/>		
	15	4	8

Segundo ano

	3º	Semestre 4º
§ Cálculo Diferencial e Integral II.....	3 + 2 + 0	3 + 2 + 0
§ Cálculo Numérico e Gráfico.....	2 + 2 + 2	2 + 2 + 2
§ Física Geral e Experimental II.....	4 + 1 + 2	3 + 1 + 2
§ Mecânica Geral (Estática e Dinâmica)....	4 + 2 + 0	4 + 2 + 0
§ Desenho Técnico II.....	0 + 0 + 4	0 + 0 + 4
§ Estatística Geral e Aplicada.....		3 + 0 + 0
	<hr/>	
	13 + 7 + 8	15 + 7 + 8

NOTAS: -

1. O currículo dos dois primeiros anos é comum para todos os cursos de engenharia (civil, elétrica e mecânica).
2. Na discriminação das "horas", a primeira coluna se refere a aulas de preleção, a segunda a aulas de aplicação e a terceira a aulas de laboratório.
3. As disciplinas assinaladas com o sinal (§) correspondem a matérias do currículo mínimo obrigatório, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

Terceiro Ano

=3=

	Horas	
	Semestres	
	5 ^a	6 ^a
Resistência dos Materiais.....	3 + 2 + 0	3 + 2 + 0
Materiais de Construção.....	3 + 0 + 2	3 + 0 + 2
Termodinâmica.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 1
Máquinas Térmicas.....	3 + 0 + 2	3 + 0 + 2
Transmissão de Calor.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 1
Eletrônica Geral.....	3 + 0 + 2	3 + 0 + 2
Tecnologia Mecânica.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 2
Matemática Aplicada.....	3 + 1 + 0	3 + 0 + 1
	<u>18 + 3 + 6</u>	<u>18 + 2 + 7</u>

Quarto Ano

	Horas	
	Semestres	
	7 ^a	8 ^a
Elementos de Máquinas.....	3 + 0 + 0	3 + 0 + 0
Mecânica dos Fluidos.....	3 + 1 + 2	3 + 0 + 1
Máquinas Hidráulicas.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 1
Estudo de Tempo e Movimento.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 1
Elementos de Projeto de Instalações Industriais e Máquinas de Transporte.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 1
Máquinas Operatrizes e Processos de Fabricação.....	3 + 0 + 4	3 + 0 + 4
Economia e Finanças.....	3 + 0 + 0	3 + 0 + 0
Contabilidade.....	3 + 0 + 0	3 + 0 + 0
	<u>18 + 1 + 8</u>	<u>18 + 0 + 7</u>

Quinto Ano

	Horas	
	Semestres	
	9 ^a	10 ^a
Construção de Máquinas (Projeto).....	2 + 0 + 4	1 + 0 + 4
Organização das Indústrias.....	3 + 0 + 0	3 + 0 + 0
Projetos Industriais.....	2 + 0 + 4	1 + 0 + 4
Contrôle de Produção e de Qualidade.....	3 + 0 + 1	3 + 0 + 1
Princípios de Contrôle e Servo-Mecânica.....	3 + 1 + 1	3 + 1 + 1
Relações Humanas.....	3 + 0 + 0	3 + 0 + 0
Direito Usual para Engenheiros.....	3 + 0 + 0	3 + 0 + 0
	<u>16 + 1 + 10</u>	<u>17 + 1 + 10</u>

- 1) Na discriminação das horas de aulas, a primeira coluna se refere a aulas de proleção, a segunda as aulas de aplicação e a terceira as aulas de laboratório.
- 2) As disciplinas assinaladas com o sinal (\$) correspondem a matérias do currículo mínimo obrigatório, estabelecido pelo Conselho Federal da Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AMERICANA PARA O CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA NA ESCOLA POLITÉCNICA, CAMPUS GRANDE

DISCIPLINAS	Previsão de chegada e permanência dos Professores Americanos							
	1966		1967		1968		1969	
	Março	Agosto	Março	Agosto	Março	Agosto	Março	Agosto
Resistência dos Materiais.....	*	*	*	*	*	*	*	*
Materiais de Construção.....	*	*	*	*	*	*	*	*
Materiais de Construção Mecânica.....	*	*	*	*	*	*	*	*
Termodinâmica.....	**A	**B	**B	**B	**B	**B	**B	**B
Máquinas Térmicas.....		**C		**C		**C		**C
Transferência de Calor.....		**B		**B		**B		**B
Eletrotécnica Geral.....	*	*	*	*	*	*	*	*
Tecnologia Mecânica.....	**A	**C	**C	**C	**C	**C	**C	**C
Matemática Aplicada.....	*	*	*	*	*	*	*	*
Elementos de Máquinas.....			**C	**C	**C	**C	**C	**C
Mecânica dos Fluidos.....			*	*	*	*	*	*
Máquinas Hidráulicas.....				**B		**B		**B
Estado do Tempo e Movimento.....			**D	**D	**D	**D	**D	**D
Projeto de Instalações Industriais, Máquinas de Transporte.....			**D	**D	**D	**D	**D	**D
Máquinas Operatrizes e Processos de Fabricação.....			*	*	*	*	*	*
Economia e Finanças.....								
Contabilidade.....			*	*	*	*	*	*
Construção de Máquinas (Projeto).....				*	*	*	*	*
Organização das Indústrias.....					**E	**E	**E	**E
Projetos Industriais.....					*	*	*	*
Contrôle de Qualidade e de Produção.....					**E	**E	**E	**E
Princípios de Contrôle e de Servo-Mecanismos.....					*	*	*	*
Relações Humanas.....					*	*	*	*
Direito Usual para Engenheiros.....					*	*	*	*

NOTAS:

- * Indica disciplina ministrada com a assistência americana.
- ** Indica disciplina ministrada com a assistência de professor americano no indicado pelas letras A, B, C, D, E, F.
- *** Indica disciplina ministrada por professor brasileiro, após concluída a assistência de professor americano durante um ou dois semestres.

UNIVERSIDADE DA PARAIBA

CÓPIA

553

Of. URUP/GR/037/66

Em 16 de fevereiro de 1966

Sr. Professores:

Temos a satisfação de comunicar que a Congregação de Professores desta Escola, reunida em data de hoje e por proposta do Prof. Giuseppe Gioia, deliberou por unanimidade agradecer a V.Sa. o trabalho realizado em prol da integração do Projeto RITA com a Universidade, consubstanciado principalmente através da organização e implantação do curso de Engenharia Mecânica de Produção, cuja 3ª série funcionará ainda este ano letivo, com o apoio da USAID e do California State College at Los Angeles.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V.Sa. os nossos protestos de estima e consideração.

LYNALDO CARVALHO DE ALBUQUERQUE
DIRETOR

Ilmo. Sr.
Prof. George Nam
Coordenador do Projeto RITA
M e s t r e

U.F.P. — ESCOLA POLITECNICA

21

OFICIO Nº 252/67-A

Senhor Diretor:-

Temos a satisfação de encaminhar anexo, o PLANO DE EXPANSÃO DE MATRÍCULAS desta Escola, para o período 1967/1970, onde se prevê a realização de um novo Vestibular em junho do corrente ano, para matrícula de mais 50 alunos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Campina Grande, 16 de 5 de 1967

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque
- Diretor -

Ilmº Snr.
PROF. CARLOS ALBERTO DEL CASTILHO
DIRETOR DO ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RIO DE JANEIRO - GUANABARA

**ANEXO D - CARTAS ESCRITAS POR DONA GINA PESSOA RAMOS-
MÃE DE MAURA PIRES RAMOS**

Campina Grande, 11 de maio de 1984

Com. Sr. Governador - Dr. Evaram Sátiro

Meus cumprimentos

Com meu nome e no de outras duas mães o tomei pela sorte de seus filhos, venho fazer V. Ex. o relato do que aconteceu e dirigir ao mesmo tempo um veemente apelo no sentido de que qualquer coisa possa ser feita em benefício das vítimas.

No dia 29 de Abril próximo passado às 12 horas, a Diretora de O Pequeno Príncipe - Sra. Maura Ramo saiu do trabalho para casa quando foi abordada por pessoa desconhecida que a obrigou a entrar num carro em companhia de um parente com quem vinha conversando e que também foi levado. Com quanto isso eu (sua mãe) a esperou para o almoço que não aconteceu. Às 13 horas outra professora do mesmo estabelecimento era levada para um depoimento de 20 minutos do qual não voltou mais. Trata-se da Polícia Federal conforme identificação das vítimas.

Ben, até agora não coexistia a ninguém dessas pessoas estivesse em no momento involvi

das em algum movimento subversivo.

Perguntamos aflitas e apavoradas onde estão essas moças? esse jovem de 13 anos que não fez mal a ninguém? Precisamos do apoio das autoridades e o que sabemos é que nada foi feito até agora para elucidar o caso.

De braços cruzados, amtraquilos, apavorados e cheios de amargura e decepção aguardamos que se faça justiça.

Eis, em poucas palavras mal redigidas o drama em que foram envolvidas três famílias campineenses.

Espero que V. Exa. não ficará indiferente ao nosso sofrimento e que alguma coisa ha de ser feita.

Com respeito e admiração

Subscricvo-me

Gina Pessoa Ramos

Rua Mal. Diodoro 296 - Local

Campina Grande, 11 de Maio de 1974

Prezadíssimo Sr. Prefeito - Dr. Evaldo Cruz

Meus cumprimentos

Aqui quem lhe dirige estas linhas é uma mãe aflita que no dia 29 do mês próximo passado teve sua filha arrebatada bruscamente em caminho do trabalho para casa, quando se dirigia para o almoço, em companhia de um parente que foi também levado como um malfeitor por pessoas não identificadas e que se julgam com o direito de privar outras pessoas do direito de viver honestamente, como é o caso de minha filha, que dirige com dignidade e honradez o estabelecimento de ensino "O Legado Trinite". Outra professora do mesmo educandário também foi levada na hora que começava o exercício de sua função. Foi aí que uma das professoras pediu aos senhores que assim procediam, sua identidade e o paradeiro de minha filha. Falaram que se encontrava na Federal e se identificaram como agentes. Estivemos no Quartel, fomos na Federal, mas a resposta era uma só: não sabemos de nada.

Estamos parados, sem nada poder fazer. O desespero a intranquilidade, a desfeição, o medo, o terror é o que nós resta. Os amigos nada podem fazer; a imprensa não quer publicar nada sobre, estamos desesperados sem

saber onde se encontram essas pobres criaturas inte-
presas. Hoje nas horas de dolorosa insônia lembrei-me
do senhor. Sei que é humano, quem é sensível ao
sofrimento alheio e talvez possa fazer alguma coisa
em benefício dessas três famílias atingidas pela
fatalidade. Que Deus o ajude a isso ajudar

Com elevada estima e admiração

Gianna Pessoa Ramos

Rua Mal. Deodoro - 296 - local

Campina Grande, 11 de maio de 1974

Excm.^o Sr. Maj. Câmara

Venho, muito respectuosamente renovar o meu apêlo: Faça alguma coisa por uma moça pobre, honesta e trabalhadora que há trêz dias se encontra desaparecida.

Trata-se da Srta. Maura Tires Ramos, que foi envolvida em uma trama terrível. Neste momento, depois de pedir a Deus que nos ajude, e nos ilumine, lembro-me do senhor, sãvida pessoa que pode resolver nosso caso e fazer voltar a paz e a tranquilidade às famílias atingidas.

Com elevado apreço e consideração

Subscrevo-me

Jana Pessoa Ramos

Rua Mal. Deodoro 296 - Festa